FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.311 DOMINGO, 12 DE MARÇO DE 2023 R$ 9,00

Zanone Fraissat/Folhapress

NEGÓCIOS VERDES CRESCEM E MIRAM MERCADO BILIONÁRIO NO PAÍS

Funcionário trabalha no viveiro de mudas da re.green, empresa de restauração de florestas em Piracicaba (SP); foco é gerar créditos de carbono de qualidade, vendidos por preço maior Mercado A21

Gestão Lula assina contratos de R$ 650 mi sob suspeita de cartel

Alvo das apurações, Codevasf diz que licitações para pavimentação cumprem lei; Planalto não comenta

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou contratos de cerca de R$ 650 milhões herdados de Jair Bolsonaro (PL) e que envolvem uma série de empreiteiras com condutas suspeitas de prática de cartel em obras de pavimentação.

As empresas contempladas agora são citadas em auditoria do Tribunal de Contas da União sobre a ação de um chamado "cartel do asfalto" a partir de licitações da estatal federal Codevasf, como revelou a **Folha** no ano passado.

Das 56 concorrências de obras asfálticas em 2022 — a maioria feita em dezembro, reta final da gestão Bolsonaro—, 47 levaram a contratos firmados já sob Lula. Há indícios de que empreiteiras entraram só para simular competição.

A equipe de transição do governo petista chegou a usar a Codevasf como mau exemplo de uso de recursos de emendas parlamentares. Mudanças na estatal, porém, foram barradas após decisão do Executivo de mantê-la sob controle do centrão.

A Codevasf afirmou que suas licitações cumprem a lei e não fixam limites mínimos para número de participantes ou para descontos em relação aos valores de referência. Procurado, o Planalto não se manifestou sobre o tema. Política A4 e A6

ilustríssima / ilustrada

Tramas demoradas

Indicados ao Oscar são os mais longos desde 91, tendência seguida por séries C4

Modelo de votação no Brasil danifica a coesão partidária, diz Antonio Lavareda C9

Juliana de Albuquerque

Relação com a monstruosidade

Livro sobre judeu que fugiu de Auschwitz é lembrete de como velhos preconceitos nos impedem de enxergar injustiças e tragédias, criando obstáculos para que minorias possam se fazer ouvir, numa dolorosa tentativa de provar que são merecedoras da nossa solidariedade. Ilustríssima C3

Escritora e doutora em filosofia, passa a escrever mensalmente

ENTREVISTAS

Jolina Cuaresma

Redes têm de ser responsabilizadas por conteúdos

Mercado A24

Caitlin Vogus

Implicar plataforma é coibir liberdade de expressão

Mercado A24

Ronny Santos/Folhapress

MORADORES FAZEM PROTESTO EM SÃO SEBASTIÃO (SP)

Centenas de pessoas ocuparam uma praça ao lado da rodovia Rio-Santos neste sábado (11) para cobrar auxílio e moradia do poder público após a chuva histórica de fevereiro Cotidiano B3

EDITORIAL A2

Seguro contra partidos

O jovem estatuto de autonomia do Banco Central já mostrou a sua efetividade, ao escudar a economia de uma crise como a da primeira eleição de Lula.

A demagogia do mandatário o impede de admitir que o BC é um dos principais aliados do governo. A instituição protegeu o país das ideias amalucadas do PT.

ENTREVISTA **Marcos Pereira**

Bolsonaro não lidera oposição, e nada nos levará a apoiar Lula

Deputado Marcos Pereira (SP), que comanda o Republicanos, diz que seu partido não vai integrar base do atual governo, mas também critica o ex-presidente, seu ex-aliado, a quem chama de "um turista nos EUA". Política A10

Morre Mara Kotscho, pioneira do Datafolha

A socióloga morreu neste sábado (11), aos 70 anos, em decorrência de tumor no cérebro descoberto ano passado. Sucessores destacam pioneirismo. A12

Taiwan se prepara para eleições sob fogo cruzado

A dez meses do pleito presidencial, partidos do governo e da oposição usam cautela diante da crescente tensão entre Estados Unidos e China. A17

85% das cidades do país têm atraso na vacinação infantil

VIDA PÚBLICA

Pesquisa da UFMG, com 4.674 municípios, aponta que o medo dos efeitos colaterais dos imunizantes (84%) e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde (40%) são as principais razões para o atraso na cobertura vacinal de crianças no Brasil, em queda desde 2016. Isso aumenta o risco de reintrodução de doenças no país, como a poliomielite. Saúde B1

MPT resgata 56 trabalhadores em fazendas de arroz no RS

Mercado A22

EDITORIAL A2

O elo perdido

Sobre violência contra mulheres e a rede de saúde.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Seguro contra partidos

Demagogia de Lula o impede de admitir que a autonomia do BC é grande aliada de seu governo

"Apoiar bancos centrais independentes não é de todo alheio à política progressista, dado que a inflação é uma importante fonte de desigualdade econômica". Quem o assevera é Mario Marcel, ministro da Fazenda do governo esquerdista de Gabriel Boric, no Chile.

Em seus 33 anos de autonomia, a autoridade monetária chilena já conviveu com presidentes conservadores e socialistas. Decerto os governantes discordaram pontualmente das decisões sobre juros, mas não reverteram a sua prerrogativa de arbitrar com independência as taxas de curto prazo.

Na mensagem, crítica a uma reportagem recente da revista britânica The Economist, Marcel vai além e afirma que seu governo reforçou as linhas de atuação do BC na tarefa de estabilizar os preços. Comemora a obtenção de um superávit fiscal equivalente a 1,2% do PIB em 2022, revertendo déficit de 8,8% no ano anterior.

Outro país em que esquerda e direita alternaram-se no poder sem tisnar a independência do banco central, conquistada em 1960, foi a Austrália. Grande exportadora de commodities como Brasil e Chile, e portanto sujeita a solavancos cambiais, a nação da Oceania nem por isso se desviou do compromisso de longo prazo com o BC.

O jovem estatuto de autonomia do BC brasileiro, fixado em lei em 2021, já mostrou a sua efetividade. Descasar o ciclo político dos mandatos de presidente e diretores da autoridade monetária escudou a economia de uma crise de desconfiança como a que fez disparar o dólar em 2002, na primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Desta vez o câmbio mal se mexeu diante do favoritismo do candidato do PT, e isso mesmo após os experimentos desastrosos dos aprendizes de feiticeiro do partido, que produziram a gigantesca recessão de 2014-2016.

Há 20 anos, Lula foi socorrido por um executivo da banca internacional sem ligação com a esquerda, Henrique Meirelles, que por sua vez teve de demonstrar engajamento com a estabilização monetária elevando a Selic para 26,5% ao ano no início da gestão.

Em 2023, a institucionalidade fez o serviço sozinha, sem a necessidade de elevação dos juros básicos de 13,75% ao ano. Quem impulsionou os juros da praça foi a boca incontida do presidente, justamente ao ameaçar a autonomia do BC.

A demagogia do mandatário o impede de admitir que o Banco Central autônomo é um dos principais aliados do seu governo. A instituição protegeu o país e o chefe de Estado das ideias econômicas amalucadas e destrutivas do PT.

O elo perdido

Capacitar profissionais de saúde para reconhecer e notificar violência contra mulher pode salvar vidas

A violência contra a mulher é um crime gradativo e silencioso. Segue um trajeto que vai de abusos psicológicos até agressões físicas e morte. Por ser mais comum no ambiente doméstico e envolver dependência econômica, fica escondido. Por isso, exige ações estratégicas para prevenção e punição.

Segundo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2021, 1 em cada 3 mulheres de 15 a 49 anos (cerca de 736 milhões) já foi submetida à violência física ou sexual seja pelo parceiro ou não.

As agressões prevalentes são as do primeiro tipo (641 milhões), e os países menos desenvolvidos têm maior incidência de casos, em média 37% —enquanto a mundial é de 27% e, na Europa, os números variam entre 16% e 21%.

Pesquisa Datafolha divulgada no dia 2 deste mês confirma os padrões da OMS: prevalência doméstica e impacto sobre minorias.

Cerca de 33% das mulheres ouvidas viveu algum episódio de violência cometida pelo parceiro, e o índice aumenta quando são negras (48%) ou têm escolaridade até o ensino fundamental (49%).

Tais características tornam fundamental a implementação de uma rede pública integrada de identificação e notificação de casos, e o sistema de saúde exerce papel mediador entre as vítimas e o órgãos de segurança pública e de justiça.

Não à toa, uma das recomendações da OMS é a capacitação de profissionais de saúde para reconhecer e comunicar agressões desse tipo. Contudo, essa área ainda encontra entraves no Brasil.

De acordo com levantamento da Vital Strategies, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, apenas 19,5% dos casos são registrados nas unidades básicas de saúde, enquanto 80% aparecem em hospitais ou prontos-socorros. Com a notificação tardia, perde-se a oportunidade para evitar casos graves ou a morte da vítima.

Os dados referentes à cidade de Goiânia expõem o problema de modo flagrante. Dentre as causas de mortes de mulheres quando houve registro de violência prévia, 64,7% foram externas e 33,1% foram doenças. Nas externas, 78,9% eram agressões e 16,6% eram acidentes.

Ainda mais preocupante, o tempo médio entre a notificação e a morte em alguns casos de causas externas foi de 32 dias —25% nos primeiros dias após a notificação.

É necessário, portanto, capacitar profissionais do setor para identificar agressões, inclusive as mais sutis, e implementar uma rede de notificações ágil e contínua entre os órgãos de saúde, de assistência social e de segurança. Perder tempo pode levar a vidas perdidas.

Rumo à utopia?

Hélio Schwartsman

Numa coisa Karl Marx e John Maynard Keynes concordavam. Ambos viam o progresso tecnológico como uma solução do problema econômico da humanidade. Um dia as máquinas produziriam sozinhas tudo o que as pessoas precisam, o que nos libertaria para viver a utopia, a verdadeira emancipação do homem. "Slouching Towards Utopia" (arrastando-se rumo a utopia), de Brad DeLong conta essa e várias outras histórias.

Na verdade, "Slouching..." pode ser descrito como uma história econômica do século 20 ampliado. Começa em 1870, com a segunda Revolução Industrial, e vai até 2010, após a crise dos subprimes. DeLong começou a escrever a obra nos anos 1990, mas o livro só foi publicado em 2022, entre outras razões porque o autor não conseguia terminar. As coisas não paravam de acontecer.

A tese central de DeLong é que o progresso tecnológico pós-1870 permitiu que a humanidade escapasse à armadilha malthusiana que a assombrou até então. Os ganhos de produtividade foram tamanhos que possibilitaram o enriquecimento das sociedades e não só o aumento das populações, como era a regra. E, de fato, um indivíduo de classe média de país desenvolvido tem hoje acesso a mais riqueza que os milionários do século 19. Mesmo a pobreza extrema do Terceiro Mundo foi substancialmente reduzida. Mas nem o maior otimista diria que chegamos à utopia.

Para DeLong, foi só em duas janelas, entre 1870 e 1914 e nos 30 anos após a Segunda Guerra, nos quais as sociais-democracias prosperaram, que os países do Norte Global experimentaram um gostinho de milagre. O avanço técnico se somou a outras particularidades históricas, como a globalização, para produzir ciclos de grande otimismo. Nos demais períodos tivemos eventos como duas guerras mundiais e duas grandes recessões que falam por si.

Segundo o autor, os bons tempos não vão voltar. O neoliberalismo, que é a resposta mais recente aos acontecimentos, fracassou. E temos agora a crise climática.

helio@uol.com.br

Lira oferece seus serviços a Lula

Bruno Boghossian

Arthur Lira não teria acumulado o poder que tem hoje se não soubesse ler os ventos da política. Mas o presidente da Câmara não fez apenas uma análise desinteressada quando afirmou, no início da semana, que "o governo ainda não tem uma base consistente" para aprovar matérias simples no Congresso.

Ninguém no Palácio do Planalto interpretou a declaração de Lira como um simples alerta. Auxiliares de Lula entenderam que o líder do centrão apresentava um problema com o objetivo de oferecer seus serviços na captação de votos adicionais para o governo, em troca de recompensas.

Articuladores políticos do Planalto reconhecem que Lira pode ajudar. Lula montou uma coalizão que ficou estacionada na casa dos 270 deputados desde os primeiros dias de mandato. É mais do que a metade das 513 cadeiras da Câmara, mas o governo ficaria em perigo se um punhado de deputados tivesse dor de dente e outros ficassem presos no elevador na hora da votação.

Lira tenta vender ao governo sua influência sobre deputados que estão fora dessa órbita. São parlamentares do seu PP, alguns poucos do PL e nomes de partidos governistas (MDB, PSD e União Brasil) que são mais ligados ao centrão do que ao PT.

Lula não quer terceirizar uma parte decisiva de sua operação política para o centrão. Ao mesmo tempo, não tem nenhum interesse em medir forças com Lira. A ordem é manter o poder de articulação concentrado no Planalto, mas aproveitar a atuação do presidente da Câmara para obter votos decisivos.

O presidente indicou que pretende de ter essa sociedade de pé nas primeiras votações de interesse do governo. Desde que foi reeleito, Lira foi consultado sobre a permanência de alguns de seus apadrinhados em cargos da máquina federal e conseguiu preservar postos que havia ocupado na gestão Jair Bolsonaro.

O segundo sinal veio na última quinta (9). Dias depois do diagnóstico pessimista, o chefe do centrão se sentou para comer churrasco com Lula e os ministros palacianos.

Atores e obesos

Ruy Castro

"A Baleia", filme favorito ao Oscar de melhor ator, levanta a questão sobre quem e como se deve interpretar um obeso no cinema.

Jake LaMotta, o boxeur interpretado por Robert De Niro em "Touro Indomável" (1980), precisava ser mostrado envelhecido, decadente e gordo. Para isso, um ator normal teria recorrido aos truques clássicos do cinema para engordar: maquiagem especial, próteses de papadas, roupas com enchimentos. Foi o que fez Orson Welles em "A Marca da Maldade" (1958). No papel de um policial velho e obeso, ele acrescentou 30 quilos a seu corpo apenas com os recursos de cena. O personagem aparentava uns 60 anos; Orson tinha 43.

Mas Robert De Niro não é um ator normal. É um ex-Actor's Studio ao quadrado. Em vez de simular a gordura, resolveu engordar de verdade. Ordenou ao diretor Martin Scorsese, já então seu funcionário, que paralisasse a produção. Zarpou para os restaurantes de Paris, entregou-se a um regime de engorda e, em quatro meses, passou de 70 para 100 kg, tudo isso para uma única cena. Claro, ganhou o Oscar.

Melhor para ele. Em "Moulin Rouge" (1952), de John Huston, José Ferrer, 1,78m, viveu o pintor Toulouse-Lautrec, 1,52m, sem precisar cortar as pernas. Em "O Retrato de Jennie" (1948), de William Dieterle, Jennifer Jones, 26 anos, fez uma radiante adolescente sem apelar para um processo mágico de rejuvenescimento. Lon Chaney, em 1925, Charles Laughton, em 1939, e Anthony Quinn, em 1956, todos foram o Quasimodo de "O Corcunda de Notre Dame" sem se desfigurarem de verdade. E John Barrymore, em 1920, Fredric March, em 1932, e Spencer Tracy, em 1941, fizeram os dois papéis de "O Médico e o Monstro" quase sem maquiagem. Isso, sim, é mágico —usaram somente a arte de representar.

Brendan Fraser, o astro de "A Baleia", trabalhou à moda antiga, ou seja, como um ator. Mas, em breve, o papel de um obeso caberá a um obeso de verdade, e por que não?

Alienistas à solta

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Uma certa psiquiatria tem contas a prestar à Justiça. Não à toa, um saudoso amigo revelou-me certa vez a circunstância de sua exclusiva dedicação à psicanálise: "Uma paciente me curou da psiquiatria. Num encontro de rua, me surrou com um guarda-chuva, chamando-me de carcereiro". Esse incidente com um grande profissional do ramo, já falecido, vem à mente a propósito de um recente episódio de sequestro no bairro machadiano do Catete, zona sul do Rio.

Segundo o jornal, uma senhora de 65 anos fazia seu passeio matinal no Catete, do qual ainda se diz que é um passeio pela história, quando foi abordada por dois homenzarrões, que a enfurnaram numa ambulância. Ali começava uma absurda pequena história. Levada a uma clínica psiquiátrica em Petrópolis, foi internada num quarto exíguo, onde passou um dia sem água e alimentos. Gritou por socorro ante os olhares indiferentes de médicos e enfermeiros.

Terminou descobrindo que a filha havia pedido a sua internação até que se retratasse de uma queixa apresentada a autoridades sobre maus tratos aos netos. Transferida para outra clínica na mesma região, conseguiu comunicar-se com a polícia carioca, mais de duas semanas depois. A delegacia levou a denúncia a sério, resgatou a idosa, prendeu a filha e o marido. Ao que tudo indica, lhe cobiçavam também a pensão.

Inferno, dizia Machado de Assis, "é o hospício dos incuráveis". A vítima da abominação conheceu dias infernais, mas resta saber a quem se aplica hoje a palavra "incurável", se aos internos ou aos guardiões. É espantoso que, num século de informação exponencial sobre o ser vivo e seu psiquismo, se possa capturar e reter num hospício uma pessoa, sem qualquer avaliação racional. Disso Machado fez obra-prima, "O Alienista". Agora, são caso de polícia as clínicas e a própria "ciência" carcereira.

Nesse episódio extravagante, é esdrúxulo, embora não surpreendente, o fato de que a filha acusada portava uma arma no instante da prisão, a mesma que aparece empunhando nas redes, vestida com uma camiseta do inominável, na data seguinte à invasão aos Três Poderes. Na teia da criminalidade, um fio puxa outro, e já se começa a investigar a morte do irmão em circunstâncias suspeitas, no ano passado.

Reiteração criminosa é a designação policial para o fenômeno. Inevitável ligá-lo a outros incidentes sob o clima tóxico do passado recente, que cobrem um espectro de homicídios e destruições em surtos de fúria explosiva. A cara do inominável não é mera caricatura: ainda parece funcionar como pavio inflamável de um foco alucinatório, que trouxe de porões e cloacas a matéria criminogênica da teia incivil, normalizando o pior. Nela se juntam alienados e alienistas.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Por uma burocracia que não está no retrato

Diversidade deve ser valor intencional do Estado

Clara Marinho
Servidora pública federal, é coidealizadora da iniciativa "Elas no Orçamento"

O núcleo duro do serviço público ainda não retrata a sociedade brasileira. E se isso não for uma preocupação central na formação das equipes, a fotografia dos dirigentes será sempre parecida, apesar da passagem do tempo.

Não é recrutando profissionais dos mesmos círculos sociais ou usando argumentos de neutralidade nos processos seletivos e de indicação que será possível produzir novas soluções para os grandes problemas nacionais —como a pobreza, a desigualdade, a degradação ambiental, a baixa produtividade econômica etc. Ou ainda é possível acreditar que uma burocracia homogênea não possui vieses decisórios? Ou que é possível governar para mulheres sem sua participação? Diga-se o mesmo para a população negra, os povos indígenas, a população LGBTQIA+, entre outros sujeitos de direitos.

Partindo da ideia de que a diversidade de gênero e raça deve ser um valor intencional na gestão do Estado, na medida em que pode tornar as políticas públicas mais próximas das necessidades e dos valores da população, é que nasceu a iniciativa "Elas no Orçamento". Nos últimos meses de 2022, a ação coletou indicações de mulheres que se destacam na área de finanças públicas, formando uma lista ofertada à sociedade com 260 profissionais de elevada formação acadêmica, carreiras consistentes e entregas feitas ao país.

A contribuição do projeto "Elas no Orçamento" para a democratização de cargos de prestígio ainda está por ser mensurada. Um olhar atento sobre a lista pública mostra que muitas mulheres ali presentes alcançaram novas oportunidades de desenvolvimento de carreira e, portanto, de ampliarem suas contribuições. Mas isso tem se traduzido na adoção de uma perspectiva de promoção da igualdade de gênero na burocracia de forma mais ampla?

O avanço é parcial. Conforme levantamento feito pelas próprias mulheres da iniciativa em janeiro deste ano (com base no Diário Oficial da União, sem dados sobre raça/cor), há uma tendência em nomear mais homens do que mulheres nos cargos da alta gestão, ao mesmo tempo em que ocorre o inverso para cargos executivos. Por outro lado, cinco ministérios possuem predominância feminina nas nomeações, e a maioria dos cargos está vaga.

Como há disposição de ministras e ministros para a composição de equipes diversas, avalia-se que há espaço para progredir. Contudo, deve-se problematizar que, apesar da maior escolaridade, as mulheres têm menos chances de desenvolvimento profissional e, portanto, de inserção nos processos decisórios. Mulheres negras e indígenas, em particular, ainda menos. Donde resulta a pergunta: é possível deixar que a democratização da alta burocracia dependa sobretudo das autoridades políticas?

A publicação "Propostas para fortalecer a capacidade administrativa dos governos 2023-2026", da República.org —organização dedicada à melhoria do setor público a partir da gestão de pessoas—, sugere que a promoção da equidade da burocracia fortalece o Estado e a democracia. Por isso, deve se amparar em processos vigorosos de institucionalização.

Para além da melhoria do acolhimento à maternidade e do combate ao assédio moral e sexual, o texto elaborado por alguns dos maiores especialistas em gestão pública do país recomenda adotar cotas para mulheres —assim como para negros e indígenas— nos cargos de direção, chefia e assessoramento do Poder Executivo federal. Em outras palavras, sugere criar um terremoto político e simbólico que permita à alta burocracia se parecer com o país que a ela serve, posto seu papel de colocar os problemas na mesa, definir prioridades, alocar recursos e rever os rumos das políticas públicas.

Um país tão diverso e multirracial como o Brasil não pode esconder as demandas legítimas por inclusão e participação cívica para debaixo do tapete e deixar que as principais decisões sobre o seu futuro continuem a ser tomadas, majoritariamente, por pessoas de terno e gravata.

Fido Nesti

O Oscar não é cafona

'O cinema é imenso por não ser uma arte maior'

Dodô Azevedo
Escritor e cineasta

Concluí que a cerimônia do Oscar —cuja 95ª edição acontecerá neste domingo (12)— não é cafona em uma conversa com Robert De Niro, em 2012, num sofá (também em um domingo) em uma festa pós-sessão de cinema do Festival de Cannes daquele ano. Estava bêbado, e De Niro, pequeno e envelhecido, irreconhecível. Sem que eu o reconhecesse, falamos por quase uma hora sobre pessoas que acham que cinema é arte superior. "Não é, por isso é tão imensa", concluiu.

Nos anos 1980 e 1990, a transmissão do Oscar na Globo era o dia em que, em casa, a família se reunia independentemente de seu repertório cultural. Na ponta do sofá de domingo, um se contorcia porque "Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos" perdia o prêmio de filme estrangeiro para "Pelle, O Conquistador". Na outra ponta, a avó só queria ver os musicais, as crianças só as animações e todos comentando os trajes das pessoas. "Que roupa é essa, menino?" —foi também em Cannes, na estreia de "Bacurau" (de onde vem a frase), que em mim foi reforçada a ideia de que o Oscar não é cafona.

Cannes, sendo o festival que dita o que é chique em cinema, tenta achar o Oscar cafona. Não consegue. "Top Gun: Maverick", o filme produzido por Tom Cruise e indicado ao Oscar como chamariz de audiência (em constante queda), foi lançado na edição passada do festival francês. Steven Spielberg, também indicado ao Oscar neste ano, exibiu "Tubarão" nas areias da praia de Cannes, em sessão noturna, no ano que que tomei um porre no sofá, em um domingo, com Robert De Niro.

"Tubarão" é uma parábola explícita sobre o funcionamento parasita do capitalismo. O último momento coletivo de alegria que o mundo viveu antes da pandemia foi quando "Parasita", filme de Bong Joon-Ho, fã de "Tubarão", ganhou seus Oscars, em 2020.

Antes, o reinado dos diretores mexicanos. Durante, o reconhecimento, ainda que tardio e ainda que mínimo, do cinema feito por mulheres e pretos. Antes, a apoteose nerd de "O Senhor dos Anéis". E, lá atrás, para os perspicazes, um ponto de virada na história do cinema: a conquista do "big five": prêmio raríssimo de ator, atriz, roteiro, direção e filme para "O Silêncio dos Inocentes". A partir dali, um tipo de representação da violência foi destravado. Tudo o que se seguiu é derivado da obra-prima de Jonathan Demme —a partir deste filme viveríamos a consolidação global da estética pop punk.

Nada é menos cafona que a banda Daft Punk. No Festival de Cannes de 2013, os vi tocar em uma pequenina festa do filme "Bling Ring". Por ser um evento privado, os músicos estavam sem seus disfarces. Um deles vestia camiseta branca com a estatueta do Oscar estampada. Neste domingo (12), um grupo de amigos da faculdade irá a um barzinho assistir à cerimônia do Oscar vestido com camiseta parecida. Estarei no meu sofá, em um grupo de WhatsApp com mais de 190 pessoas, inclusive votantes da Academia, fofocando. Não nos julgue. No sofá de domingo há espaço para tudo. O cinema é imenso por não ser uma arte maior, disse o senhorzinho de smoking que tomava uísque num sofá, num domingo, como se não fosse o Robert De Niro.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Turista

"Bolsonaro não é líder da oposição, é um turista nos EUA, diz presidente do Republicanos" (Política, 11/3). Cada vez mais nos damos conta do quanto Bolsonaro aparelhou os órgãos públicos com militares, criando uma situação que poderia ser explosiva e até colocando a democracia em risco.

Heloisa Gomes (Rio de Janeiro, RJ)

Indicação

"Lula indicar Zanin ao STF atropela princípios e afeta tribunal, dizem especialistas" (Política, 11/3). Eu só não entendo por que essa frescura toda com a indicação de Zanin, sendo que ele é advogado, tem saber jurídico e o presidente tem direito de indicar quem quiser. Bolsonaro indicou um que o saber notório dele é ser pastor, o outro não sabe nem o que está fazendo lá.

Paula Passos Santiago (São Paulo, SP)

*

Há um grande número de mulheres muito capazes e competentes na nossa vida jurídica. Juízas, promotoras e advogadas com currículos tão bons ou provavelmente bem melhores que os do Zanin.

Flavio Calichman (São Paulo, SP)

Arroz

"Adolescentes são encontrados em condição análoga à escravidão em fazendas de arroz". Esse tipo de coisa é típico de país de terceiro mundo, de moeda desvalorizada. Enquanto o Brasil estiver na mão do agro, das mineradoras, da Petrobras, e continuar se desindustrializando sem investir em educação, é isso que teremos.

Lorenzo Frigerio
(Vargem Grande Paulista, SP)

Visto

"Decisão de Lula para visto de estrangeiro é retrocesso, diz CEO do Bondinho Pão de Açúcar" (Painel S.A., 11/3). Reciprocidade é um critério falho e antiquado. O que deve prevalecer é o interesse do país, para cada assunto e ramo de atividade. Isso é governar, não adotar receitas do século 19.

Jose Renato Monteiro (São Paulo, SP)

*

É submissão demais termos que apresentar vistos e não exigirmos o mesmo.

Benedito Claudio Pacifico
(Duque de Caxias, RJ)

Homenagem

"Ruy, querido" (Mariliz Pereira Jorge, 10/3). Ruy Castro? Sou fã número um! Aplaudo de pé sua posse na ABL.

Maria do Rocio Barszcz
(Campo Largo, PR)

Tár

"Com Cate Blanchett, 'Tár' disputa Oscar com muito barulho e pouca música" (Mario Sergio Conti, 10/3). O filme problematiza duas questões bastante interessantes: o caráter do autor é relevante para a avaliação da obra? E a máxima de que o poder corrompe independe do gênero?

Valter Yoshida (São Paulo, SP)

Brunch

"Brunch em SP: Descubra dez lugares com cardápios e preços diversos" (Guia, 10/3). Parabéns pelo levantamento! Mas faz falta mencionarem quais restaurantes têm opção vegana. Faria muita diferença se sempre incluírem na seleção!

Kim Doria (São Paulo, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 3 a 10.mar - Total de comentários: **15.400**

Comentários	Tema	Data
352	Governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente joias de R$ 16,5 mi para Michelle, diz jornal (Política)	3.mar
323	Recibo mostra que outro pacote de joias enviado por sauditas a Bolsonaro foi entregue à Presidência (Política)	5.mar
281	Bolsonaro nega ter pedido ou recebido joias de presente da Arábia Saudita (Política)	4.mar

ASSUNTO QUAL É A MULHER QUE MAIS IMPACTOU A SUA VIDA, LEITOR DA FOLHA?

Minha avó. Ela me ensinou tudo o que sei sobre a vida. Foi ela quem me apresentou os mitos do folclore brasileiro, embora não tenha ensinado como mito. Ela teve uma importância gigantesca na minha vitória ao passar para no curso de história e a ser forte e paciente.

Guilherme Haniel de Almeida e Silva
(Rio de Janeiro, RJ)

*

Lina Bo Bardi. Arquiteta, vanguardista, modernista. Inovou a arquitetura de São Paulo e será exemplo de profissionalismo por muitas gerações.

Selma Strublic (São Paulo, SP)

*

Minha mãe. Ela, nos momentos mais difíceis de minha vida, sempre esteve ao meu lado, me apoiando e me incentivando a sempre melhorar como ser humano.

Jamilton José da Costa Junior
(Itajubá, MG)

*

Minha esposa. Eu tenho um problema cardíaco e sei que se não fosse a vontade dela em cuidar de mim, procurar tratamento e médico, já estaria morto. Devo muito a ela por isso.

João Avelino de Molina Mandell
(São Paulo, SP)

*

Madonna. Suas músicas, seu comportamento e suas falas foram muito importantes para me fazer seguir meu caminho na arte, me assumir gay e ser forte com isso. Através dela conheci Almodóvar e tantos gênios do cinema, da moda e das artes plásticas.

Manfrini de Paula Fabretti
(São Paulo, SP)

Ludmila Ferber. Porque foi uma mulher com princípios bíblicos, não negou sua fé, e, diante da morte, não desistiu de lutar!

Adelanny Souza (Teresina, PI)

*

Minha mãe, uma professora e mulher forte, que teve 8 filhos e lutou contra um câncer por 12 anos. Foi ela quem me inspirou a estudar e me formar em engenharia elétrica, algo raro para mulheres na época e mesmo nos dias atuais. Graças a ela, eu conquistei uma carreira de sucesso em uma empresa dominada por homens. A saudade, a gratidão e o amor que sinto por ela são eternos.

Ana Rita Xavier Haj Mussi
(Curitiba, PR)

*

Minha amiga Josephine Esan, por pagar minha inscrição no Enem muitos anos atrás. Minha amiga Katemari Rosa, por sua admirável trajetória de vida: da periferia de Porto Alegre ao doutorado Universidade Columbia. E a escritora Ingrid Betancourt, por me ensinar com seu monumental "Não Há Silêncio Que Não Termine".

Jaime Souza (Salvador, BA)

*

Minha avó materna, dona Lulu. Mostrou o que era ser um homem de respeito e não um cabra safado.

Sebastião Amorim (Petrolina, PE)

*

Marina Silva! Das personalidades políticas brasileiras ela se destaca pela ética que manteve ao longo dos anos e imensa sabedoria que conduz suas decisões. É símbolo de fé, resistência e perseverança em meio a inúmeras adversidades!

Melquisedec Godoy (Curitiba, PR)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Micro

O Desenrola, programa em elaboração no Ministério da Fazenda para ajudar pessoas endividadas, terá uma modalidade para dívidas de até R$ 100. Pela projeção apresentada na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente Lula (PT), essa opção, chamada de "fase 1", tem o potencial de alcançar 1,5 milhão de pessoas somente para pendências bancárias. Se outros setores aderirem, como o varejo e empresas públicas, o número pode ultrapassar 5 milhões.

FOCO A previsão é haver também uma "fase 2", para beneficiários de programas sociais e pessoas com renda de até dois salários mínimos. Nela, os descontos podem alcançar até 90% para financiamento em 60 meses, com taxa de 1,99% ao mês. O limite para o montante negativado é de R$ 5.000. Nesta modalidade, será permitido empréstimo consignado, com quitação por meio de descontos em benefícios sociais e aposentadorias do INSS.

EM OBRAS O Desenrola ainda enfrenta um problema operacional. Será preciso criar uma plataforma para permitir que os credores localizem os devedores, e vice-versa. Não há data de lançamento prevista.

PRETEXTO O governo Lula aposta em conseguir o apoio de cerca de 90 dos 108 deputados da federação entre União Brasil e PP, que vem sendo negociada pelas direções dos dois partidos. O PP, que endossou a candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro (PL), hoje se coloca como oposição a Lula. A federação poderia servir como um passaporte para a adesão de parte da bancada ao atual governo.

ALVO O grupo Prerrogativas divulgou nota em que diz ver perseguição ao juiz Eduardo Appio, que assumiu os processos da Lava Jato, em Curitiba. Ele é acusado de parcialidade por ter feito doação para a campanha de Lula e usado a assinatura LUL22 em processos eletrônicos. "Sem nenhum processo julgado até o momento, o juiz já é vítima de lawfare", diz a nota.

LAÇOS Flávio Caetano, ex-secretário da Reforma do Judiciário, entrou na disputa pela vaga do STJ aberta com a aposentadoria do ministro Felix Fischer. Ele trabalhou na campanha de Fernando Haddad para prefeito de SP e na de reeleição de Dilma Rousseff.

GOL CONTRA O governo Lula considera um tiro no pé a proposta de emenda de deputados do PT para mudar o artigo 142 da Constituição, que trata das Forças Armadas. A iniciativa proíbe que militares da ativa exerçam cargos civis em governos, acaba com as operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) e muda a redação do artigo para acabar com interpretações distorcidas de que haveria um "poder moderador" sobre a democracia.

PELA CULATRA Na visão de auxiliares do presidente, a proposta geraria forte reação na caserna, sobretudo no ponto que acaba com GLOs em ações de segurança pública. Isso poderia levar à reaproximação de militares com parlamentares bolsonaristas para barrar o projeto, o que reverteria uma das prioridades do governo Lula, justamente a "desbolsonarização" das Forças Armadas.

COISA FEIA A performance do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) na Câmara, que vestiu uma peruca para fazer discurso transfóbico, recebeu críticas inclusive na direita. "O trabalho parlamentar não pode ser feito por influenciadores, nem com memes", disse o jornalista Silvio Grimaldo, um dos mais atuantes seguidores do filósofo Olavo de Carvalho (morto em 2022).

VIA RÁPIDA O governo de SP vai criar uma força-tarefa para agilizar o licenciamento de conjuntos habitacionais para as populações atingidas pelas chuvas em São Sebastião. A equipe será montada pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Os conjuntos serão implantados em dois terrenos próximos à Vila do Sahy, uma das áreas mais afetadas. Ainda não há definição sobre a quantidade de casas a serem construídas.

Três Poderes

VENCEDORES DA SEMANA
Servidores da Receita, que resistiram à pressão para entregar a emissários de Jair Bolsonaro as joias doadas pela Arábia Saudita

PERDEDORA DA SEMANA
A ditadura da **Nicarágua**, que viu seu apoio na esquerda se esfarelar, com notas críticas de PSOL, PSB e do dirigente petista Alberto Cantalice. Mas o PT mesmo segue omisso

FIQUE DE OLHO
Semana deve ser quente no caso das joias, com depoimento do ex-ministro **Bento Albuquerque**; na área econômica, governo Lula dá os últimos retoques na âncora fiscal

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

O presidente Lula (PT) fala com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), em sua posse Mauro Pimentel - 1º.jan.23/AFP

Governo Lula assina contratos milionários com indícios de cartel

Licitações de pavimentação da Codevasf herdadas de Bolsonaro somam R$ 650 milhões e seguem práticas suspeitas segundo TCU

Flávio Ferreira, Artur Rodrigues e Mateus Vargas

SÃO PAULO E BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou contratos de cerca de R$ 650 milhões herdados de Jair Bolsonaro (PL) que levam para a atual gestão uma série de empreiteiras e condutas suspeitas de prática de cartel em obras de pavimentação.

As empresas contempladas agora e as práticas suspeitas nas concorrências são semelhantes às reveladas no ano passado em auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a ação de um chamado "cartel do asfalto" a partir de licitações da estatal federal Codevasf.

O governo Lula assinou os contratos e manteve a direção da Codevasf nomeada por Bolsonaro, mesmo com essa e outras fiscalizações do TCU e da CGU (Controladoria-Geral da União) que apontam irregularidades em série, como superfaturamentos, desvios e obras precárias.

A Codevasf foi entregue por Bolsonaro ao centrão e mantida dessa forma por Lula em troca de apoio no Congresso.

A **Folha** analisou as 56 licitações de pavimentação da Codevasf de 2022, feitas principalmente em dezembro, na reta final do governo Bolsonaro. Desse total, 47 concorrências levaram à assinatura de contratos em 2023, já sob Lula.

A maior parte das concorrências teve a participação de pelo menos uma empreiteira apontada pelo TCU como suspeita de integrar o "cartel do asfalto". Os contratos resultantes desse lote somam R$ 650 milhões.

Nesse grupo de licitações a reportagem encontrou situações que indicam a entrada de empreiteiras apenas para fazer número ou simular competição em concorrências, além da repetição de um padrão de divisão de mercado em regionais da Codevasf verificado pelo TCU.

Uma das tendências é a de baixa competitividade nas licitações.

Em um setor em que há centenas de empresas em condições de disputar obras de pavimentação, as concorrências da Codevasf tiveram, em média, apenas seis participantes para esses novos contratos. A auditoria do TCU mostra que antes do governo Bolsonaro a média alcançava o triplo desse valor (18 concorrentes).

Outro indício destacado pelo TCU se refere à queda nos descontos oferecidos pelas empresas nas licitações. Nos pregões de 2022 analisados pela **Folha**, o desconto médio foi de 11%. Em 2018, o percentual era de 30%.

Um dos casos concretos que chama a atenção é o de uma disputa em Minas Gerais ganha por uma empreiteira do Rio Grande do Norte, que fica a cerca de 1.800 km da regional mineira da Codevasf.

Apesar de o setor de construção pesada ter mais de 200 empresas em Minas Gerais, apenas 4 construtoras entraram na concorrência para um contrato de cerca de R$ 29 milhões.

A licitação foi aberta pelo sistema de pregão eletrônico, pelo qual os lances e comunicações com os pregoeiros são feitos online.

Na abertura, a empreiteira potiguar CLPT fez uma oferta com desconto de apenas 1% em relação ao preço de referência da obra. Outras três construtoras deram lances melhores, com abatimentos de 9,1%, 9% e 5,5%.

Porém, ao serem sucessivamente convocadas para formalizarem suas propostas de acordo com os preços finais, e assim ganharem a disputa, nenhuma das três efetivou a vitória na prática.

Duas delas nem apresentaram a proposta. A outra solicitou a própria desclassificação, "em razão de não possuir atestados suficientes". Isso abriu espaço para que a CLPT, que tinha dado o pior desconto, levasse o contrato.

Fatos como esse coincidem com situações de risco indicadas em guias de combate a cartéis elaborados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que serviram de base para a auditoria do TCU.

> "Ao longo do procedimento licitatório e até mesmo da execução contratual a estatal não só pode como deve rever seus atos
>
> **Pedro Estevam Serrano**
> professor de direito constitucional da PUC-SP

A primeira delas é o "número de propostas substancialmente inferior ao esperado", já que a licitação teve apenas quatro concorrentes e é grande o número de empresas aptas a fazer pavimentações em Minas Gerais.

Outra é a de que "uma empresa foi convocada como vencedora, seja porque apresentou o menor preço/maior desconto, mas não apresentou sua proposta". No caso de Minas Gerais, essa circunstância atingiu duas das empreiteiras com melhores descontos.

Nessa licitação ainda houve situação que se assemelha a proposta fictícia, "caracterizada por apresentação de proposta por empresa que não tinha condições de atender aos critérios de habilitação", já que uma empresa pediu a própria eliminação por não ter a documentação suficiente para ganhar o contrato.

A CLPT é a empresa que lidera o ranking de vitórias na Codevasf em 2022 no quesito valor, tendo levado contratos que somam R$ 144 milhões. Segundo a Receita Federal, o sócio-administrador da CLPT é Mario Lino de Mendonça Neto.

Ele foi candidato a vice-prefeito da cidade de Upanema (RN) pelo MDB.

A campeã das licitações de 2021, a empreiteira maranhense Engefort, indicada na auditoria do TCU como a então líder do cartel do asfalto, levou contratos que somam R$ 47 milhões para execução na gestão Lula.

Uma das vitórias da Engefort, para um lote de pavimentações no estado do Tocantins, seguiu o mesmo roteiro da licitação de Minas Gerais ganha pela CLPT: desconto ínfimo de 0,01% e eliminação em série das supostas concorrentes.

Continua na pág. A6

Governo Lula assina contratos milionários com indícios de cartel

Continuação da pág. A4

Como os pregões foram feitos nos últimos dias do governo Bolsonaro, os acordos foram assinados nas primeiras semanas da gestão Lula.

A equipe de transição do governo Lula chegou a usar a Codevasf como mau exemplo de uso de recursos de emendas parlamentares.

Mudanças mais bruscas na Codevasf foram barradas com a decisão do governo de manter a estatal nas mãos do centrão.

A ideia é que o engenheiro Marcelo Moreira, nomeado em 2019 com aval da União Brasil, siga na presidência da estatal, e que sejam alterados alguns nomes em superintendências e nas diretorias.

Especialistas ouvidos pela **Folha** disseram que a estatal poderia ter deixado de assinar os acordos com indícios de cartel.

"Ao longo do procedimento licitatório e até mesmo da execução contratual a estatal não só pode como deve rever seus atos", afirmou o professor de direito constitucional da PUC-SP Pedro Estevam Serrano.

Para o advogado especialista em licitações Anderson Medeiros Bonfim, "o compromisso de contratação futura deve ser reanalisado pela estatal na medida em que incidem gravíssimos questionamentos".

Segundo o ex-diretor da Faculdade de Direito da USP e constitucionalista Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, a estatal deveria ter aberto um procedimento para investigar as licitações e se constatada a fraude anular as concorrências em caso de comprovação da atuação do cartel.

Outra empresa apontada pelo TCU como integrante do cartel em 2021, a goiana Mobicon, aparece em terceiro lugar no ranking dos contratos formalizados nos primeiros dias da gestão Lula, com acordos que somam R$ 84 milhões.

Em um dos lotes vencidos pela construtora em Goiás, além dela, houve a participação apenas de outra empresa também apontada como integrante do cartel do asfalto, que só deu um lance inicial com desconto irrisório de 0,0001%. A Mobicon acabou levando o lote dando um abatimento de somente 0,5%.

O que é a Codevasf

Estatal criada na década de 1970 para desenvolver projetos de irrigação no semiárido. No governo Bolsonaro, passou a ser uma grande executora de obras de pavimentação financiadas por emendas parlamentares

Orçamento de 2023 R$ 2,27 bilhões

Estrutura 2.450 servidores em exercício, sendo 790 comissionados

Comando A empresa foi loteada por Bolsonaro ao centrão. Lula manteve Marcelo Moreira, nomeado em 2019 com aval da União Brasil, na chefia do órgão

Suspeitas Sob Bolsonaro, auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) revelou indícios da ação de um cartel de empresas de pavimentação em licitações da Codevasf que somam mais de R$ 1 bilhão. O governo Lula assinou outros contratos de R$ 650 milhões herdados de Bolsonaro que levam para a atual gestão uma série de empreiteiras e condutas suspeitas de prática de cartel, semelhantes às indicadas pelo TCU no governo anterior

OS INDÍCIOS DE CARTEL

Poucas propostas O número de participantes dos pregões da Codevasf vem caindo. Em 2018, a quantidade média de participantes era 18. O número chegou a 4,1 em 2021. Nas licitações do ano passado, o número foi de 6

Empresas figurantes Empresas que participam das licitações apenas para figurar, sempre perdendo

Proposta fictícia Apresentação de proposta por empresa que não tinha condições de atender aos critérios de habilitação

Baixos descontos O desconto médio segue tendência de queda. Em 2018, era de 30%, e caiu para 5% em 2021. Nos pregões de 2022 analisados pela **Folha**, foi de 11%.

Codevasf diz que pregões seguem lei; Planalto se cala

OUTRO LADO

A Codevasf afirmou que suas licitações seguem a lei e não fixam limites mínimos para número de participantes ou para descontos em relação aos valores de referência.

Procurado, o Planalto não se manifestou sobre os contratos da Codevasf.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional afirmou que a Codevasf tem autonomia administrativa, "sendo responsável por suas obras e pela prestação de contas à sociedade".

A Engefort afirmou que "nunca combinou preços com empresas concorrentes e jamais atuou para fraudar qualquer licitação".

A empreiteira Mobicon nega que tenha atuado em cartel e sustenta que participa das licitações dentro da legalidade.

A CLPT foi procurada, mas não respondeu.

Obra de pavimentação da Codevasf inacabada no Povoado de Macaúbas, no Tocantins Adriano Vizoni - 30.mar.22/Folhapress

Cristiano Zanin, advogado de Lula nos processos da Lava Jato, em cerimônia no TSE Pedro Ladeira - 12.dez.22/Folhapress

Lula indicar Zanin ao STF fere princípios, opinam juristas

Presidente disse ser amigo do seu advogado, o que violaria a impessoalidade

Angela Pinho e Géssica Brandino

SÃO PAULO A possível indicação de Cristiano Zanin, advogado e amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para o STF (Supremo Tribunal Federal) pode violar o princípio da impessoalidade e comprometer a legitimidade do tribunal perante a sociedade, avaliam representantes do mundo jurídico ouvidos pela **Folha**.

Zanin atuou nos processos em que Lula foi réu no contexto da Operação Lava Jato, inclusive no que resultou na prisão do petista por 580 dias em Curitiba. As ações foram anuladas pelo STF.

Recentemente, Lula se referiu ao advogado como seu amigo e afirmou que ninguém estranharia se ele o indicasse à corte.

"Hoje, se eu indicasse o Zanin, todo mundo compreenderia que ele merecia ser indicado. Tecnicamente cresceu de forma extraordinária, é meu amigo, é meu companheiro, como outros são meus companheiros, mas nunca indiquei por conta disso", afirmou em entrevista a Reinaldo Azevedo na BandNews.

A declaração contrariou falas do próprio petista ao longo da campanha eleitoral de 2022. Em entrevista à bancada do Jornal Nacional, no primeiro turno, Lula afirmou: "Eu não quero amigo em nenhuma instituição".

Declaração semelhante foi feita no debate **Folha**/UOL/Band/TV Cultura, no segundo turno. "Não é prudente, não é democrático um presidente da República querer ter os ministros da Suprema Corte como amigos. Eu acho que a Suprema Corte tem que ser escolhida por competência, por currículo, e não por amizade", disse.

A próxima vaga no STF será aberta com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, que completará 75 anos em maio deste ano.

A proximidade de Zanin com o presidente é citada como preocupação entre especialistas ouvidos pela **Folha**.

"Acredito que não é impossível existir isenção quando nós temos ideologia e uma tendência de alinhamento pessoal muito grande envolvidas. Desvirtua o preceito da magistratura de impessoalidade, que é um princípio constitucional", afirma Luciana Berardi, integrante da comissão de direito constitucional da OAB-SP e professora da Escola Paulista de Direito.

Rubens Glezer, professor da FGV Direito São Paulo e coordenador do grupo de pesquisa Supremo em Pauta, diz que a fala de Lula sobre Zanin é problemática e ambígua.

"O presidente trata uma instituição pública como um presente. Outra interpretação é: 'vou colocar ali porque é alguém com quem estou absolutamente alinhado e é isso que o faz merecedor do cargo'. Isso é muito parecido com o [ex-presidente Jair] Bolsonaro, que queria alguém terrivelmente evangélico, que pensasse como ele."

Outra preocupação manifestada pelos professores é em relação à imagem do tribunal, no momento em que o Judiciário é alvo de desconfiança e após ataques da direita bolsonarista.

"A corte é extremamente relevante e tem que passar a imagem de que é a garantidora da Constituição, não importa quem nomeou e por onde vão as decisões", diz a cientista política Maria Tereza Sadek, professora sênior da USP. "O regime democrático presidencialista envolve a ideia de um Judiciário independente e que atua de acordo com a lei."

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco, Flávia Santiago Lima diz que o poder do Supremo de derrubar leis aprovadas pelo Congresso torna a questão ainda mais delicada.

"O tribunal precisa se mostrar impessoal e neutro, porque é isso que o legitima a eventualmente até invalidar a vontade popular."

Oscar Vilhena, professor da FGV Direito SP e colunista da **Folha**, reforça que o Supremo tem uma atuação crucial para a defesa da democracia, mas traz a questão da diversidade.

"Seria fundamental a ampliação do número de mulheres e de pessoas negras na corte. Lula deveria usar a sua prerrogativa para ampliar a representatividade da sociedade brasileira no tribunal", afirma.

Nos últimos dias, entidades jurídicas, ministros do governo Lula e o ministro do STF Edson Fachin se manifestaram publicamente a favor da indicação de uma magistrada negra à corte.

A indicação de um ministro com ligações próximas ao presidente da República não é novidade, mas, se confirmada, a de Zanin seria o único caso na atual composição em que esse elo é estritamente pessoal.

Os demais casos são os de André Mendonça, ex-advogado-geral da União na gestão Bolsonaro; Alexandre de Moraes, ex-ministro da Justiça de Michel Temer; Dias Toffoli, também ex-AGU de Lula; e Gilmar Mendes, que ocupou o mesmo posto no governo FHC.

Presidente da AMB (Associação dos Magistrados do Brasil) na época da indicação de Gilmar Mendes, Cláudio Baldino Maciel avalia que a situação atual tem diferenças em relação à do indicado por FHC.

Ele lembra que o maior incômodo da classe com Gilmar era o uso de expressões de confronto, como "manicômio judiciário". Já em relação a Zanin, em sua visão pesa a questão da impessoalidade.

"Ele foi advogado do presidente Lula em um momento muito dramático, é de se perguntar se não há uma relação de pessoalidade muito próxima", diz ele, acrescentando que o Senado deveria ser mais rigoroso na análise dos indicados.

A Constituição estabelece poucos critérios para alguém ocupar a corte: ter mais de 35 anos, reputação ilibada e notório saber jurídico. Não há definição legal de quais quesitos devem ser considerados para saber se tais requisitos foram preenchidos.

Para cumprir o rito, a indicação precisa passar pelo crivo do Senado, com sabatinas e votações na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário, onde a aprovação ocorre por maioria absoluta, ao menos 41 votos de 81, o que tem acontecido sempre.

Não há certeza sobre qual seria a atuação de Zanin nos processos em que Lula ou o governo são parte.

Os códigos de Processo Civil e Processo Penal estabelecem que há suspeição do juiz (ou seja, ele não deve participar do julgamento) quando ele for "amigo íntimo" ou inimigo de alguma das partes. Outros critérios são ter recebido presentes ou ter aconselhado alguma das partes.

Para Berardi, da OAB-SP, haveria um conflito ético na indicação de Zanin, a exemplo do que aconteceu com a indicação de Toffoli e Mendonça.

"Cada vez mais os requisitos constitucionais estão sendo deixados de lado e as indicações estão se pautando essencialmente em termos políticos, como um afago. Isso podemos ver também nas indicações de 12 esposas para os TCUs (Tribunais de Contas da União) dos estados."

Para Glezer (FGV), as regras constitucionais são minimalistas. "Impressiona que a cada indicação não se faz um debate imprescindível: quais são as qualidades que queremos dos candidatos e candidatas? Eles precisam ter que tipo de carreira, que tipo de perfil e trajetória?", diz.

Sadek (USP) afirma que, entre os aspectos que precisam ser melhor debatidos, está o tempo de permanência na corte, uma vez que há ministros indicados ainda jovens e que podem permanecer por décadas no Supremo.

Procurado, Zanin não quis se manifestar. Em conversas reservadas, ele tem dito que não frequenta a casa de Lula nem o petista a sua, que é um defensor do sistema de Justiça e que pouco criou a desconfiança em relação ao Judiciário foi a Lava Jato.

Próximas aposentadorias no Supremo

Governo Lula (2023-2026)
- Ricardo Lewandowski (mai.23)
- Rosa Weber (out.23)

Governo 2027-2030
- Luiz Fux (abr.28)
- Cármen Lúcia (abr.29)
- Gilmar Mendes (dez.30)

Governo 2031-2034
- Edson Fachin (fev.33)
- Luís Roberto Barroso (mar.33)

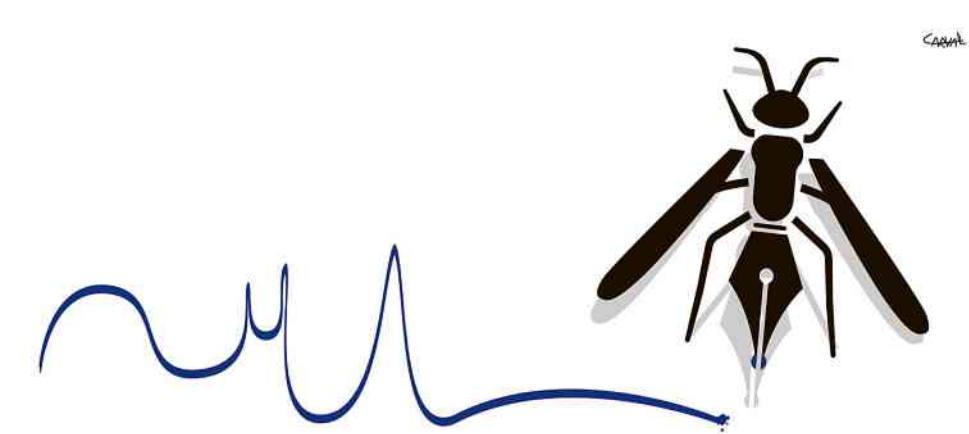
Governo 2039-2042
- Dias Toffoli (nov.42)

Governo 2043-2046
- Alexandre de Moraes (dez.43)

Governo 2047-2050
- Kassio Nunes Marques (mai.47)
- André Mendonça (dez.47)

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Quando a Folha assusta

Pauta liberal do jornal incomoda, mas será que só nos temas econômicos?

José Henrique Mariante

*Da "PEC da Gastança" do fim do ano passado à "medida abilolada" de taxar a exportação de petróleo no início deste mês, leitores da **Folha** já se acostumaram com um jornal de adjetivos contra o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ou não.*

Muitos não se conformam com o tratamento hostil ao presidente, outros apelam ao ombudsman, sem falar nos que anunciam o cancelamento da assinatura. Há muitos pedidos de paciência com o petista, dado que os efeitos deletérios da era bozozoica ainda se farão perceber por muito tempo.

*Há também um sentimento frequente de que a **Folha** está presa a algum tipo de compromisso neoliberal farialimer selvagem, traindo seu histórico de veículo transformador, modernizante, consolidador da democracia. Uma coisa não necessariamente exclui a outra, alguém notará, mas isso é detalhe. O jornal precisa decidir de que lado está, exige-se, sendo que um deles é o bolsonarismo, deixando o outro como única opção viável. Seria bom se fosse assim tão simples.*

Ocorre que a pauta liberal deste diário não se resume aos temas econômicos. A última semana, marcada pelo 8 de março, trouxe um extenso e variado cardápio sobre questões de gênero, equidade, representatividade, feminismo, violência física, moral e digital. Com naturalidade foram discutidas pequenas e grandes soluções. A conveniência de adotar calções escuros no uniforme de jogadoras de futebol. A necessidade de alçar uma mulher negra ao Supremo Tribunal Federal no país em que uma magistrada de pele preta ouve "cadê a juíza?" ao entrar na sala de audiência.

(Semana não sem percalços, é preciso registrar. Na terça-feira (7), o jornal foi capaz de conceder um título para uma influencer oportunista que desejava "ser submissa ao novo namorado"; na quinta-feira (8), facultou ampla visibilidade na Primeira Página ao deputado federal transfóbico que, para aparecer, envergou uma peruca na tribuna da Câmara.)

*Tamanha opção pela diversidade, evidente na comparação de sua produção com as de concorrentes diretos, faz jus ao tal histórico transformador e modernizante, não apenas em questões de gênero. A **Folha**, neste momento, por exemplo, promove também a terceira edição de seu programa de trainees para profissionais negros. O jornal portanto é coerente com sua trajetória? Novamente, seria bom se fosse assim tão simples.*

*No mesmo 8 de março, um leitor escreveu ao ombudsman para reclamar do "absurdamente excessivo espaço que a **Folha** dedica a temas de raça, gênero e desigualdade". De uma cobertura que seria "repetitiva, que mostra alguns poucos casos, os generaliza, com excesso de peso ideológico".*

*Dias antes, outro leitor se queixou do que classificava como "proselitismo religioso". Comentava reportagem da Folhinha sobre uma influencer gospel e questionava a necessidade de o jornal ter colunistas dedicados ao universo evangélico. "Esse público, a quem vocês tentam tanto agradar, não lê a **Folha** e nenhum outro jornal tradicional. Pelo contrário: por conta disso, vocês estão perdendo assinantes de décadas." No Instagram, o tom das reações à matéria não era muito diferente. Alguém reclamava do "palanque para a Damares da nova geração".*

*Opiniões isoladas? Talvez. É razoável imaginar, no entanto, que também aqui possa ocorrer certa confusão entre uma concepção arraigada de jornal e os rumos que ele toma. Nem tanto pelas "pautas identitárias", como sublinha o primeiro leitor, mas pelo que a **Folha** está deixando de fazer. Por outros motivos, que vão de um orçamento apertado a novas e desafiadoras dinâmicas do jornalismo, a **Folha** está deixando de fazer muita coisa.*

É imprescindível, porém, que prossiga no que mais importa no momento para esta sociedade desigual. É sua história.

Reportagem local

*O título do site era uma espécie de genérico para tardes paulistanas: "Chuva causa morte, enchentes e desabamentos em São Paulo; CET suspende rodízio". O do jornal impresso chegava mais perto da tragédia: "Temporal alaga ruas e mata mulher dentro de um carro em São Paulo". A notícia aparece mesmo no foco mais fechado: uma mulher de 88 anos morreu afogada em Moema dentro do próprio carro. Para quem não é de São Paulo, Moema é um bairro de classe média alta, com ampla infraestrutura urbana, relativamente plano, o que torna o episódio absolutamente inusitado. Uma das coisas que a **Folha** está deixando de fazer é ter esse olhar local para sua própria cidade.*

Em reportagem do dia seguinte, o jornal informou que a senhora era autossuficiente, cheia de vida e que tinha saído para comprar pão quando acabou presa na arapuca em que se transformou a rua Gaivota. O jornal falou com a família? Não, reproduziu postagem da neta em redes sociais. Essa é uma das novas dinâmicas do jornalismo.

O ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro Bento Albuquerque em cerimônia em Brasília Adriano Machado - 13.mar.2021/Reuters

Bento Albuquerque amplia lista da militares na mira de inquéritos

Envolvido no caso das joias, ex-ministro de Bolsonaro e almirante da Marinha terá que dar explicações à Justiça

Fabio Serapião

BRASÍLIA O ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque ingressou na lista de militares na mira de investigações por causa de fatos relacionados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Albuquerque é almirante de esquadra na Marinha e foi um dos militares nomeados por Bolsonaro logo no início do governo. Ele assumiu o Ministério de Minas e Energia em janeiro de 2019 e permaneceu no cargo até maio de 2022.

Em outubro de 2021, após ser indicado pelo próprio Bolsonaro para representá-lo em uma viagem à Arábia Saudita, o então ministro e dois assessores retornaram com as joias que acabaram apreendidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos.

O grupo do ministro ainda trouxe um segundo estojo com joias. Como mostrou a **Folha**, esse pacote com relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard, passou pelo Fisco sem ser declarado e foi entregue ao acervo pessoal de Bolsonaro em novembro de 2022, depois de ficar um ano guardado por Albuquerque no ministério.

As várias perguntas sem respostas sobre a origem dos presentes, as tentativas de reaver os bens apreendidos e os motivos da tentativa de burlar o Fisco no retorno ao país colocaram Albuquerque na mira do inquérito aberto pela Polícia Federal.

A existência do segundo estojo de joias não declarado, por sua vez, o levou a ser um dos alvos de uma apuração na Receita.

Joias que estavam com assessor de Bento Albuquerque e foram apreendidas pela Receita Reprodução TV Globo

O ex-ministro foi intimado a depor no inquérito sobre as joias e falar aos investigadores na próxima terça (14). O assessor Marcos André Soeiro, outro militar agora na mira da Justiça, também foi chamado. Era ele quem portava as joias apreendidas e estimadas em R$ 16,5 milhões.

Ao pedir a apuração, o ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), afirmou em ofício ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, que a tentativa de entrada com as joias pode "configurar crimes contra a administração pública tipificados no Código Penal".

Albuquerque, entre outras coisas, deverá ser questionado sobre qual a participação e o nível de conhecimento de Bolsonaro nos fatos ocorridos após o retorno da comitiva da Arábia Saudita.

Eu já tinha passado pela imigração e pela alfândega [em Guarulhos] quando fui chamado de volta porque abriram a mala do Soeiro e descobriram as joias. Não sabíamos do conteúdo. Achávamos que eram presentes convencionais, não joias

Bento Albuquerque
almirante de esquadra na Marinha e ministro das Minas e Energia no governo Bolsonaro

No sábado (4), o ex-ministro disse à **Folha** que passou pela alfândega portando apenas artigos pessoais e que o estojo contendo relógio, caneta, abotoaduras e rosário ingressou no país pelas mãos de um dos assessores que o acompanhavam.

"Eu já tinha passado pela imigração e pela alfândega [em Guarulhos] quando fui chamado de volta porque abriram a mala do Soeiro e descobriram as joias", disse o ex-ministro. "Não sabíamos do conteúdo. Achávamos que eram presentes convencionais, não joias."

Em nota, no mesmo dia, a assessoria do ministro afirmou que a pasta adotou medidas para encaminhar o acervo "ao seu adequado destino legal".

Como mostrou a **Folha**, Bolsonaro falou por telefone com o então secretário da Receita Julio Cesar Vieira Gomes antes da última investida para reaver as joias, nos últimos dias de governo.

Essa última tentativa, em dezembro de 2022, com direito a registro em ofícios, e-mails e vídeos do circuito interno de TV, tem como figura central o coronel Mauro Cid, outro militar próximo de Bolsonaro com investigações contra si.

Cid, por sua passagem como chefe da Ajudância de Ordens da Presidência, é investigado em várias frentes sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

A PF chegou a indiciá-lo pela participação no vazamento do inquérito sigiloso sobre o ataque hacker aos sistemas do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Nessa apuração, ele teve o sigilo telemático quebrado e os investigadores encontraram armazenados em sua nuvem dados do histórico de conversas antes e durante a passagem pela Presidência.

No material, a PF achou indícios de transações suspeitas e o ministro Moraes acatou pedido para quebrar o sigilo bancário de Cid e de outros servidores.

O ajudante de ordens também participou da organização da live em 29 de julho de 2021 em que Bolsonaro atacou sem provas a segurança das urnas eletrônicas e foi alvo da apuração aberta pela PF.

Todos esses casos estão reunidos, atualmente, no inquérito das milícias digitais.

A participação com Bolsonaro em fatos investigados nesse caso também colocou outros militares no inquérito.

O general Luiz Eduardo Ramos, chefe de três ministérios no governo Bolsonaro, chegou a ser ouvido pela PF após ter sido apontado por um dos participantes da live contra as urnas como a pessoa a buscar desde o início do governo informações para atacar o sistema eleitoral.

A empreitada bolsonarista para fragilizar a lisura eleitoral, indica a apuração da PF, também teve apoio da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), chefiada pelo delegado Alexandre Ramagem e sob tutela do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), comandado pelo general Augusto Heleno.

Após decisão de Moraes, militares também passaram a entrar no foco das apurações sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro realizados por bolsonaristas.

Nesse caso, o depoimento do ex-comandante do setor de operações da PM do Distrito Federal aponta para integrantes da cúpula do Exército como responsáveis por impedir a desocupação do acampamento golpista em frente ao quartel-general em Brasília.

O então comandante do Exército, Marco Antonio Freire Gomes, e o chefe do Comando Militar do Planalto, Gustavo Henrique Dutra, são mencionados pelo PM.

Dutra, por sua vez, como chefe do Comando do Planalto, também era responsável pelo BGP (Batalhão da Guarda Presidencial).

Outro depoimento, agora de um servidor da PF que trabalhava na Presidência e esteve no Palácio do Planalto durante os ataques, indica a inação da tropa e falta de comando durante a invasão.

Segundo o policial, integrantes do BGP chegaram a organizar um corredor para liberar os golpistas quando o Batalhão de Choque da PM já atuava para acabar com as depredações e prender os envolvidos.

Entenda os principais pontos do caso das joias

Quem estava na viagem à Arábia Saudita? Entre os integrantes da comitiva brasileira que foi ao país árabe em 2021, estavam o ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) e os assessores Marcos André dos Santos Soeiro e Christian Vargas. Bolsonaro estava no Brasil —no dia 25 de outubro, ele participou de um almoço na Embaixada da Arábia Saudita, em Brasília

Quais itens foram alvo da apreensão? Um par de brincos, um anel, um colar e um relógio, confeccionados com pedras preciosas, bem como um enfeite em forma de cavalo com adornos dourados. Os itens estavam na bagagem de Soeiro, assessor de Albuquerque

Para quem seriam esses artigos? Segundo afirmou Bento Albuquerque, seriam presentes do governo da Arábia Saudita a Jair Bolsonaro e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro

Qual o valor dos itens apreendidos? O valor das joias, de 3 milhões de euros (cerca de R$ 16,5 milhões), foi estimado pela equipe de auditores da Receita e embasaria a oferta no leilão. Essa avaliação revisou o preço inicialmente estimado pelos fiscais (US$ 1 milhão)

Por que os itens não foram incorporados ao acervo da União? Segundo a Receita, a incorporação de um presente trazido do exterior ao patrimônio da União "exige pedido de autoridade competente, com justificativa da necessidade e adequação da medida" e afirmou que o governo Bolsonaro não os seguiu naquela ocasião

Bolsonaro se empenhou na liberação das peças? Sim. Bolsonaro e o então chefe da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes conversaram por telefone em dezembro sobre a liberação das joias

Por que um segundo pacote de joias não foi apreendido? Uma investigação vai apurar os motivos. Esse outro conjunto, que inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard e supostamente destinados a Bolsonaro, estava na bagagem de um dos integrantes da comitiva e não foi interceptado. O Tribunal de Contas da União já determinou que o ex-presidente não use nem venda essas joias

O que diz a ex-primeira-dama? Em rede social, Michelle negou ser a destinatária das joias, mas não deu mais explicações e ironizou: "Quer dizer que 'eu tenho tudo isso' e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo", postou no Instagram no último dia 3, quando o caso foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo

O que diz Bolsonaro? O ex-presidente disse no dia 4 que estava "sendo crucificado no Brasil por um presente que não recebi". "Vi em alguns jornais de forma maldosa dizendo que eu tentei trazer joias ilegais para o Brasil. Não existe isso", disse. Na última semana, ele confirmou à CNN Brasil que o segundo pacote de artigos de luxo foi incorporado a seu acervo pessoal, mas disse que não houve nenhuma ilegalidade

Pablo Valadares - 7.mar.23/Divulgação Câmara dos Deputados

Marcos Pereira, 50
É advogado, formado em direito pela Unip (Universidade Paulista) e mestre pelo IDP (Instituto de Direito Público). Presidente do Republicanos desde 2011, foi ministro da Indústria do governo Michel Temer (MDB), de 2016 a 2018. É bispo licenciado da Igreja Universal. Está no segundo mandato como deputado federal

Marcos Pereira

Bolsonaro não é líder da oposição, é turista nos EUA

Presidente do Republicanos diz não haver possibilidade de integrar base de Lula e não descarta Tarcísio candidato ao Planalto em 2026

ENTREVISTA

Camila Mattoso
e Julia Chaib

BRASÍLIA Depois de ter feito parte da base do governo Jair Bolsonaro (PL) e ter apoiado sua derrotada candidatura à reeleição, o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), critica o então aliado por ter deixado o Brasil após perder o pleito para Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Pereira afirmou à **Folha** que Bolsonaro se tornou um turista nos Estados Unidos e deixou o cargo de líder da oposição vago ao se ausentar do país. Na entrevista, ele disse que não há nada que possa ser feito para atrair seu partido para a base do governo Lula.

"Se ele fosse líder da oposição, ele teria de estar fazendo oposição aqui no Brasil. Ele é um turista nos Estados Unidos", disse a respeito de Bolsonaro. "Você só faz oposição presente. Você tem de estar presente para fazer oposição."

O ex-presidente viajou para Orlando em 30 de dezembro de 2022 e ainda não tem data para retornar ao Brasil.

O dirigente do Republicanos disse não descartar a possibilidade de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo e integrante de seu partido, disputar a Presidência da República em 2026. Para Pereira, se Tarcísio tivesse concorrido no lugar de Bolsonaro em 2022, teria vencido Lula.

Eleito para seu segundo mandato na Câmara, Pereira também criticou o início do governo Lula, mas fez elogios a Fernando Haddad (PT), ministro da Fazenda.

*

Após a derrota eleitoral, Bolsonaro é o líder da oposição? Acho que não, porque se fosse líder da oposição, ele teria de estar fazendo oposição aqui no Brasil. Ele é um turista nos Estados Unidos.

Quem faz esse papel atualmente? Eu acho que está vago. Você só faz oposição presente. Você tem de estar presente para fazer oposição.

Tarcísio está ocupando esse espaço? Ainda não. Ele está iniciando o Governo de São Paulo.

Acha que Bolsonaro acabou? Acho que não. Tem pessoas que gostam dele, que o idolatram, que o amam, mas não existe vácuo de poder. Se você deixa aquele espaço vazio, alguém ocupa. E como ele, a meu ver, está deixando espaço vazio, alguém vai ocupar. Tarcísio pode ocupar, mas ainda é cedo.

Tarcísio se beneficiou da polarização em São Paulo e do bolsonarismo... Acho que não. São coisas diferentes. Tarcísio foi eleito porque São Paulo nunca elegeu o PT ao governo do estado. O Tarcísio tem os méritos dele. Eu vou dizer outra coisa: se Tarcísio fosse o candidato a presidente —e não o Bolsonaro—, ele seria o presidente da República, não o Lula.

Tentaram fazer isso? Não. Porque o [ex-]presidente [Bolsonaro] tinha todo direito de ser candidato à reeleição, como a [ex-]presidenta Dilma [Rousseff] também tinha direito.

Mas entre os aliados, acham que Tarcísio seria melhor? Havia uma percepção, e algumas pesquisas qualitativas demonstraram isso pelo histórico de Bolsonaro. É o estilo dele.

A gente tem que respeitar o estilo dele, mas isso também trouxe o ônus de perder a eleição. Eu tenho dito em bastidores, em conversas com políticos, com empresários, que Lula não ganhou a eleição. Foi Bolsonaro que perdeu.

O sr. fala em estilo, mas isso fez Bolsonaro virar investigado pelo 8 de janeiro. Se arrepende de ter se aliado com Bolsonaro? Eu não tinha outra opção.

Mas não ter opção faz com que o sr. veja como certo estar ao lado do ex-presidente? [Porque] 80% da pauta, agora talvez 70% da pauta era convergente. Mas quando o Tarcísio veio para o Republicanos eu não tinha como não apoiar Bolsonaro. É meio que automático, né?

Bolsonaro errou ao não ligar para Lula e reconhecer a derrota? Se fosse eu, teria ligado e reconhecido. Mas se ele errou ou não, não cabe a mim julgar, né?

O sr. falou que Lula não ganhou, Bolsonaro perdeu. Por quê? Perdeu por toda essa história. Em março de 2019, eu disse: o presidente precisa descer do palanque.

Não aconteceu um erro. Aconteceu uma sucessão de erros, como o presidente Lula também de certa forma está errando. Quando você ganha a eleição, você tem que governar para todos, que é o que o Tarcísio está fazendo em São Paulo.

Roberto Jefferson foi decisivo para Bolsonaro perder? Carla Zambelli também? Calma, eu vou chegar lá. Veja, quando ele [Bolsonaro] ganha eleição, ele continua fazendo embates, hostilizando jornalistas, mulheres. Vem a pandemia e ele faz todo aquele embate da vacina, contra a ciência. E já no final, embate com o Judiciário.

Então, quando ele não busca uma harmonia entre os Poderes, isso gera instabilidade. Para o final, sim, Carla Zambelli com a arma em São Paulo, teve o Roberto Jefferson... Eu acho que isso também prejudicou, sim. Até o sábado anterior ao Jefferson, em todas as nossas pesquisas ele tinha uma diferença pequena, mas estava na frente de Lula. Dali para frente, houve essa...

E salário mínimo? Ah, o [ex-ministro da Economia Paulo] Guedes falou muita bobagem. Falou que até empregada doméstica vai para Disney, que filho de porteiro vai para universidade. Todos sabem que fui um crítico do Guedes, nada no pessoal, mas no conceitual. E essa do salário mínimo ajudou muito [a derrota]. Então, todos esses fatores somados.

Quais são os erros do governo Lula? Sempre externei preocupação com a eleição do Lula, na pauta econômica principalmente. A gente sabe que o programa do partido que o elegeu é menos liberal, mais estatizante. Para além disso, eu me perguntei: vamos ter um Lula de 2002 ou de 1989?

Vem um Lula que vai defender suas ideias ou um Lula magoado por tudo que aconteceu, com revanche? E aí quando ele fala que a privatização da Eletrobras foi uma bandidagem, ele tá chamando o Congresso de bandido. Aí não ajuda.

E boa parte desses congressistas estão aí. Quando ele ou alguém do governo ou do partido sinalizam que podem querer revogar a reforma trabalhista ou previdenciária, é preocupante. O problema está no que é discurso e o que pode ser prática. O tempo vai dizer.

E o novo marco fiscal? Tem que fazer, somos favoráveis. Vamos aguardar o texto, vamos aguardar a ideia, a proposta, para nos posicionarmos.

E a reforma tributária? Mesma coisa.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem sido bom articulador? Haddad tem me surpreendido positivamente. Fiquei de certa forma preocupado quando ele foi anunciado, porque eu moro em São Paulo e tenho críticas à sua gestão como prefeito. Mas agora, como o ministro da Fazenda, pelo que vejo e ouço do setor produtivo, ele tem surpreendido a todos positivamente. Eu torço para que dê certo, porque se der certo, vai ser bom para o Brasil.

Como vê a relação do presidente Lula com evangélicos? Ele tem uma certa dificuldade de trafegar nesse meio. Percebo, pelo que ouço, que querem se aproximar.

É possível? Tudo é.

Como avalia o episódio das joias, que envolve Bolsonaro? Eu estou vendo pela televisão.

Bolsonaro tem que devolver as joias que ficaram com ele? Eu, se fosse presidente da República e recebesse presentes como esse, teria entregue ao acervo da União.

Sobre Michelle, o sr. acha que ela pode ocupar esse vácuo do Bolsonaro, se ele virar inelegível? É o desejo do presidente do partido dela [Valdemar Costa Neto]. Entre o desejo e as condições, tem um caminho a ser percorrido.

O sr. vê Tarcísio com mais condições do que ela? Tarcísio, acho que por ser governador do estado da relevância de São Paulo, pode ter mais condições. O [governador de Minas Gerais, Romeu] Zema pode ter condições, [o governador do Paraná] Ratinho [Júnior] pode ter condições.

Integrantes do governo Lula tentaram atrair o seu partido para a base e inclusive apoiaram o nome de Jhonatan de Jesus para o TCU (Tribunal de Contas da União). Qual é a chance do Republicanos integrar o governo? O partido continua independente e vai continuar independente.

Esse acordo de apoiar o Jhonatan, e até me apoiar para primeiro vice-presidente da Câmara, foi feito ainda no momento de transição, na [votação da] PEC da Transição [em dezembro]. O partido votou 100% contrário à PEC e ajudou a derrubar um destaque [que tratava do arcabouço fiscal]. Então não se trata de governabilidade no governo, mas de um acordo pretérito, numa outra situação.

Não há nada que faça o partido mudar de opinião? Em 2019 nós fizemos uma convenção nacional do partido para a mudança do nome [de PRB para Republicanos] e do [lançamento do] manifesto político do partido.

No manifesto político, nós já abrimos no preâmbulo dizendo que o Republicanos é um partido conservador e liberal na economia.

Defendemos a livre iniciativa, o mercado, a meritocracia. É um manifesto de centro-direita. Então, nesse contexto, nosso manifesto político e o resultado da eleição —elegendo o governador do maior colégio eleitoral, do estado mais pujante e mais rico do país— não nos permite fazer base do governo que é mais estatizante, socialista, etc. Eu não vejo como a gente atuar como base do governo. Não há nada então que possa atrair [o partido para a base].

Nem se Lula oferecer um ministério? Não.

O sr. está pensando na eleição de 2026? Óbvio. Não estou pensando na presidência propriamente dita. Nós temos quatro senadores, dos quais três foram eleitos nesse campo: General Mourão (RS), Damares [Alves] (DF) e Cleitinho (MG). O senador Mecias [de Jesus] já vinha no partido, mas também é de um estado, que é Roraima, cuja população é mais de centro-direita. Então a bancada no Senado tem dificuldade de virar governo.

E a bancada da Câmara, dos 42 [deputados], nós temos aí no máximo —se você fizer um esforço, espremer muito— 15 deputados, e a maioria do Nordeste [que topam integrar a base]. Eu disse para alguns deles: "para você, que é do Nordeste, virar a base de Lula é um sonho". Mas para quem é do Centro-Oeste, do Sudeste, do Sul, não tem condição.

Qual o futuro de Tarcísio? O projeto do Tarcísio, o mais natural é que ele seja candidato à reeleição. Agora, se houver um chamamento da população brasileira [para ele ser candidato a presidente], uma coisa que pesquisas qualitativas e quantitativas [meçam], e também a população, aquela onda, não podemos descartar. Mas nesse meio tempo tem o próprio Bolsonaro, que é o mesmo eleitor. O que vai acontecer com ele, ninguém sabe.

Pelo que eu conheço do Tarcísio, se Bolsonaro for candidato, não acredito que ele disputaria contra ele.

O governo Lula tem base? Ainda não tem base, mas dependendo do tema, penso eu que o parlamentar não tem como ficar contra.

Defendemos a livre iniciativa, o mercado, a meritocracia. É um manifesto de centro-direita. [...] Eu não vejo como a gente atuar como base do governo. Não há nada então que possa atrair [o partido para a base].

Governo propõe punição a big techs por conteúdo golpista

Texto incluirá também transparência para algoritmos e publicidade online

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O governo Lula deve entregar na semana que vem ao Congresso sua proposta de regulação de internet. Ela inclui punições às big techs para violações da Lei do Estado Democrático e de direitos da criança e do adolescente, além de exigir transparência algorítmica e na publicidade online.

O texto será encaminhado e discutido com o deputado Orlando Silva (PC do B-SP), relator do PL das Fake News. A ideia é incorporar as propostas do governo a uma versão simplificada do projeto do deputado, que tramita há três anos, mas há divergências.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não aceita a medida que daria imunidade a parlamentares nas redes sociais. No entanto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não abre mão da blindagem. A imunidade foi uma de suas promessas de campanha para a reeleição à presidência da Câmara dos Deputados.

O deputado Orlando Silva, relator do PL das Fake News Pablo Valadares - 20.dez.22/Divulgação Câmara

Dois outros pontos do projeto geram controvérsia: a medida que prevê pagamento de conteúdo jornalístico pelas plataformas e a que impõe regras sobre publicidade online.

A proposta do governo institui responsabilidade civil das plataformas por conteúdo que viole a Lei do Estado Democrático de Direito, que veda pedidos de abolição do Estado de Direito, estímulo à violência para deposição do governo ou incitação de animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes.

O texto também proíbe conteúdo que viole o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) mesmo antes de ordem judicial. No caso do ECA, já há precedente jurídico de decisões que vão nessa linha.

A proposta flexibiliza a imunidade às empresas concedida pelo Marco Civil da Internet, principal lei que regula a internet no Brasil. Sancionado em 2014, ele determina que as plataformas só podem ser responsabilizadas civilmente por conteúdos de terceiros se não cumprirem ordens judiciais de remoção.

Segundo o texto do governo, as plataformas só seriam responsabilizadas se tivessem conhecimento sobre o conteúdo ilegal e não agissem. É o chamado "notice and action" que está na Lei dos Serviços Digitais que acaba de entrar em vigor na União Europeia.

As plataformas precisariam ter um canal de denúncias de fácil acesso. Quando recebessem denúncias, teriam de analisá-las e decidir se o conteúdo viola a lei e deve ser removido. Se não agirem e o conteúdo for considerado ilegal, poderão ser responsabilizadas.

A cada seis meses, as empresas teriam de publicar um relatório sobre o chamado "dever de cuidado", especificando denúncias de conteúdo ilegal, remoções de postagens e medidas de mitigação para isso. Os relatórios passariam por uma auditoria independente.

As empresas não seriam punidas se deixassem passar um ou outro conteúdo ilegal, elas só seriam multadas se houvesse descumprimento generalizado do "dever de cuidado".

Não há consenso no governo sobre a criação de um órgão para avaliar os relatórios.

O texto não inclui detalhamento específico de conteúdos que violam a lei. Dessa forma, ficaria a cargo das plataformas interpretar a legislação e determinar o que deve ser tirado do ar. Especialistas temem que isso possa levar as empresas a removerem conteúdo em excesso para evitar responsabilização.

Há ainda demanda do Ministério dos Direitos Humanos de ampliar o escopo da lei e abranger discurso de ódio, mas não há consenso no governo.

O texto também determina transparência algorítmica. Com isso, as plataformas teriam de explicar por que os usuários recebem determinadas recomendações e como funciona o sistema que escolhe o que os internautas veem e o que deixam de ver.

Uma medida polêmica é a que exige consentimento prévio dos usuários para os aplicativos poderem rastreá-los para uso dos dados por anunciantes. A medida é semelhante à regra de privacidade adotada pela Apple em seus aparelhos em 2021, que resultou em uma queda de cerca de US$ 10 bilhões no faturamento de aplicativos como Facebook, Instagram e Twitter.

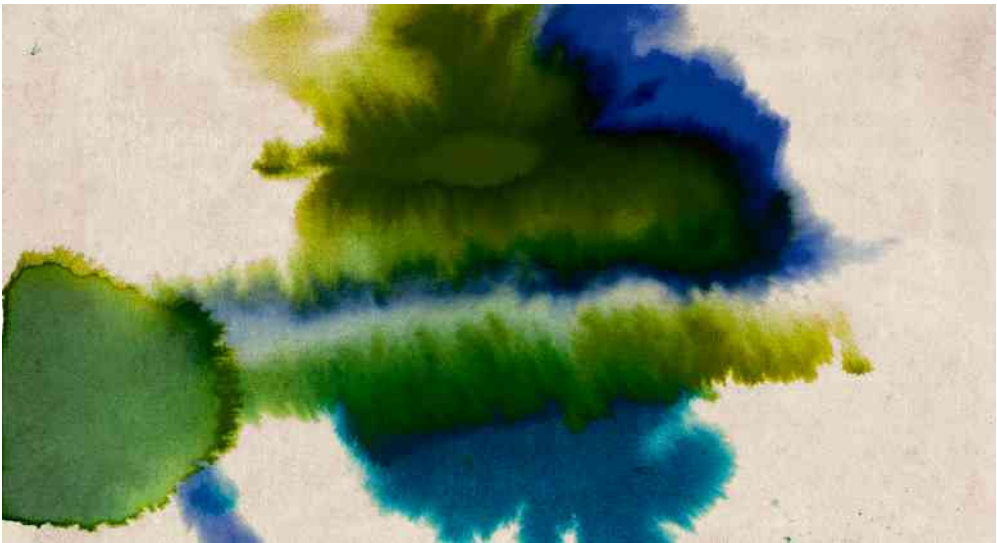
Paralelamente, duas outras frentes podem influenciar a nova regulação de internet.

O STF (Supremo Tribunal Federal) fará audiência pública em 28 de março para debater dois recursos que podem alterar o Marco Civil.

No recurso relatado pelo ministro Dias Toffoli, uma mulher pediu ao Facebook a remoção de um perfil que fingia ser ela e ofendia pessoas. O Facebook se recusou a agir. Ela pede a derrubada do perfil e indenização por danos morais.

Em outro recurso, relatado pelo ministro Luiz Fux, uma professora pediu que o Orkut (comprado pelo Google) tirasse do ar uma comunidade que tinha críticas e ofensas a ela. Ela não foi atendida, e pede ao Google, além da remoção, indenização por danos morais.

Uma decisão em algum desses casos teria repercussão geral e poderia abrir um precedente para responsabilizar civilmente as plataformas por não retirar conteúdo antes de uma ordem judicial. Dentro do governo e no Congresso, há a expectativa de que uma decisão do Supremo forneça parâmetros que acelerem a discussão da regulação.

Além disso, o ministro Alexandre de Moraes, na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, montou um grupo de trabalho com representantes de Google, YouTube, Facebook, Instagram, WhatsApp, TikTok e outros para debater diretrizes para a autorregulação. O relatório com propostas será encaminhado ao Congresso Nacional no fim da semana que vem.

Juliana Freire

Roubo de joias encrencou d. Pedro 2º

O enredo de 1882 também foi chinfrim

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

As joias das Arábias sujaram o ocaso do governo de Jair Bolsonaro numa trama chinfrim, com um colar numa mochila, um almirante-ministro tentando dar uma carteirada, e um tenente-coronel do Palácio mandando um sargento para atropelar um auditor da Receita, sem sucesso.

Por pior que tenha ficado a situação do "mito" Bolsonaro ele ainda está mais confortável que o Imperador d. Pedro 2º, aquele monarca austero de barbas brancas e casacas negras. Numa conta fofoqueira ele colecionou umas dez namoradas, entre as quais uma cunhada, mulher de seu irmão bastardo.

Enquanto rola a trama das Arábias, vale a pena revisitar o roubo das joias da Casa Imperial, em março de 1882. A operação abafa custou caro a d. Pedro.

Depois do baile comemorativo de seus 60 anos, a imperatriz mandou que um criado guardasse suas joias no palácio e subiu para Petrópolis. Dias depois, descobriu-se que as peças haviam sumido. Não só elas, mas também joias de sua dama de companhia e da princesa Isabel. Valiam entre 200 e 500 contos. A dotação orçamentária anual do Imperador era de 800 contos e um negro escravizado com habilidades custava perto de um conto de réis. Entre colares, brincos e pulseiras, os gatunos levaram mais de cem brilhantes.

No dia 21 de março noticiou-se a prisão de três suspeitos. Um deles chamava-se Manoel de Paiva, irmão de um criado de d. Pedro. Ele vivia na Quinta Imperial, em terreno que lhe havia dado o monarca. As joias foram achadas dentro de latas, enterradas num charco perto de sua casa.

Tudo mudou de figura porque, logo depois, os suspeitos foram libertados. A imprensa começou a tratar do caso com deboche, insinuando que o palácio havia montado uma operação para abafar o episódio. O palácio soltou uma nota esclarecendo que o imperador "jamais interveio direta ou indiretamente" no caso.

O primeiro golpe veio de José do Patrocínio, o republicano abolicionista. Ele começou a publicar um romance em capítulos, intitulado "A Ponte do Catete". Nele, Leocádio de Bourbon tinha um criado que lhe arrumava amantes.

Logo depois foi a vez de outro jornal sair com o romance "As Joias da Coroa". Seu autor era o jovem Raul Pompéia. Nele o Duque de Bragantina, senhor da Quinta de Santo Cristo, tinha como alcoviteiro o amigo Manuel de Pavia. (Qualquer semelhança com Manoel de Paiva seria coincidência.)

Ao mistério da libertação dos gatunos juntou-se uma insinuação. Manoel seria o alcoviteiro de d. Pedro 2º e seu silêncio havia sido comprado com o relaxamento das prisões e o esquecimento do caso.

Num terceiro folhetim, "Um Roubo no Olimpo", o teatrólogo Arthur de Azevedo foi explícito. Mercúrio, criado de Júpiter, ameaça-o. Dizendo que contará o que sabe.

A condessa de Barral foi profética

Luísa de Barros Portugal, Condessa de Barral, namorada de d. Pedro, escreveu-lhe de Paris:

"Longe de mim o pensamento que Vossa Majestade exercesse a menor influência sobre a marcha da polícia e da justiça, mas soltarem os acusados sobre os quais pesam suspeitas tão graves, pelo mero fato de se terem achado as joias é uma flagrante imoralidade, e eu digo com não sei que jornal que na lama donde se tiraram os brilhantes, se enterrou a justiça. Quem me dera poder conversar disso tudo com meu amigo e Senhor para saber toda a verdade, mas essa ventura nunca terei. [...] Repito que fiquei com nojo de tudo isso."

Com razão, porque ela logo cairia na roda e se queixava:

"Já tardava que minha vez não chegasse, pois que a liberdade da imprensa de nossa terra não respeita a ninguém. Apesar de não querer me afligir com semelhantes coisas devo-lhe confessar que sinto certa curiosidade em saber o papel que vão me fazer representar num nojento pasquim da ponta do Catete e o que virá depois desta frase: amanhã é o dia da Condessa! [...] Isso só se deveria levar a chicote, e se um dia não se punir severamente o libelista não sei onde irá parar a realeza e a sociedade brasileira [...] Quem será o bicho peçonhento que escreve esses folhetins? (Era José do Patrocínio.)

A essa altura o "mequetrefe" abandonou os nomes fictícios e mencionou o imperador:

"É um dom Juan da força. Ninguém será capaz de acreditar que este homem com suas barbas apostólicas e cara de caju-banana, santarrão, vestido com desalinho [...] seja capaz de tanto. Ele é um homem de gosto. Tem um paladar muito delicado, gosta dos acepipes finos. É doido por um caldinho de franga [...] Afirma o Paiva, seu confidente, amigo e companheiro, nas misteriosas correrias noturnas."

O roubo das joias foi um fator relevante no desmonte do mito imperial. Sete anos depois d. Pedro foi deposto, José do Patrocínio formalizou a proclamação da República e Raul Pompéia assumiu a presidência da Academia de Belas Artes.

Serviço

Quase todas as informações dessas notas, e muito mais, estão na dissertação de mestrado de Elias Ferreira Bento, da Universidade Federal de Uberlândia, intitulada O Imperador em Folhetins.

O atraso venceu, o Enem digital morreu

O presidente do Inep, Manuel Palácios, anunciou o fim versão digital do exame do Enem. Acabou-se e não tem data para voltar.

Os argumentos de Palácios são irrefutáveis. A adesão à versão digital da prova era baixa. Em 2022 foram oferecidas 100 mil vagas, só 66 mil jovens se inscreveram para o exame nessa modalidade e metade dos inscritos não apareceu. O custo da versão digital foi de R$ 25,3 milhões e com a baixa adesão o custo de cada prova ficou em R$ 860, contra R$ 160 para as provas em papel.

Há décadas todos os ministros da Educação prometiam a implantação de um sistema digital. O ministro Abraham Weintraub, de infeliz memória, conseguiu tirar a promessa do mundo da fantasia e ela agora foi para o vinagre.

A navegação a vapor era perigosa e custava caro. Os postes elétricos matariam as vacas nos pastos. A corrente alternada de Nicola Tesla incendiaria as cidades. Para proteger a indústria de computadores inexistente, o Brasil proibiu a importação desses equipamentos. Isso para não se falar na mão de obra assalariada, que não poderia substituir a dos negros escravizados.

Pelo mundo afora, disseminam-se os exames feitos em plataformas digitais. Em Pindorama, com bons argumentos, o atraso venceu, mas não deixou de ser um triunfo do atraso.

Faz pouco tempo a terra das palmeiras, onde canta o sabiá, tinha um presidente que condenava a vacina contra a Covid.

Pedágio milionário

A velha e má prática da cobrança de pedágio para a liberação de pagamentos do governo federal está meio recolhida, mas não morreu.

Rei Arthur

A manutenção do deputado Juscelino Filho no ministério das Comunicações mostrou o tamanho do poder do presidente da Câmara, Arthur Lira.

Ele se limitou a dizer que o governo não tem base parlamentar para aprovar as reformas que anuncia. Foi o suficiente para conter o discurso moralizante de Lula.

Nesse ritmo, Lira só aprovará uma reforma tributária se for restabelecido o regime de capitanias hereditárias.

Há algo no ar

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, promete um ciclo de crescimento da economia. Talvez ele venha. No entanto na economia real a sorte lhe tem faltado.

Desde o início do governo, sem que ele tenha responsabilidade por isso, a rede varejista Americanas foi à breca e a operadora de planos de saúde Hapvida perdeu metade do seu valor de mercado.

No caso da Americanas é impossível que a bolsa da Viúva seja atacada. No caso das operadoras de saúde é bastante provável que a Boa Senhora seja chamada a socorrer empresas afrouxando regras que protegem os cidadãos.

Resta saber como será empacotada a mágica.

O (mau) exemplo americano

É verdade que a legislação americana é bastante severa com relação aos mimos oferecidos a servidores, mas quando um presidente quer, as normas vão para o espaço.

Em 1982, o presidente americano Ronald Reagan esteve em Brasília, visitou o Palácio da "Alvorada", comparou-o à sede de uma companhia de seguros e gostou de um cavalo de seu colega João Figueiredo. Chamava-se Giminich.

Nos registros oficiais, Reagan deu a Figueiredo uma escultura de um vaqueiro (vendida mais tarde por R$ 1 mil) e ganhou apenas uma peça de bronze de Bruno Giorgi e uma toalha de rendas.

Fora dos registros, o cavalo Giminich valia muito mais que os US$ 150 fixados pela lei. Ele foi mandado para Washington a título de empréstimo. Lá morreu, de velhice.

Morre Mara Kotscho, cofundadora do Datafolha

Socióloga foi responsável por criar instituto de pesquisa nos anos 1980, a partir de método usado na USP

O jornalista Ricardo Kotscho com a mulher Mara Kotscho, na sala São Paulo Greg Salibian - 17.ago.2015/Folhapress

SÃO PAULO A socióloga Mara Kotscho, uma das fundadoras do Datafolha, em 1983, morreu neste sábado (11), aos 70 anos, em decorrência de um tumor no cérebro descoberto no ano passado.

Entre os sucessores de Mara no instituto, ela é descrita como pioneira e competente, cujo trabalho nos primórdios foi fundamental para que o Datafolha se tornasse uma referência de rigor e credibilidade. Para a família, Mara foi uma mulher acolhedora e atenciosa.

Casada com o jornalista Ricardo Kotscho desde 1972, Mara deixa duas filhas, a também jornalista Mariana e a cineasta Carolina, e cinco netos.

"Mara era uma pessoa que cuidava de tudo, da família, dos filhos. Não tinha tempo ruim para ela, que resolvia tudo. Até telhado ela consertou. Agora ela vai consertar as coisas no céu. Eu só pude ser jornalista e repórter graças a ela", diz Kotscho, que como repórter da **Folha** nos anos 1980 dividiu a Redação com a mulher por alguns anos.

Socióloga formada pela Universidade de São Paulo, Mara foi escolhida para colocar em prática uma ideia de Octavio Frias de Oliveira (1912-2007), então publisher da **Folha** — criar um instituto de pesquisa no jornal. Segundo Kotscho, Mara tinha orgulho do seu trabalho no Datafolha.

Como conta Frederico Vasconcelos em reportagem de 2008, "o futuro instituto era só uma mesa, no meio da Redação, onde a socióloga Mara Kotscho, com sua máquina de calcular, orientava os entrevistadores, estudantes da PUC (Pontifícia Universidade Católica)".

"Mara teve uma contribuição muito importante. A credibilidade do Datafolha, que é a característica que melhor define o instituto, vem desse início", afirma a diretora do Datafolha, Luciana Chong.

Sob o comando de Mara, o Datafolha se dedicou no princípio a pesquisas de comportamento, sobretudo com o intuito de revelar qual era o perfil do leitor da **Folha**. A socióloga aplicou a metodologia desenvolvida por Reginaldo Prandi, professor da USP.

Em 1985, ela deixou o instituto, mas seguiu trabalhando em pesquisas com uma consultoria própria.

"Ela era uma grande pesquisadora do comportamento humano, do comportamento do consumidor. Tinha uma sensibilidade apurada para análise das pesquisas qualitativas", afirma Mauro Paulino, que foi diretor do Datafolha.

"Mara se ocupou da implementação do Datafolha segundo as diretrizes de Octavio Frias de Oliveira, de adaptar o método utilizado na universidade como um instrumento de apuração jornalística. Era preciso agilidade, precisão e rigor científico", completa.

Mara tinha 15 anos quando conheceu Kotscho, então com 20 anos, durante um período de férias em Caraguatatuba. "Ela sempre me acompanhou em tudo, e as meninas também", diz o jornalista.

Não tinha tempo ruim para ela, que resolvia tudo. Até telhado ela consertou. Agora ela vai consertar as coisas no céu. Eu só pude ser jornalista e repórter graças a ela

Ricardo Kotscho
jornalista e marido de Mara

[Mara] Tinha uma sensibilidade apurada para análise das pesquisas qualitativas

Mauro Paulino
ex-diretor do Datafolha

Combate no Piauí ajudou a consolidar Independência

Batalha do Jenipapo terminou com derrota brasileira, mas desestabilizou tropas leais a Portugal na região

INDEPENDÊNCIA, 200

João Pedro Pitombo

SALVADOR Um dos episódios mais importantes para a consolidação da Independência do Brasil e manutenção da unidade nacional aconteceu nas margens de um rio. Não foi o Ipiranga e suas margens não estavam plácidas no dia 13 de março de 1823.

O entorno do rio Jenipapo, curso de água que corta as planícies de Campo Maior, interior do Piauí, foi palco de uma das lutas mais sangrentas do período da Independência.

De um lado, estava um Exército organizado e bem armado de portugueses que tentavam manter o domínio de Portugal nas províncias do Norte do Brasil. Do outro, milícias brasileiras organizadas às pressas que lutaram com facas, foices, machados e um canhão enferrujado.

Com vitória dos portugueses, a Batalha do Jenipapo deixou um saldo de centenas de brasileiros mortos, mas representou um revés para a resistência de Portugal, que tentava manter o domínio das províncias do Norte brasileiro após o grito de dom Pedro nas margens do Ipiranga.

O embate aconteceu em meio a uma escalada de animosidades entre portugueses e brasileiros que vinha desde antes da Independência.

As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, que exigiam o retorno do Brasil à condição de colônia e a retomada das restrições ao comércio suspensas com a abertura dos portos, nomearam militares portugueses como novos governadores de armas das províncias brasileiras.

No Piauí, o escolhido como governador de armas foi o major português João José da Cunha Fidié. Ele desembarcou na província em agosto de 1822.

A província era considerada estratégica por ser uma espécie de porta de entrada para as províncias do Norte, especialmente Maranhão e Grão-Pará, onde os portugueses tinham prestígio entre as elites.

Também havia uma importância econômica: nesta época, o Piauí tinha uma pecuária pujante, com um dos maiores rebanhos de bovinos do país, e era um dos principais fornecedores de carne seca do Norte e Centro-Oeste, sendo suplantado apenas pelo charque do Rio Grande do Sul.

Monumento lembra a Batalha do Jenipapo, em Campo Maior (PI) Paulo Barros/Divulgação Governo do Piauí

A Independência, contudo, movimentou as elites do Piauí, que declararam apoio ao Brasil independente. A notícia chegou primeiro na vila de Parnaíba, onde predominava o grupo político liderado pelo comerciante Simplício Dias, que anunciou apoio a dom Pedro.

A adesão de Parnaíba motivou uma marcha liderada por João José da Cunha Fidié, que levou tropas à vila para sufocar o movimento.

A marcha para o litoral, contudo, desguarneceu a vila de Oeiras, então capital da província. Neste momento o brigadeiro Manoel de Souza Martins, que representava a elite ligada à pecuária e havia sido alijado pelas Cortes de Lisboa, também declarou apoio à Independência.

Quando as tropas lideradas por Cunha Fidié chegaram à Parnaíba, os apoiadores da Independência haviam fugido para o Ceará, onde organizaram uma milícia.

No dia 13 de março de 1823, brasileiros e portugueses se encontraram na vila de Campo Maior, a 80 km de Teresina.

As margens do rio Jenipapo foram palco de uma batalha desigual. Foram cerca de 1.600 soldados das tropas portuguesas, armadas com 11 canhões e lideradas por oficiais experientes.

Do outro lado, estava uma milícia precária, formada às pressas, com cerca de 2.000 homens do Piauí e Ceará. Em sua maioria, eram vaqueiros e trabalhadores rurais, arregimentados por líderes políticos locais, além de indígenas e negros libertos.

A batalha durou cinco horas, entre 9h e 14h, deixando 36 mortos do lado português e entre 200 e 400 mortos nas tropas brasileiras.

"Foi uma 'vitória de Pirro' para os portugueses, que tiveram perdas em sua logística", avalia o historiador Johny Santana de Araújo, professor da Universidade Federal do Piauí.

Ele afirma que a batalha minou a logística portuguesa, que optou por não perseguir e sufocar os independentistas. A ideia era reagrupar forças e voltar a Oeiras para derrubar os aliados de dom Pedro.

O Exército ficou acampado na fazenda Tombador, seguiu para a vila do Estanhado e depois para Caxias, no Maranhão, onde houve um princípio de rebelião entre soldados portugueses.

Ao mesmo tempo, os independentistas da capital organizavam suas tropas e recebiam reforços do Ceará, Pernambuco e Bahia, chegando a perto de 22 mil soldados.

O reforço também veio pelo mar. Depois de expulsar os portugueses da Bahia, escorraçando o Exército liderado por Madeira de Melo, a esquadra do almirante escocês Thomas Cochrane desembarcou em São Luís e fez com que a junta governativa, sob a mira de canhões, jurasse lealdade a dom Pedro.

Enquanto isso, o Exército português ficou isolado em Caxias, sem a possibilidade de receber reforços de Oeiras, Parnaíba e São Luís, já dominados pelos brasileiros. Cercado, Cunha Fidié se rendeu em 28 de julho de 1823.

Para Araújo, a batalha foi fundamental para garantir a unidade nacional e também importante para forjar no estado um sentimento de piauiensidade. Ainda assim, permaneceu como um episódio pouco conhecido fora do Piauí.

"A Batalha do Jenipapo é um evento muito importante, mas é esquecido, como todo o contexto do processo de Independência ocorrido no Norte. Isso muito por conta da forma como a historiografia oficial tentou amansar a ideia de que houve conflito", avalia Araújo.

Nesta segunda-feira (13), os 200 anos da Batalha do Jenipapo serão celebrados em Campo Maior, no Piauí. A cidade abriga um monumento, um museu e um cemitério nas margens do rio.

O cemitério do Batalhão, onde estão os brasileiros que morreram em batalha, é considerado patrimônio nacional e foi tombado em 1990.

Lula e a Nicarágua

O PT faria bem em adotar uma postura abertamente crítica a Ortega

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História"

A revolução nicaraguense de 1979 foi a revolução da geração em que o PT foi fundado.

Em sua entrevista para meu livro sobre o PT, José Dirceu contou que, nos anos 1980, Lula dizia que Genoino, então ainda um marxista radical, deveria conhecer "a Nicarágua e a Suécia". Hoje, pode parecer um par estranho, mas, na época, não era: de maneiras diferentes, a social-democracia mais combativa e os sandinistas representavam a esperança de que socialismo e democracia pudessem conviver. Em 1988, o físico Luiz Pinguelli Rosa escrevia na revista petista Teoria e Debate que a Nicarágua representava um experimento com "pluralismo, economia mista e não-alinhamento". Nos anos 1980, o PT mandou médicos para a Nicarágua para ajudar no esforço de reconstrução do país. Jovens petistas se voluntariavam para ajudar em esforços de alfabetização na Nicarágua.

A democracia sandinista nunca foi perfeita, como se pode ver no livro "The Many Faces of Sandinista Democracy", de Katherine Hoyt. Mas muitas das imperfeições do modelo sandinista podiam ser atribuídos, com alguma razão, à guerra civil patrocinada pelos Estados Unidos.

Os sandinistas também tinham várias semelhanças de família com o PT, como a forte presença de católicos progressistas em seu meio. Na Nicarágua, houve padres-guerrilheiros que, eventualmente, se tornaram padres-ministros, criando um conflito sério com o Vaticano. Enquanto isso, o petista Frei Betto tentava, com sucesso muito limitado, aproximar católicos e comunistas em Cuba.

A maior prova de que havia mais democracia na Nicarágua sandinista do que na grande maioria dos governos pós-revolucionários é que, em 1990, os sandinistas perderam as eleições e foram para casa. Reorganizaram-se como partido democrático e passaram por rachas importantes. Grandes líderes sandinistas, como o escritor e ex-vice-presidente Sergio Ramírez (autor do ótimo "Adiós, Muchachos") romperam com a liderança de Daniel Ortega, que governou a Nicarágua entre a vitória da revolução e a derrota de 1990.

Desde 2018, Ortega, parece ter se arrependido de ir para casa em 1990. Iniciou uma escalada autoritária que já tem centenas de vítimas, entre as quais uma estudante brasileira. Vários de seus companheiros de guerrilha, como o próprio Ramírez, estão entre os perseguidos. Em uma jogada particularmente covarde, oposicionistas foram privados da cidadania nicaraguense.

Como outros países, o Brasil ofereceu cidadania aos perseguidos na semana passada. Entretanto, o governo Lula se recusou a assinar uma declaração contra Ortega na ONU.

O PT parece ainda tentar manter no mesmo barco o que o estudioso Jorge Lanzaro chamou de "social-democracia criolla" (PS chileno, Frente Amplio uruguaio, o próprio PT), e as várias versões do "bolivarianismo", inclusive as autoritárias. Isso pode se tornar cada vez mais difícil. Os fracassos autoritários cobram um preço eleitoral dos partidos democráticos que os apoiam.

O PT faria bem em adotar uma postura abertamente crítica da ditadura de Ortega, como fizeram na semana passada o PSB e dirigentes petistas como Tarso Genro e Alberto Cantalice, além de novas lideranças progressistas do continente, como o chileno Boric e o colombiano Petro.

Ortega não é mais socialista, não é mais democrático, e do sandinismo só parece ter herdado os defeitos.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, **Angela Alonso** | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Fernando Moraes -10.nov.2021/UOL

Janaina Conceição Paschoal, 48
Advogada, é professora licenciada de direito penal na Faculdade de Direito da USP. Trabalhou na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e no Ministério da Justiça. Coautora do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT), apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro (então no PSL) em 2018 e foi eleita pelo mesmo partido deputada estadual em São Paulo para a legislatura 2019-2023.

Janaina encerra mandato na mira de esquerda e direita

Deputada derrotada ao Senado diz que apoiar Bolsonaro em 2026 é 'burrice'

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Janaina Paschoal está de saída da Assembleia Legislativa de São Paulo enxovalhada por esquerda e direita.

O término de seu mandato como deputada estadual é também o fim de um ciclo que vai da queda de Dilma Rousseff à ascensão e derrota de Jair Bolsonaro (PL), com o —para ela doloroso— retorno do PT ao poder, com Luiz Inácio Lula da Silva.

Autora, ao lado de Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior, do pedido de afastamento da ex-presidente, a advogada e professora de direito da USP chegou à Assembleia em 2019 com impressionantes 2 milhões de votos, a maior votação de um parlamentar na história do país, incluindo federais.

Reprovada pelos apoiadores de Dilma, Janaina logo ganhou também a rejeição de bolsonaristas, inconformados com suas críticas pontuais ao então presidente. Irredutível sobre a decisão de concorrer ao Senado em 2022, ficou distante da vaga, com pouco mais de 447 mil votos.

Ela afirma que Bolsonaro e aliados fizeram de tudo para atrapalhar sua candidatura, com emissários tentando convencê-la a desistir em favor do ex-astronauta Marcos Pontes (PL), por fim o eleito. "Se tivesse concorrido à reeleição ou a [deputada] federal, eu teria conseguido, mas não me arrependo."

Janaina considera que desagradar a diferentes lados é a prova de que, como parlamentar, conservou o espírito de independência, sem corromper suas ideias ou seguir cartilhas cegamente. "Eu não obedeço a ninguém", diz ela, que detesta ser chamada de bolsonarista. "Sempre fiz contrapontos."

Antipetista convicta e conservadora em temas como aborto e drogas, a paulistana de 48 anos tomou gosto pela política e não descarta voltar a concorrer. Rejeita prontamente a ideia de tentar a Prefeitura de São Paulo, mas nem por isso se fecha a possibilidades, como uma cadeira de vereadora.

Tampouco se decide sobre continuar filiada ao PRTB, depois de ter passado pelo PSL, legenda que também abrigou Bolsonaro. A professora se declara uma democrata avessa à obrigatoriedade de vinculação partidária para quem quer concorrer e defende candidaturas avulsas.

Desde o dia em que as urnas sacramentaram seu fim de ciclo, os pensamentos de Janaina se voltaram para o retorno às salas de aula da Faculdade do Largo de São Francisco, onde leciona desde 2003 e se vê, há tempos, como voz isolada em um ambiente coalhado de progressistas.

Sua reapresentação ao trabalho, no entanto, virou uma crise.

No fim de janeiro, estranhou ao saber que disciplinas que lecionava antes de virar deputada não estavam reservadas para ela ao fim de sua licença não remunerada. A universidade diz que seguiu os trâmites normais e que ela reassumirá o posto.

O processo foi ainda atravessado por um levante estudantil. O Centro Acadêmico XI de Agosto lançou um manifesto relatando "perturbação" com a volta da docente, chamada de "principal fiadora jurídica da extrema direita". Disse que ela deu "uma contribuição indecente para o país" com o impeachment.

Rebatida por outra parte dos estudantes e por professores, que veem intolerância e violação à liberdade de cátedra, a manifestação pediu também que a universidade mandasse a parlamentar apresentar seu cartão de vacinação contra a Covid-19, uma vez que ela é contrária à imunização obrigatória.

Aí se deu uma coincidência: uma lei de autoria da própria deputada e de colegas bolsonaristas, recém-sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), proíbe cobrar o comprovante. Os alunos reivindicaram que, mesmo assim, a faculdade exigisse o documento. Janaina já disse que tomou uma dose da Pfizer, mas, após "uma reação alérgica muito forte", foi orientada a não receber as demais.

O retorno à vida docente, sua única certeza após se despedir da Assembleia, deverá ser gradual, começando por substituições de professores em licença. "Nunca falei de política em sala de aula, diferentemente do pessoal da esquerda. Nem de eleição, partido, ideologia, nada."

Além da queda da obrigatoriedade de exibir a carteira vacinal, Janaina cita como destaque do mandato sua lei que dá à grávida o direito de optar pela cesárea no SUS. Pela iniciativa, ganhou de adversários rótulos como os de inimiga do parto normal e porta-voz do lobby da classe médica.

"A deputada contribuiu muito com o Parlamento paulista", diz o presidente da Assembleia, Carlão Pignatari (PSDB), para quem a bagagem dela no direito ajudou na elaboração de leis e na fiscalização do governo. Até rivais, nos bastidores, reconhecem qualidades e elogiam a assiduidade dela no plenário.

Para Carlão, a colega foi "um exemplo" com o hábito de estudar os projetos, além de "ter sido sempre muito criteriosa e atenciosa".

A Janaina de ânimos mais serenados que passou pelo Legislativo ficou longe da imagem celebrizada pelo "discurso da cobra", uma fala exaltada contra o PT feita em 2016 num palanque em frente à USP. O período como deputada até teve um ou outro arroubo de oratória, mas nada comparável ao episódio em que, com os cabelos tremulando enquanto dava rodopios, bradou: "Acabou a República da cobra!".

Houve, sim, momentos insólitos. Em 2019, ela subiu à tribuna a pedido do então colega de PSL Douglas Garcia para anunciar a homossexualidade do deputado. Em 2020, indignada com a postura de Bolsonaro na pandemia, afirmou que "esse senhor" tinha que "sair da Presidência da República". A relação com a base do ex-presidente, já problemática, afundou de vez.

"Eu sou uma pessoa difícil de ser definida por rótulos, de ser etiquetada. Sou uma pessoa justa. Em debate sobre aborto, já fui xingada pelos dois lados: me chamaram de mulher machista e de abortista. Sou pelo enxugamento do Estado, mas não é toda privatização que é boa", afirma a deputada.

Janaina se dizia leve, há algumas semanas, enquanto reunia os objetos do gabinete para desocupá-lo. Um quadro de São Jorge e as imagens de santos que ornamentavam a mesa (Irmã Dulce, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora Desatadora dos Nós) seriam retirados por último.

De aprendizado ficou, segundo a deputada, a frustração de que parte considerável do eleitorado, em todos os espectros, despreza a atuação técnica de parlamentares. "Pedem favor, querem projetos de nome de rua, homenagem, dia da doença tal. Fui atacada porque não xingava o [ex-governador] João Doria!"

Por ora, tem vontade de continuar participando do debate público em entrevistas, eventos e nas redes sociais, já que opiniões não lhe faltam.

"Acho que o presidente [Bolsonaro] não pode ser o nosso candidato, senão nós vamos perder de novo", diz, torcendo para que despontem até 2026 outros líderes da direita, como Tarcísio, o governador Romeu Zema (Novo-MG) e o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS), "que é um bom menino".

Bolsonaro "já mostrou que não tem" condição de exercer a função. "Não conseguiu entender que era necessário abrir o leque. Fechou [o discurso] no núcleo duro. Apoiá-lo para 2026 vai ser burrice", segue ela, que diz ter votado em Simone Tebet (MDB) no primeiro turno e em Bolsonaro no segundo.

Lula, avalia ela, abandonou "o bom discurso de vitória", de tom pacificador, e foi para um rumo sectário. "Ele voltou a ser aquele Lula raiz. Parece que está caminhando para os mesmos erros do Bolsonaro, mas, como ele tem apoio de muitos setores, talvez isso o sustente mais."

O texto biográfico fornecido à Assembleia define a deputada como crítica da "dominação exercida pelo esquerdismo" no Brasil e fala em "ditadura que aos poucos vem se instalando" —risco que, para Janaina, não existia sob Bolsonaro. "Ele lançou bravatas, mas não fez nada de ditatorial." Com a esquerda de volta, ela diz que seu temor ressurge. "Eles são muito mais inteligentes, capazes. Muito mais."

> Eu sou uma pessoa difícil de ser definida por rótulos, de ser etiquetada. Sou uma pessoa justa. Em debate sobre aborto, já fui xingada pelos dois lados: me chamaram de mulher machista e de abortista. Sou pelo enxugamento do Estado, mas não é toda privatização que é boa
>
> **Janaina Paschoal**
> Deputada estadual (PRTB-SP) em fim de mandato

mundo

Lula dobra aposta em visita à China para pressionar os Estados Unidos

Governo busca contraponto à falta de resultados práticos de viagem a Washington em fevereiro

Renato Machado, Marianna Holanda e Matheus Teixeira

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende dobrar a aposta na viagem do presidente à China, contrapondo uma ampla agenda em Pequim à falta de resultados concretos da visita a Washington em fevereiro.

Lula realiza no fim deste mês uma viagem de quatro dias ao país asiático, na qual deve se encontrar com o presidente Xi Jinping e buscar negócios e parcerias para o Brasil. A expectativa é que o petista seja acompanhado de uma grande comitiva de empresários, tanto do setor industrial como da agricultura.

A dimensão da empreitada contrasta com a agenda de apenas um dia na capital dos EUA, no início de fevereiro. Na ocasião, Lula foi recebido com honras e deferência pelo presidente americano, Joe Biden, o que interlocutores no governo brasileiro apontam ter sido importante para a inserção geopolítica do petista em seu terceiro mandato.

O encontro com Biden ainda cumpriu o objetivo de selar uma agenda conjunta em defesa da democracia, assunto que une as duas administrações. Muitos analistas apontam o espelhamento entre a invasão dos palácios do governo em Brasília por golpistas em 8 de janeiro e o assalto ao Capitólio em Washington que, ocorrida dois anos antes, buscou impedir a certificação da vitória do democrata.

Por outro lado, a reunião trouxe poucas parcerias efetivas entre os dois países, como assinaturas de convênios e promessas de investimentos.

A esperada doação americana para o Fundo Amazônia não se concretizou, e o valor aventado, de US$ 50 milhões (cerca de R$ 260 milhões), frustrou o governo brasileiro.

Em viagem ao Brasil semanas após o encontro entre Lula e Biden, o enviado especial dos Estados Unidos para o clima, John Kerry, afirmou que o governo americano continua comprometido com o fundo, mas não citou valores.

O então vice-presidente chinês, Wang Qishan, cumprimenta Lula na posse presidencial em Brasília Liu Bin - 1º.jan.23/Xinhua

Questionado por jornalistas sobre eventual aporte, Kerry citou dois projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado do seu país que preveem um total de US$ 13,5 bilhões (cerca de R$ 70 bilhões) para mitigar e combater o aquecimento global e outros problemas climáticos.

Esse valor engloba, no entanto, iniciativas em todo o mundo, inclusive dentro dos EUA. E mesmo assim, Kerry afirmou que aprovar as medidas seria "uma luta", e que por isso outras soluções de financiamento eram buscadas.

Decepcionado com o resultado da ida a Washington, Lula pretende usar a viagem a Pequim para atender dois objetivos. O primeiro deles é voltar a estreitar as relações com o gigante asiático, abaladas durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL). O país é o principal parceiro comercial do Brasil, com quem mantém um fluxo de R$ 125 bilhões.

Além disso, o governo tenta pressionar os americanos a oferecerem novas parcerias de investimento, comércio e cooperação. De acordo com assessores, a ideia é levar os americanos a "colocarem a mão no bolso".

EUA e China —as duas maiores potências econômicas do mundo— protagonizam hoje uma ampla disputa geopolítica. Uma das preocupações dos americanos é a crescente influência chinesa em regiões como a América Latina.

Lula pretende levar ao país asiático uma grande comitiva, com ministros, técnicos e empresários. Além das reuniões de alto nível, com autoridades brasileiras e chinesas, um seminário organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China está marcado para ocorrer no período.

O próprio caráter empresarial da visita a Pequim contrasta com a agenda em Washington. Nos EUA, Lula não teve encontros com empresários e, além de Biden, reuniu-se com a ala mais à esquerda do Partido Democrata e com um sindicato americano.

Como precisa substituir Lula no Brasil, atuando como presidente em exercício, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) não deve ir à China.

As articulações empresariais estão centradas, entretanto, na pasta sob seu comando, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que trabalha com o objetivo de atrair investimentos ao Brasil e também fechar parcerias que tragam a produção de bens para o país.

A intenção do governo é buscar cooperação com a China e tratar de assuntos em diversas áreas econômicas, com ênfase em transição energética e segurança alimentar. Há ainda a perspectiva de um anúncio de parceria por parte da Embraer, tema que vem sendo tratado de modo reservado pelos brasileiros.

A viagem promete ser ainda uma prova de fogo para a reconciliação do governo Lula com o agronegócio. Amplos segmentos do setor apoiaram o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de outubro, inclusive financiando atos antidemocráticos.

Outro dos pontos importantes da viagem será a assinatura de novo contrato de cooperação para pôr em órbita o satélite Cbers-6. Trata-se da nova fase da cooperação aeroespacial sino-brasileira, que já lançou outros satélites em conjunto.

Um interlocutor no governo lembra que se equilibrar entre China e EUA para obter vantagens de ambos os lados não é uma novidade, e sim uma prática histórica da política externa brasileira. Ele cita como exemplo os benefícios obtidos pelo governo Getulio Vargas com a Alemanha e os Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial.

Do ponto de vista político, a análise do Planalto é de que a consolidação das duas frentes daria a Lula sua primeira grande demonstração de força no cenário internacional, em um momento em que o petista busca retomar o protagonismo diplomático que o Brasil tinha antes de Bolsonaro.

Outra estratégia é a tentativa do petista de encabeçar um plano para mediar uma solução para a Guerra da Ucrânia. No início do mês, o presidente conversou com o líder ucraniano, Volodimir Zeleski, por videoconferência.

[...]

Do ponto de vista político, a análise do Planalto é de que a consolidação das duas frentes daria a Lula sua primeira grande demonstração de força no cenário internacional, em um momento em que o petista busca retomar o protagonismo diplomático do Brasil pré-Bolsonaro

TEMPORADA DE CHUVAS ATÍPICA DEIXA AO MENOS 58 MORTOS NO NORTE DO PERU DESDE DEZEMBRO
Alagamentos atingiram locais como Tumbes, no noroeste, por influência de passagem do ciclone Yaku no Pacífico Sebastian Castaneda - 10.mar.23/Reuters

Brasil sofre pressão para suspender venda de armas ao Peru

Julia Chaib e Raquel Lopes

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sido pressionado por deputados aliados a proibir exportações de armamentos ao governo do Peru. A justificativa é a crise política e social em que a nação andina está mergulhada desde o final do ano passado.

Parlamentares do PSOL buscam com isso impedir que artefatos letais e não letais de fabricação brasileira sejam usados pelas forças de segurança andinas para reprimir manifestantes —apoiadores do líder populista Pedro Castillo ocupam as ruas do país desde que ele foi destituído, em dezembro, após um golpe de Estado fracassado.

O tema foi discutido nesta semana entre congressistas e o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. No encontro, o chanceler se comprometeu a levar o caso a Lula, além de fazer consultas internas e ao Ministério da Defesa. Antes da reunião, um ofício já havia sido encaminhado a Vieira para analisar o pedido.

Um dos argumentos usados pelos deputados do PSOL parte de um relatório preliminar da Anistia Internacional. De acordo com ele, o governo peruano cometeu diversas violações de direitos humanos na repressão aos atos, incluindo uso de armamento letal e emprego indiscriminado de armas não letais contra indígenas e trabalhadores rurais. O grupo cita no pedido o fato de a Espanha ter suspendido exportações de equipamentos do tipo ao Peru.

"Ainda que não haja impedimento legal, não parece compatível com a nova orientação da política externa brasileira, pautada no diálogo e no respeito aos direitos humanos, fornecer munição a ser usada contra movimentos sociais e o conjunto da população", diz a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) no ofício encaminhado ao Itamaraty.

Ela defende que Lula condene a repressão aos atos promovida pelo governo de Dina Boluarte mesmo que não proíba de vez a exportação de armamentos. "O Brasil pode ter um posicionamento político enérgico e defender que as armas produzidas no país não sejam usadas para matar civis", declara a deputada à **Folha**.

Integrantes do governo avaliam que é possível que o presidente adote manifestação nesse sentido.

Em resposta a ofício enviado pelo PSOL, o Ministério da Defesa afirmou que não há restrições impostas ao Peru. "A ONU reconhece os produtos menos letais como sendo necessários ao cumprimento da missão de agentes responsáveis pela aplicação da lei", diz a pasta.

A empresa brasileira Condor, de armamentos não letais, confirmou que tem negociações com o governo do Peru. Em nota, disse que "as forças de segurança locais passaram a ter alternativas ao uso das armas de fogo, o que não estava acontecendo anteriormente".

Levantamento mais recente da Defensoria Pública do país contabiliza que, até a sexta-feira (10), 66 pessoas haviam morrido durante os atos. Mais de 1.300 pessoas se feriram.

Taiwan prepara pleito sob o fogo cruzado da Guerra Fria 2.0

Governo e oposição moderam discurso em relação às grandes potências, que disputam influência sobre ilha

Nelson de Sá

TAIPÉ A dez meses da eleição presidencial, a campanha em Taiwan já vem determinando os movimentos do governo e da oposição quanto aos seus laços com Estados Unidos e China. A ilha é foco crescente da disputa, inclusive armamentista, entre as duas maiores economias do mundo.

Nesta semana, a presidente Tsai Ing-wen convenceu o novo líder da Câmara dos EUA, Kevin McCarthy, a não visitá-la em Taipé como ele havia anunciado, marcando um encontro na Califórnia em vez disso. O ato é só uma das demonstrações de moderação na política externa por parte do atual governo —a mais recente foi a liberação generalizada de voos para a China continental.

A eleição local em novembro passado, com vitória do oposicionista Kuomintang (KMT), o Partido Nacionalista Chinês, nas principais cidades, acendeu o alerta no Partido Democrático Progressista (PDP).

Tsai, que não poderá se candidatar novamente, renunciou ao comando da legenda logo após o pleito. O posto foi passado a Lai Ching-te, seu adversário nas primárias da campanha anterior e hoje vice-presidente. As inscrições formais de pré-candidatos começam nesta segunda (13), mas Lai é considerado o nome inconteste do PDP para a disputa de 13 de janeiro.

Também ele vem buscando reduzir atritos com Pequim, por exemplo dizendo que não defenderá a independência da República da China —o nome oficial de Taiwan que ele, ao contrário de Tsai, evita mencionar. São "esforços para reconquistar o apoio dos eleitores independentes", descreve Yan Zhensheng, professor de política comparada da Universidade Nacional de Taiwan.

O problema é que Lai construiu sua carreira política em cima do mote de que é "um operário político pela independência de Taiwan", palavras dele mesmo. Isso gera o temor, inclusive em Washington, de que eventual vitória sua deflagre reação de Pequim.

Daí ele ter declarado, ao assumir como líder do PDP, em janeiro: "Eu gostaria de reiterar que Taiwan já é uma nação independente e soberana e, portanto, não precisamos declarar sua independência".

O desastre eleitoral do PDP em novembro passado é creditado em parte à visita em agosto da então presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi —que Tsai já teria tentado evitar à época, sem sucesso, segundo relatos na imprensa taiwanesa. A viagem foi entendida pela China como uma provocação, e levou o regime de Xi Jinping a realizar seu maior exercício militar contra a ilha, numa sequência de acontecimentos que confirmou o agravamento da disputa sino-americana.

Enquanto isso, o KMT passou a reforçar seu discurso retratando o PDP como pró-guerra. A plataforma da oposição foi resumida por Ma Ying-jeou, ex-presidente taiwanês entre 2008 e 2016, durante encontro partidário em fevereiro: "Vote no PDP e a juventude irá para o campo de batalha. Vote no Kuomintang e não haverá campo de batalha no estreito de Taiwan".

O partido ainda retomou as visitas de seus líderes à China continental, liberadas no pós-pandemia, e o convite para representantes chineses visitarem áreas agora sob sua administração. A prefeitura de Taipé, agora de volta ao Kuomintang com Chiang Wan-an, conseguiu autorização do governo Tsai e recebeu três semanas atrás uma delegação de Xangai. Chiang supostamente é bisneto de Chiang Kai-shek, que governou a China continental e depois Taiwan.

Por outro lado, o KMT tratou de lançar pontes para os EUA, reabrindo em meados do ano passado um escritório de representação do partido em Washington. O objetivo é se contrapor à acusação governista de ser "pró-China", declarou na época o presidente da legenda, Eric Chu.

Diferentemente da governista, a candidatura de oposição ainda está indefinida, com três nomes sendo mais citados. São eles o próprio Eric Chu; Hou You-yi, prefeito de Nova Taipé, cidade colada a Taipé e duas vezes maior; e Terry Gou, fundador da Foxconn, um dos gigantes de tecnologia da ilha, com grande presença na China continental.

Outros têm se apresentado, alargando semana a semana a competição no partido, o que tem levado a pedidos públicos de unidade em torno de Hou —o próprio Chu o elogiou recentemente. "O KMT se saiu bem nas eleições locais, mas enfrenta a perspectiva de não apresentar um processo de nomeação aceitável para todos os possíveis candidatos", afirma o professor Yan.

Sem confirmação dos principais nomes na disputa, as pesquisas de opinião se concentram nos partidos, com os dois maiores virtualmente empatados em apoio dos eleitores: 27,1% para o KMT, 26,9% para o PDP, segundo levantamento da Fundação de Opinião Pública de Taiwan divulgado há duas semanas.

Eles vêm trocando de posição, mês a mês, desde o fim do ano passado. A terceira legenda, Partido do Povo de Taiwan (PPT), marcou 12,3% na pesquisa mais recente.

O risco de polarização descontrolada e questionamento das apurações em janeiro próximo, como visto recentemente pelo mundo, é refutado por Yeh-lih Wang, também professor na Universidade Nacional de Taiwan.

O vice-presidente Lai Ching-te, do PDP Ann Wang - 18.jan.23/Reuters

O prefeito de Nova Taipé, Hou You-yi, do KMT Sam Yeh - 4.nov.22/AFP

O presidente do KMT, Eric Chu I-Hwa Cheng - 28.ago.22/Reuters

O fundador da Foxconn, Terry Gou Ann Wang - 8.mar.23/Reuters

Há outra questão, lançada por um general americano em relatório vazado há dois meses. Mike Minihan, chefe do Comando de Mobilidade Aérea dos EUA, afirmou que "as eleições de Taiwan são em 2024 e vão oferecer a Xi uma razão" para ocupar a ilha, já que Washington estaria "distraída" com sua própria corrida eleitoral, no final do ano.

Nesta semana, o chanceler taiwanês e ex-secretário-geral do PDP Joseph Wu comentou as duas sombras que se projetam sobre o pleito de janeiro.

"Taiwan se orgulha da democracia e não tem medo de uma competição política feroz no processo eleitoral. Mas a China faz tudo o que pode para manipular ou influenciar o pleito, e devemos estar vigilantes e impedir de forma estrita que use nossa eleição para causar problemas."

"Quanto aos EUA", disse, segundo declarações distribuídas pelo ministério, "o apoio a Taiwan pelos dois partidos garante que, independentemente de qual deles esteja no poder após as eleições americanas, serão implementadas políticas amigáveis". "A democracia dos EUA é madura e sólida, e não haverá vácuo de poder na transição", projetou.

Mais recentemente, também a economia surgiu como ponto de divergência entre as duas principais forças políticas, com a disputa entre EUA e China como pano de fundo.

Pressionada pelos governos americano e taiwanês, a gigante TSMC iniciou investimentos para erguer duas fábricas no estado do Arizona, onde produzirá chips que concorrerão com aqueles que ela mesma produz em Taiwan.

O tema foi abraçado pelo Kuomintang, que faz questão de lembrar que foram governos do partido que investiram na empresa e a tornaram uma campeã nacional.

O próprio PDP, ao menos na imprensa mais próxima, passou a questionar os problemas enfrentados pelos engenheiros e outros taiwaneses que foram para a TSMC nos EUA, trabalhando mais e ganhando menos, assim como a disparidade de custo das operações em Taiwan e nos EUA.

Paralelamente, a projeção de crescimento da ilha caiu para este ano. A queda é resultado da redução das exportações pelo sexto mês seguido, em fevereiro, em meio aos vetos americanos para venda de tecnologia à China e aos cortes de investimento de Pequim em Taiwan.

Tiros na cidade de Messi

Fernández é criticado após ataque a comércio ligado ao jogador em Rosario

Sylvia Colombo
Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da **Folha** em Buenos Aires. É autora de O Ano da Cólera

Cidade onde nasceram o revolucionário Ernesto Che Guevara, o músico Fito Páez e os recentes campeões mundiais Lionel Messi e Ángel Di María, Rosario é a terceira maior cidade da Argentina. Por sua bela arquitetura, que inclui palacetes e bulevares, frequentemente é comparada a Barcelona ou Montevidéu.

A pouco menos de 300 km de Buenos Aires, não tem o ruído, o trânsito nem o caos portenho. É bela e convidativa ao turismo, com suas "ramblas" que dão para o rio Paraná, cassinos, cafés e teatros do século 19. Nos últimos tempos, tem também recebido uma considerável quantidade de estudantes universitários brasileiros.

O que pouco se sabe de Rosario, porém, é que a cidade também tem seu lado grotesco, que em muito remete à Medellín da época de Pablo Escobar. Então, o narcotráfico dividia a cidade colombiana em setores dominados por cartéis, onde ocorriam acertos de contas que incluíam assassinatos coletivos, sequestros e extorsões.

Para que se tenha uma ideia do tamanho do problema, a cifra de mortos por 100 mil habitantes é de 22 em Rosario, enquanto a média nacional não passa de cinco. Em uma década, foram 2.500 assassinatos relacionados ao tema, cifras mais ou menos equivalentes às de países centro-americanos onde atuam "maras" (facções criminosas dedicadas ao narcotráfico).

Mas se essa situação tem mais de uma década, por que tem se falado tanto dela nessas últimas semanas? Primeiro porque uma das gangues locais deu mais de 14 tiros num comércio que pertence aos pais da mulher de Messi, Antonela Roccuzzo, e deixou um bilhete ameaçador ao jogador. As torcidas dos dois principais clubes da cidade, o Rosario Central e o Newell's Old Boys (onde Messi jogou), têm setores vinculados ao narcotráfico.

Em pouco menos de 24 horas, a violência tomou conta da cidade. Houve vários tiroteios, até que um garoto de 11 anos morreu em meio a uma troca de tiros. A população da periferia da cidade se levantou e atacou, saqueou e colocou fogo num dos "bunkers" (locais de venda de drogas) locais mais importantes. A polícia não pôde se aproximar, e as forças de segurança do Estado passaram vergonha ao demorar dias para controlar a situação, provocando uma chuva de críticas da oposição.

Como peronista da linha chamada "moderada", Alberto Fernández nunca havia topado com uma situação como esta. Toda vez que um problema relacionado à criminalidade na Argentina chegava ao topo do debate público, o presidente preferia falar em diálogo ou apostar que a situação se acalmasse sozinha.

Desta vez, porém, é diferente. A Argentina está em fase eleitoral, com primárias previstas para agosto e eleições presidenciais em outubro. Fernández tem ambições de reeleição, e há um racha em sua força política.

Já na oposição, beneficiam-se nomes como os de Javier Milei, deputado de extrema direita amigo do clã Bolsonaro, e Patricia Bullrich, ex-montonera e ex-ministra de Mauricio Macri, que pediu o envio do Exército a Rosario.

Ainda é cedo para apontar favoritos e nem há pesquisas com simulação de voto, pois várias candidaturas ainda não foram lançadas. O que se pode afirmar hoje é que os argentinos não parecem inclinados ao centro nesta eleição. Do lado do peronismo, cresce a ala mais radical, liderada por Cristina Kirchner, e, do lado da direita, vão sobressaindo aqueles com discurso de linha-dura na área de segurança.

| DOM. Sylvia Colombo | **SEG. David Wiswell** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Policiais isolam local de acidente de ônibus que levava venezuelanos em Condega, na Nicarágua Oswaldo Rivas - 28.jul.22/AFP

Omissão nas Américas expõe migrantes a acidentes fatais

Região registrou em 2022 recorde de mortes entre os que tentavam emigrar

Mayara Paixão

SÃO PAULO São cenas que se repetem com frequência cada vez maior: migrantes estão morrendo em acidentes evitáveis nas Américas enquanto a região assiste a uma crise migratória que se agrava ano a ano.

A cada semana deste ano, mais de 20 migrantes morreram ou desapareceram na região, em episódios relacionados a acidentes de ônibus e naufrágios ou a condições climáticas extremas —caso do calor escaldante que assola áreas como a fronteira dos EUA com o México em certas estações.

Sem a proteção de seus países de origem e do país para o qual tentam emigrar, homens, mulheres e crianças morrem durante o trajeto. O projeto Missing Migrants, ligado à ONU, calcula que, nos últimos dez anos, mais de 7.500 pessoas morreram ou desapareceram nessas condições nas Américas, cifra reconhecidamente subnotificada. E o número só cresce: em 2022, foram registrados 1.388 óbitos e desaparecimentos, um recorde.

"Embora não possamos prever o número de mortes de migrantes em 2023 [até aqui foram 242], é certo que, se os Estados não fornecerem caminhos para a migração regular, é provável que pessoas continuem a usar rotas que põem em risco suas vidas", diz à **Folha** Andrea García Borja, analista de dados do projeto, por email.

A maior parte dos acidentes ocorre na fronteira Sul dos EUA —4.356, ou cerca de 58% do total. "Existe um descaso calculado", afirma Gabrielle Oliveira, professora da Universidade Harvard que pesquisa imigração. "O governo dos EUA conta com esse tipo de morte para mandar um sinal de que não é para essas pessoas virem para o país; são mortes completamente evitáveis."

Contrariando promessas feitas durante sua campanha presidencial, Joe Biden manteve a política de migração rígida adotada por seu antecessor, Donald Trump. E, em alguns casos, endureceu-a. O país tem ampliado a expulsão de imigrantes em situação irregular e impedido que peçam asilo.

Borja, da ONU, ressalta que outras rotas podem ser tão mortais quanto ou até mesmo mais mortais do que a da fronteira dos EUA com o México. O problema, explica, é que falta documentação sobre o que ocorre nesses caminhos alternativos.

Ela cita as mortes no estreito de Darién, a perigosa selva entre Panamá e Colômbia. Em 2022, foram documentados 200 óbitos ali. "Relatos de migrantes testemunhando mortes ou passando por cadáveres nessa região são extremamente recorrentes, mas quase impossíveis de documentar para além de relatos esporádicos de testemunhas oculares."

> "Se os Estados não fornecerem caminhos para a migração regular, é provável que pessoas continuem a usar rotas que põem em risco suas vidas
>
> **Andrea García Borja**
> analista de dados do projeto Missing Migrants, ligado à ONU

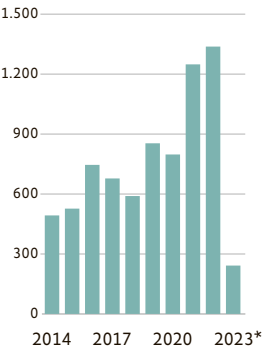
A suspeita da ONU encontra fundamento nos dados: no último ano, dobrou o número de migrantes cruzando Darién, segundo informações do setor de migrações do governo do Panamá. Foram 250 mil pessoas —a maioria, ou 150 mil, vindas da Venezuela—, ante 133 mil no ano anterior.

Borja e Oliveira frisam que a omissão pública favorece uma rotina que insere migrantes em acidentes fatais na América do Norte a América do Sul. Elas propõem soluções semelhantes para o problema — uma delas seria a criação de rotas legais de migração, algo que parece longe do horizonte de muitos governos.

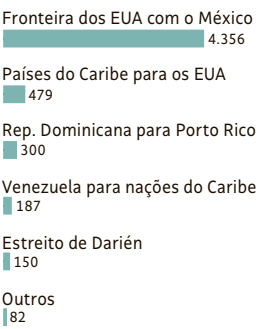
"Não há uma só razão para o salto no número de migrantes mortos. Mas colocar obstáculos nas rotas de migração não extingue o fenômeno, só aumenta o perigo", diz Borja.

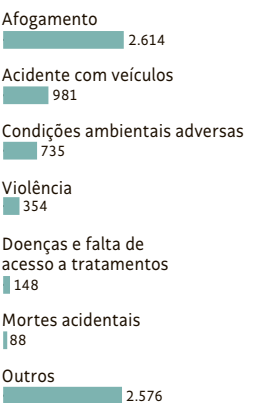
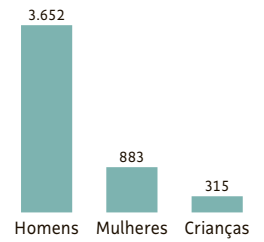
"A falta de ação dos Estados não necessariamente intensifica o número de mortes, mas o perpetua. Além de fazer com que seja mais difícil para os países de destino aproveitarem as contribuições econômicas e culturais que migrantes trazem para seus territórios", ela completa.

O crônico cenário de acidentes com migrantes nas Américas

Ao menos 7.496 migrantes morreram ou desapareceram em dez anos

* Até fevereiro

Rotas migratórias com destino aos EUA tendem a ser as mais perigosas
Número de mortos e desaparecidos

Rota	Mortos e desaparecidos
Fronteira dos EUA com o México	4.356
Países do Caribe para os EUA	479
Rep. Dominicana para Porto Rico	300
Venezuela para nações do Caribe	187
Estreito de Darién	150
Outros	82

Principais causas de morte

Causa	Número
Afogamento	2.614
Acidente com veículos	981
Condições ambientais adversas	735
Violência	354
Doenças e falta de acesso a tratamentos	148
Mortes acidentais	88
Outros	2.576

Perfil das vítimas das quais se tem conhecimento

Fonte: Missing Migrants Project

Itália resgata mais de 1.500 refugiados em barcos na costa do país

ROMA | AFP E REUTERS O governo da Itália resgatou, neste sábado (11), mais de 1.500 refugiados que estavam em barcos na costa do país. A operação ocorre duas semanas após 74 migrantes morrerem em um naufrágio perto de Crotone, no sudoeste da nação europeia.

A guarda costeira italiana anunciou que uma de suas embarcações retirou 500 migrantes de um barco a mais de 160 quilômetros da costa e, posteriormente, levou-os para a cidade de Reggio Calabria, no sul do país. Outras 379 pessoas foram resgatadas de outro navio nas proximidades.

Um terceiro barco, esse de pesca, carregava 487 migrantes. Todos foram escoltados para o porto de Crotone. Por fim, autoridades locais disseram que 200 pessoas foram resgatadas de uma quarta embarcação na costa da Sicília e transportadas para Catânia.

"Os resgates foram complexos devido aos barcos sobrecarregados com migrantes e às condições desfavoráveis do mar", disse a guarda costeira em nota.

Mais de 17 mil migrantes chegaram à Itália desde o início do ano —nesta semana, foram cerca de 4.000. Em comparação, no mesmo período de 2022, o país recebeu 6.000 refugiados. O número só não é maior este ano porque ao menos 300 pessoas morreram tentando cruzar o Mediterrâneo em direção à Europa, de acordo com a ONU.

Os dados, além de evidenciarem a crise migratória no continente, pressionam o governo da primeira-ministra da Itália, a ultradireitista Giorgia Meloni. Ela assumiu o cargo em outubro, prometendo reduzir o fluxo de refugiados que chegam ao país, mas desde então tem enfrentado o movimento oposto.

Os resgates deste sábado, aliás, acontecem no mesmo dia em que autoridades italianas encontraram o corpo de uma jovem desaparecida durante o naufrágio em Crotone. O navio havia partido da Turquia e carregava pessoas do Afeganistão, Irã, Paquistão e Síria.

Promotores italianos investigam eventual responsabilidade das autoridades na tragédia. O naufrágio ocorreu dias após o Parlamento aprovar leis que limitam resgates feitos por organizações humanitárias.

mercado

Tanques da refinaria; política de venda de ativos e foco no pré-sal, que deu lucros recordes à estatal, será alterada pelo governo Lula Ueslei Marcelino - 17.jun.22/Reuters

Sob Bolsonaro, Petrobras investiu menos e distribuiu mais dividendos

Estatal investiu um terço e liberou seis vezes mais dividendos que média de governos anteriores

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Nos quatro anos de governo Jair Bolsonaro (PL), a Petrobras acumulou um lucro de R$ 358,3 bilhões, em valores corrigidos pela inflação, o que levou a empresa a distribuir um total de R$ 289 bilhões em dividendos, quase seis vezes mais do que a média dos últimos quatro governos.

A estratégia de concentrar atividades no pré-sal e vender ativos em áreas consideradas não prioritárias agradou ao mercado financeiro, mas se tornou alvo de críticas de sindicatos e da então oposição, que agora no governo promete mudar o foco da companhia.

De acordo com levantamento feito por Einar Rivero, da TradeMap, o lucro acumulado pela empresa no governo Bolsonaro é 2,6 vezes a média dos últimos quatro governos, já considerando a inflação do período — a conta soma os resultados do início do segundo mandato de Dilma Rousseff e dos anos Michel Temer.

Com a promessa de gerar valor aos investidores, a estatal distribuiu 5,8 vezes mais dividendos e caiu nas graças do mercado financeiro ao se tornar uma das empresas que melhor remuneram acionistas no mundo.

O valor distribuído representa 80% do lucro total da companhia. A maior relação em gestões anteriores foi observada no primeiro governo Dilma, quando a empresa retornou aos acionistas valor equivalente a quase metade do lucro.

A relação entre os elevados dividendos e o baixo investimento, que equivaleu a apenas um terço da média dos últimos quatro governos, é um dos principais alvos de crítica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seus aliados.

"A Petrobras, ao invés de investir, ela resolveu agraciar os acionistas minoritários com R$ 215 bilhões, tendo um lucro de R$ 195 bilhões. E quanto foi o investimento da Petrobras? Quase nada", criticou o presidente da República, após a estatal anunciar o maior lucro da história das companhias abertas brasileiras.

A estratégia de vender ativos e priorizar investimentos no pré-sal foi iniciada ainda na gestão Michel Temer, que substituiu Dilma Rousseff após o impeachment de 2016, e reforçada após a posse de Bolsonaro.

Crítico do que chamava de timidez da gestão Pedro Parente quando era conselheiro da companhia, Roberto Castello Branco, o primeiro presidente da Petrobras sob Bolsonaro, iniciou sua gestão anunciando que aceleraria as vendas de ativos e prometendo melhor retorno aos acionistas.

Nos quatro anos de Bolsonaro, de acordo com o pesquisador do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) Cloviomar Carneiro, a estatal fechou 64 operações de vendas de ativos, com valor total de US$ 33,9 bilhões (R$ 177 bilhões, pelo câmbio atual).

Durante a gestão Temer, foram 15 operações, somando US$ 17,6 bilhões (R$ 92 bilhões). Com Dilma, foram 16 operações, a US$ 8,3 bilhões (R$ 43 bilhões).

Carneiro destaca que os argumentos para as vendas também variaram: com Dilma, eram a redução do endividamento da companhia, que atingiu seu maior patamar histórico; Temer incluiu a abertura de mercado para empresas privadas; e Bolsonaro quis, além dos dois, concentrar o foco no pré-sal.

O diretor técnico do Ineep (Instituto Nacional de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Mahatma dos Santos, pondera que a comparação de dados financeiros entre os diferentes governos pode ser distorcida por questões conjunturais.

Mas diz que, do ponto de vista de gestão, a Petrobras nos governos petistas ampliou investimentos e o endividamento após a descoberta do pré-sal, que demandou pesados aportes em plataformas e infraestrutura logística.

A dívida da empresa atingiu seu maior patamar nos quatro anos divididos entre Dilma e Temer, quando bateu a média de R$ 531 bilhões, segundo o levantamento da TradeMap.

Nesse período, a Petrobras teve prejuízo acumulado de R$ 38,1 bilhões, com o reconhecimento de perdas com projetos depois investigados pela Operação Lava Jato que acabaram não saindo do papel, como o Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

Além dos investimentos elevados e das perdas com corrupção, porém, contribuiu para a deterioração financeira da companhia o represamento dos preços dos combustíveis, principalmente às vésperas da campanha pela reeleição de Dilma, em 2014.

A então presidente da Petrobras, Graça Foster, passou o ano tentando elevar os preços para manter a dívida dentro do esperado, mas quem decidia era o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, que só autorizou aumento após o segundo turno.

Com uma política de preços mais alinhada às cotações internacionais, a venda de ativos e a redução do investimento nos anos seguintes, a dívida caiu a R$ 378 bilhões, em média, durante a gestão Bolsonaro.

"A Petrobras saiu de uma empresa que tinha um projeto estratégico nacional, de forte incidência na dinâmica produtiva brasileira para uma empresa menor, com patrimônio menor, com restrições de investimentos e que não olha mais o setor energético de forma integrada", diz.

O Ineep é ligado a sindicatos e defende a retomada dos investimentos pela empresa. Para Santos, o modelo da última gestão "coloca em risco a sustentabilidade operacional e financeira" da empresa, já que investimentos no setor têm longo prazo de maturação e o mundo caminha para a transição energética.

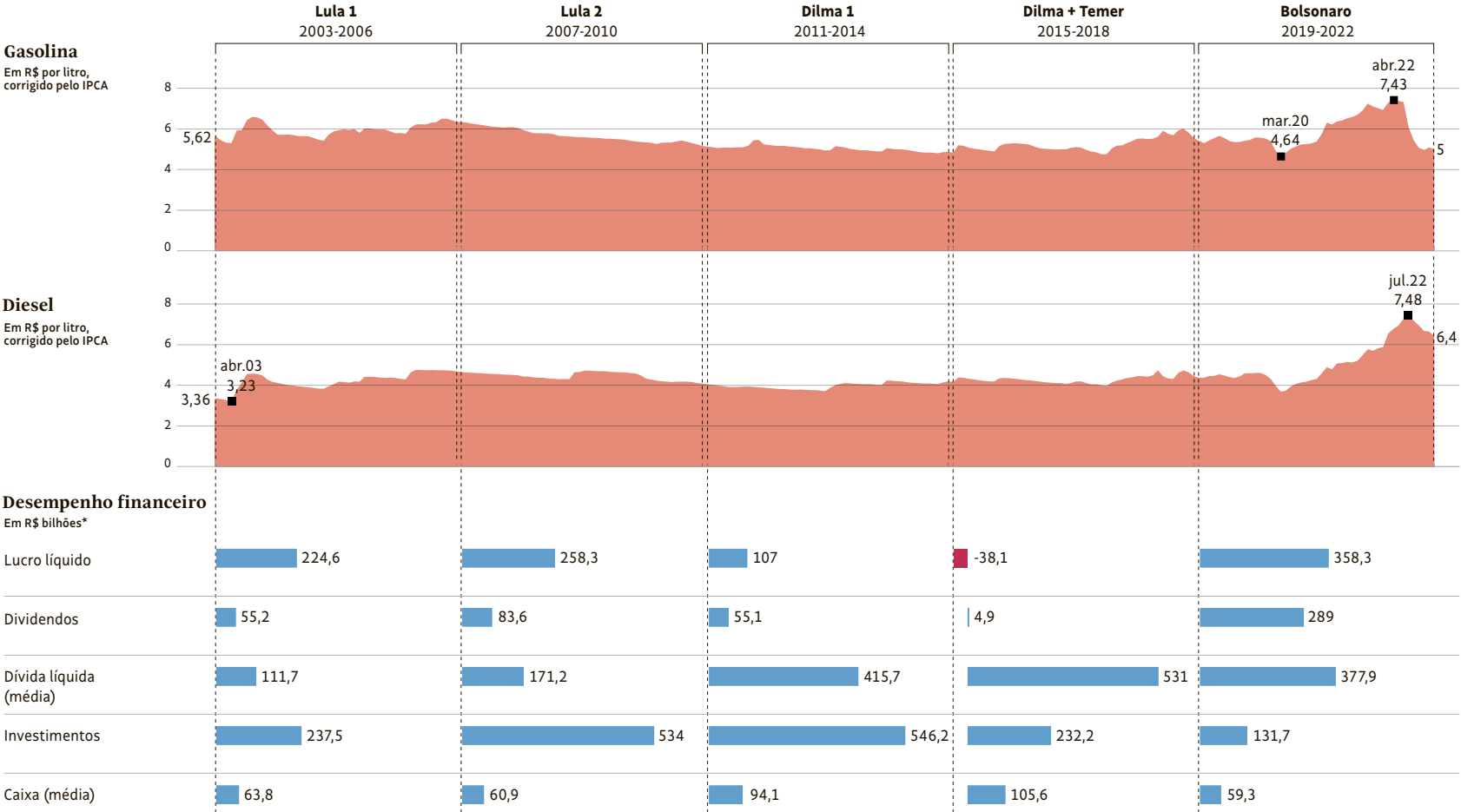
Os primeiros movimentos do governo atual no sentido de diversificar os investimentos, porém, têm sido recebidos com cautela pelo mercado. Na semana passada, por exemplo, a Petrobras anunciou parceria com a norueguesa Equinor para estudar a construção de usinas eólicas marítimas no país.

A resposta de investidores, que questionam o elevado custo desses projetos e seu impacto nos dividendos, levou o presidente da estatal, Jean Paul Prates, a gravar um vídeo afirmando que é um processo ainda embrionário, que requer estudos e que só será levado adiante se fizer sentido econômico.

Em sua primeira teleconferência com analistas, Prates já havia tentado tranquilizar o mercado sobre a retomada dos investimentos, dizendo que a empresa só aportará recursos em projetos rentáveis e após amplo debate.

"Se alguém tem dúvida disso, vamos ter que provar que é bom ser sócio do governo."

A Petrobras nos últimos governos

	Lula 1 (2003-2006)	Lula 2 (2007-2010)	Dilma 1 (2011-2014)	Dilma + Temer (2015-2018)	Bolsonaro (2019-2022)
Lucro líquido	224,6	258,3	107	-38,1	358,3
Dividendos	55,2	83,6	55,1	4,9	289
Dívida líquida (média)	111,7	171,2	415,7	531	377,9
Investimentos	237,5	534	546,2	232,2	131,7
Caixa (média)	63,8	60,9	94,1	105,6	59,3

* Corrigido pelo ICPA até dezembro de 2022 Fontes: ANP, TradeMap e Ineep

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Sandro Fernandes

Decisão de Lula para reverter isenção de visto é retrocesso

SÃO PAULO A decisão do governo Lula de reverter a isenção de vistos para viajantes vindos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão foi "um retrocesso" na opinião de Sandro Fernandes, CEO do Parque Bondinho Pão de Açúcar, uma das atrações turísticas brasileiras mais populares entre os estrangeiros no Rio de Janeiro.

O executivo afirma que a liberação dos vistos, oferecida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019, tem potencial de atração de visitantes, mas a pandemia barrou seus efeitos a partir de 2020.

"Há uma conjunção de fatores para inferir que essa isenção de visto não surtiu efeito. Me desculpe, ela teve efeito sim. E não foi pouco. Foi muito positivo", diz ele.

Segundo Fernandes, a nova decisão do governo preocupou o setor turístico como um todo. "Em vez de fechar a porta para quatro nacionalidades, a gente deveria estar discutindo quais são as próximas quatro para liberar isenção de visto", afirma.

*

Como o sr. avalia a iniciativa do governo de reverter a isenção de vistos para viajantes desses quatro países? Tem impacto para vocês? Se realmente acontecer isso, é um retrocesso para o turismo brasileiro. É uma pena o presidente tomar uma decisão dessas no momento em que o Brasil está fazendo o oposto.

A Embratur voltou com o slogan Brasil, que é lindo e que todo mundo no turismo estava vendo como positivo. Agora, se o presidente voltar mesmo com essa necessidade de vistos, vai contra a própria campanha do Ministério do Turismo e da Embratur.

Em vez de fechar a porta para quatro nacionalidades, a gente deveria estar discutindo quais são as próximas quatro para liberar isenção de visto. E depois mais quatro. Essa deveria ser a pauta do governo.

Os números do Ministério das Relações Exteriores mostram que a isenção do visto para esses países não provocou necessariamente um aumento no fluxo de visitantes. Faz sentido manter mesmo assim? Eu posso explicar isso tranquilamente. Quando se compara 2018 com 2019 teve aumento no fluxo porque em 2019 foi liberado o visto para as quatro cidadanias. Já se viu um impacto positivo dos americanos vindo para o Brasil.

Mas em 2020 veio a pandemia. O ano de 2021 também foi afetado pela pandemia. Em 2022, não podemos nos esquecer de que o primeiro trimestre foi afetado pela ômicron. Foi muito pesado para o turismo brasileiro e mundial. Nem tinha como chegar no Brasil nesses últimos anos. Se até hoje a malha não está completa, imagine há um ano.

Há uma conjunção de fatores para inferir que essa isenção de visto não surtiu efeito. Me desculpe, ela teve efeito sim. E não foi pouco. Foi muito positivo. Quando ela começou, era gritante a quantidade de americanos andando pelo Pão de Açúcar comparado ao período em que se exigia o visto. Com os japoneses foi a mesma coisa.

Temos de acreditar que o turismo gera emprego, renda e desenvolvimento muito mais rápido do que uma fábrica, por exemplo. Se uma fábrica tem o poder de levar 200 empregos para uma cidade, a cadeia do turismo tem vários segmentos beneficiados.

Quando um turista, junto com a sua família, fica mais um dia no destino, é mais um dia de hotel, de restaurante, de táxi, de atração turística. Ele move toda a cadeia do turismo. Me deixa muito triste ver um retrocesso como esse. Temos que facilitar o visto e não dificultar.

Qual é a importância da participação desses turistas australianos, canadenses, japoneses e americanos na visitação do Bondinho? Para o estrangeiro, os atrativos no Brasil são relativamente baratos por causa da taxa de câmbio. O estrangeiro paga preço cheio e consome mais. E não é só para o Bondinho. É para tudo o que ele faz na cadeia do turismo. E ele também exige um aperfeiçoamento maior e ajuda indiretamente no desenvolvimento do nosso turismo. Tem um círculo virtuoso.

Vocês pretendem individualmente ou com alguma entidade do setor de turismo mandar essa mensagem para o governo e pedir que seja repensada essa reciprocidade? Várias entidades estão se movendo, as secretarias estaduais, o grupo das 20 maiores associações do turismo. Estão todos realmente muito preocupados com essa decisão do governo.

Há outras ações que o governo poderia tomar para impulsionar o turismo e atrair visitantes, como a melhoria da infraestrutura e o combate à criminalidade? Quais devem ser as prioridades? Acho que a gente deveria estar tocando uma pauta para melhorar a conectividade, porque não adianta chamar as pessoas para que venham nos visitar se não dermos as condições. O Brasil é um país muito rico em belezas naturais em todas as regiões de Norte a Sul. Então, precisamos pensar nessa conectividade.

Temos de pensar em infraestrutura para que a pessoa possa pegar um carro e ter placas indicativas compreensíveis internacionalmente. É preciso ter investimento em treinamento de inglês para a mão de obra no turismo. As pessoas não falam inglês e têm dificuldade para atender um turista estrangeiro.

Temos que adotar o turismo como uma veia de crescimento, desenvolvimento, geração de emprego e renda no país. Temos que amar o Brasil e ter políticas que ataquem de maneira perene essa percepção de falta de segurança.

Raio-x
Com graduação em engenharia de produção pela USP (Universidade de São Paulo) e MBA na Vanderbilt University, nos EUA, o executivo teve passagens por empresas como Iguatemi, Tiffany&Co e Loungerie Intimates, antes de assumir a posição de CEO do Parque Bondinho Pão de Açúcar em 2018

Orelhões com o logotipo da Oi no Rio de Janeiro Ricardo Moraes - 22.dez.17/Reuters

Remédios da venda da Oi não surtiram efeito, diz associação de operadoras

Entidade afirma que condicionantes não foram cumpridas; Anatel e Cade rechaçam acusações e exigem comprovação sob pena de multa

Julio Wiziack

BRASÍLIA Um ano após a aprovação da venda das redes móveis da Oi para suas principais concorrentes —Vivo, Claro e TIM—, a Telcomp, associação que representa operadoras de pequeno e médio portes, afirma que os remédios impostos como condicionantes para o negócio não foram cumpridos.

É o que diz um documento enviado na quinta-feira (9) pela entidade à Superintendência-Geral do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O envio do documento foi uma exigência da própria superintendência do Cade.

Técnicos do órgão de defesa da concorrência afirmam, porém, que a reclamação da entidade causou estranheza. O Cade aprovou a operação em abril de 2022 e, desde então, afirma estar acompanhando o cumprimento das condicionantes por meio de um grupo especializado.

Em resposta à Telcomp, a superintendência do órgão determinou que a entidade entregue provas das acusações, sob pena de multa diária de até R$ 5 milhões.

A venda do braço móvel da Oi foi uma necessidade da empresa para tentar sair da recuperação judicial e se livrar de uma dívida que, à época, era de R$ 65 bilhões. O processo deu certo num primeiro momento, mas a operadora fez novo pedido à Justiça e entrou novamente em recuperação neste ano.

Para dar aval à venda, o Cade e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) impuseram regras de oferta de conexões e compartilhamento de infraestrutura (rede), em condições que seriam definidas posteriormente pela agência.

No caso, o prazo seria de 75 dias após a aprovação da venda para ofertas de roaming —uso da rede da Vivo, Claro ou TIM quando os clientes de outras empresas estiverem fora de sua área de cobertura. Já para ofertas de MVNO, sigla que define as operadoras virtuais —como os Correios, que contratam operadoras com rede própria para prestarem serviços de telefonia em seu lugar—, o prazo seria de 105 dias.

As ofertas resultantes dessas condicionantes foram definidas pela agência no prazo previsto, mas as empresas —Vivo, TIM e Claro— fizeram contestações na Anatel e na Justiça.

Primeiro, recorreram dos critérios adotados na definição do preço a ser cobrado dos interessados em fechar contratos de roaming.

Depois, no caso do MVNO, foi a Telcomp que recorreu das condições homologadas pela Anatel. Segundo a agência, a ação envolveu um contrato entre a TIM e a Algar, operadora filiada à entidade. Esse foi o primeiro contrato do gênero.

A TIM foi à Justiça contra essa manobra que, para empresas do setor, esconde o interesse da Telcomp de criar brechas para que contratos de MVNO (de uso permanente) sejam usados como roaming (de uso temporário) —que são mais caros. A diferença de preço, menor no caso do MVNO, justificaria a ação da Telcomp.

A Telcomp nega a acusação e diz que recorreu somente da cobrança de um adicional previsto para conexões do tipo "internet das coisas" (conexão entre equipamentos, conhecida no mercado como M2M).

A venda da operação de celular da Oi foi aprovada em abril de 2022 e ocorreu por meio do fatiamento da operadora entre as três compradoras e principais concorrentes. A divisão de clientes foi feita de acordo com regras definidas e monitoradas pela Anatel.

> **Dissemos lá atrás que seria preciso ter vacina e não remédio. Remédio é algo que se dá depois. A vacina previne**
>
> **Luiz Henrique Barbosa**
> presidente da associação que representa operadoras de pequeno e médio portes

A Telcomp afirma ter alertado o Cade quando o caso foi julgado e, agora, exige providências. "Dissemos lá atrás que seria preciso ter vacina, não remédio", disse Luiz Henrique Barbosa, presidente da associação. "Remédio é algo que se dá depois. A vacina previne."

De acordo com a avaliação do dirigente, está ocorrendo uma "desidratação das obrigações por meio de questionamentos jurídicos e administrativos".

Uma das contestações, ainda segundo a Telcomp, se refere à exclusividade nos contratos de roaming, algo que a Anatel manteve nos contratos.

O superintendente-geral do Cade, Alexandre Barreto, diz que "não tem elementos até o momento que indiquem o descumprimento das obrigações". "Em face das denúncias [da Telcomp], pedimos esclarecimentos e que entreguem os comprovantes."

Consultadas, as três empresas não responderam até a publicação desta reportagem. No processo, elas afirmam que as condicionantes para compra da Oi estão sendo cumpridas rigorosamente e seguem sob supervisão do Cade e da Anatel.

Dizem que, no início, houve algum "tumulto" em razão das diretrizes definidas pela Anatel, mas que esses entraves foram superados e as ofertas estão sendo feitas à medida que os interessados procuram cada uma delas para firmarem acordos.

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, rechaçou atraso no cumprimento das condicionantes para a venda da Oi.

"As ofertas estão sendo feitas e estamos homologando os contratos", disse. "Houve questionamentos, mas isso faz parte do processo administrativo de qualquer serviço público e privado em qualquer agência."

Funcionárias trabalham na repicagem de sementes de jatobá no viveiro da re.green, em Piracicaba, interior de São Paulo Fotos Zanone Fraissat/Folhapress

Negócios verdes esperam impulso com novo governo

Empresas voltadas para resolver problemas ambientais e climáticos crescem e miram mercado bilionário no país

Thiago Bethônico

SÃO PAULO Há alguns anos, era improvável pensar que uma empresa focada em restaurar florestas poderia levantar quase R$ 400 milhões junto a investidores de peso, antecipando receitas bilionárias com o plantio de árvores nativas na mata atlântica e na Amazônia.

Mas a atividade, que costumava ser atribuição do poder público ou de ONGs, virou o modelo de negócio da re.green, companhia lançada em 2022 e que prevê ganhar dinheiro reflorestando áreas de biomas prioritários para resolver a crise climática global.

Reunindo nomes como João Moreira Salles, Arminio Fraga, Marcelo Barbará e Marcelo Medeiros, a empresa é parte de um setor econômico novo e promissor, que vem crescendo no Brasil com negócios focados em resolver problemas ambientais sem tirar o olho da lucratividade.

A re.green juntou investimentos de R$ 385 milhões, com a ambição de entregar 1 milhão de hectares restaurados ao longo das próximas duas décadas. O total almejado representa quase 10% da meta oficial brasileira, de reflorestar 12 milhões de hectares até 2030.

Para extrair receita desse processo, o plano é comercializar créditos de carbono das áreas restauradas e vender madeira sustentável.

Um viveiro de mudas localizado em Piracicaba, a cerca de duas horas de São Paulo, trabalha em regime de dedicação exclusiva para fornecer matéria-prima. Até o fim de 2023, a Bioflora prevê entregar 2,4 milhões de mudas para a re.green, isso apenas para a estratégia de manejo da madeira.

Atualmente, o viveiro está cultivando espécies nativas da mata atlântica, como jatobá, pau-brasil e jequitibá-rosa.

Mas a venda da madeira será uma parte menor do negócio. O foco da re.green é fazer a restauração para gerar créditos de carbono de qualidade, que são vendidos por um preço maior no mercado.

A empresa não se propõe a plantar árvores a esmo em qualquer área degradada. A proposta é restaurar, em escala, os ecossistemas originais que terão maior impacto no meio ambiente.

Um dos fundadores da re.green é Bernardo Strassburg, ex-diretor do ISS (Instituto Internacional para Sustentabilidade) e que é considerado uma das autoridades no tema da restauração florestal.

Em outubro de 2020, ele publicou um artigo na revista Nature mostrando que há biomas que são prioridades globais para o reflorestamento. Usando inteligência artificial e algoritmos, ele identificou áreas que podem aumentar em até oito vezes a custo-efetividade do processo.

"A missão da re.green é entregar uma restauração premium. Esse premium equivale ao padrão cinco estrelas da Sociedade Internacional para a Restauração Ecológica, o que só é atingido quando se restauram, além da composição de espécies e da estrutura das florestas, os processos ecossistêmicos para que ela tenha capacidade de se renovar e resistir a incêndios e secas, por exemplo", afirma.

Em linha com o artigo da Nature de Strassburg, a companhia usa algoritmos para identificar os locais onde a restauração vai trazer o melhor impacto possível para o clima e para a biodiversidade.

Após a identificação da área, a re.green busca parcerias com os donos das terras ou compra as propriedades. Até o momento, já foram adquiridas duas fazendas no sul da Bahia, que juntas somam 3.000 hectares. Segundo Strassburg, elas ficam numa região de mata atlântica que é considerada a prioridade dentro da prioridade.

Também está em processo de aquisição uma área na Amazônia para reflorestar 10 mil hectares, o que deve se tornar a maior restauração da história do Brasil.

Até o fim de 2023, a re.green tem a meta de restaurar 20 mil hectares, desembolsando cerca de R$ 600 milhões.

O valor do investimento é alto, mas o retorno no médio e longo prazo compensa. Segundo Strassburg, ao longo de duas ou três décadas, os 20 mil hectares reflorestados devem retirar da atmosfera cerca de 10 milhões de toneladas de CO_2, gerando uma receita de R$ 1 bilhão em créditos de carbono premium.

O manejo da madeira —que deve ocorrer em 20% dessa área— tem potencial para gerar outros R$ 600 milhões no mesmo período.

Thiago Picolo, CEO da re.green, afirma que hoje há uma busca maior por créditos de carbono de qualidade, o que favorece o modelo da companhia.

"Os clientes já nos procuram. Em vez de esperar a emissão dos créditos [de carbono, que devem demorar dois anos], eles têm interesse em desenvolver parcerias para ter acesso preferencial no futuro", diz.

Picolo não revela quais empresas estão interessadas, mas adianta que são companhias de grande porte —na lista das 500 maiores do mundo—, geralmente norte-americanas e europeias.

"O tipo de negócio da re.green e de outras empresas parecidas é um patrimônio gigante que o Brasil tem", diz. Segundo ele, o país está "sentado numa mina de ouro" e pode ser líder mundial em soluções para o clima baseadas na natureza.

Globalmente, o número de climate techs —empresas de tecnologia que lidam com a crise climática— aumentou quatro vezes de 2010 para cá, atingindo 44.595 no ano passado, segundo o relatório Climate Tech Report.

A proliferação do mercado vem acompanhada de um maior interesse dos investidores. Em 2021, cerca de US$ 111 bilhões (R$ 577 bilhões) foram arrecadados por empresas do setor.

Segundo relatório da PwC, o financiamento de tecnologias para o clima representou mais de um quarto de cada dólar de venture capital investido em 2022.

O aquecimento do mercado é sentido por empresas brasileiras. A Future Carbon foi criada em janeiro de 2022 e, em pouco mais de um ano, já percebeu a onda favorável.

A companhia atua principalmente no mercado de créditos de carbono, participando das etapas de geração, gerenciamento e venda desses ativos.

Para originar os créditos, a Future faz parcerias com proprietários de terras, companhias de energia renovável e empresas do agronegócio. O objetivo é evitar novas emissões de carbono, seja controlando o desmatamento, seja substituindo energia suja por renovável, seja reduzindo a pegada ambiental de setores poluentes.

> Os clientes já nos procuram. Em vez de esperar a emissão dos créditos [de carbono, que devem demorar dois anos], eles têm interesse em desenvolver parcerias para ter acesso preferencial no futuro", diz. sit; nostus
>
> **Thiago Picolo**
> CEO da re.green

Vista aérea da empresa de restauração de florestas, que cultiva espécies nativas da mata atlântica; ao lado, muda de árvore para plantio

"A Future entra com análise de viabilidade —mostrando se é possível gerar crédito de carbono no local—, desenvolve os projetos e os submete a certificadores internacionais. Quando os créditos começam a ser gerados, nós ficamos com uma parte e o parceiro com outra", diz Marina Cançado, CEO da Future Carbon.

A empresa então vende os créditos para clientes que são hoje majoritariamente companhias canadenses, americanas e europeias que querem compensar e neutralizar suas emissões.

"Nós começamos em janeiro de 2022 com quatro pessoas [na equipe] e neste mês estamos atingindo 100 pessoas, além de 60 projetos", diz.

"Já temos vendas antecipadas e estamos, de fato, sentindo esse mercado muito aquecido, muito em razão do papel do Brasil nesta história. O Brasil pode ser o fornecedor de 50% da demanda global de créditos de carbono", acrescenta.

Atualmente, o país representa apenas 12% do mercado voluntário, mas, na avaliação de Cançado, essa proporção deve aumentar rapidamente, especialmente com a transição para um governo que levanta a bandeira da pauta ambiental.

Segundo a executiva, ainda há um importante trabalho a ser feito pelo Executivo e Legislativo, e o setor espera que assuntos importantes sejam debatidos para destravar ainda mais o potencial dos negócios verdes.

Decisões sobre temas fundiários, implementação do mercado regulado de carbono e definições sobre pagamento por serviços ambientais são alguns dos assuntos que estão na lista.

Apesar do otimismo, Cançado ressalta que o governo precisa dialogar com o setor privado para alinhar prioridades, dividir tarefas e encontrar soluções.

Felipe Gutterres, fundador da arara.io, também acredita que o setor de negócios verdes será impulsionado nos próximos meses e anos.

"É um movimento que já está acontecendo e acelera quando há uma visão estratégica de governo mais alinhada à pauta", afirma.

A arara.io é uma companhia que combina gestão de risco ESG (ambiental, social e de governança, na sigla em inglês) com produtos financeiros.

Criada em fevereiro de 2022, a empresa oferece uma plataforma para que negócios façam sua autoavaliação nos três pilares e convidem seus fornecedores a usarem a ferramenta.

Com isso, as companhias conseguem visualizar os riscos ESG de toda a cadeia de suprimentos e individualmente de cada fornecedor.

Além de permitir um diagnóstico amplo do negócio, a ideia da arara é estimular que os parceiros mais bem classificados tenham facilidades na hora de acessar financiamento, como taxas menores e antecipação de recebíveis.

"A plataforma vai desde a gestão de risco, o gerenciamento dos riscos dos fornecedores e o uso do financiamento para incentivar progresso na agenda ESG", afirma Felipe Gutterres, fundador da arara.

Atualmente, a companhia opera no Brasil, nos EUA e na Índia. De acordo com Gutterres, a plataforma já conta com mais de 900 companhias, que fazem parte da cadeia de suprimentos de grandes empresas dos setores de varejo, saneamento, engenharia e de papel e celulose.

Na avaliação dele, já é possível notar uma mudança de paradigma no setor privado na direção dos negócios verdes. "As trocas de produtos e serviços sustentáveis são o novo comércio", diz.

O banco quebrado nos EUA e o Brasil

SVB quebrou à moda antiga, o que pode afetar menos a economia, lá e aqui

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

A quebra do Banco do Vale do Silício (SVB) foi má notícia também para o Brasil, que começava a discutir baixas nas taxas de juros. O impacto, até agora muito pequeno, vai passar logo?

Pode ser uma espuma azeda que se dissipe em dias. Outras quebras de bancos médios podem azedar o caldo. Mesmo que não sobrevenham mais falências, pode haver impacto na confiança econômica e efeitos negativos extras na rentabilidade dos bancos americanos. Para uma economia que raspa no risco de recessão, não é boa coisa. Mas era esperado. Altas de juros costumam provocar acidentes.

Até agora, analistas razoáveis não acreditam em crise relevante. Podem estar errados, o que não é raro. Mas o modo pelo qual o SVB foi à breca sugere que o problema pode ser limitado, ainda que muito banco esteja perdendo dinheiro pelos mesmos motivos do colega da Califórnia.

O SVB quebrou à moda antiga. Não afundou por causa de engenharias financeiras complicadas, malucas ou fraudulentas, em rede, incentivadas pela cumplicidade do sistema de regulação, supervisão e avaliação de riscos, público e privado, como em 2008.

Os depositantes do SVB eram startups e firmas ("venture capital") que investem no desenvolvimento dessas empresas inovadoras, talvez um futuro Google, como eles gostam de dizer.

Durante a segunda onda de juros baixíssimos deste século, na epidemia, startups levantaram muito capital, que depositavam no SVB, banco tradicional do setor. Desde fins de 2022, com o refluxo da mania "tech" e juros em alta, empresas passaram a sacar do SVB ou a exigir rendimento maior para seus depósitos.

Não precisa ser um drama. Mas a base de clientes do SVB era pouco variada: afetados pelo mesmo problema, ao mesmo tempo. Para piorar, o SVB mantinha mais de metade de seus haveres, ativos, investidos em títulos do governo (ou em títulos que rendem pagamentos de financiamento imobiliário, hipotecas, garantidas pelo governo), de longo prazo. Muito banco americano tem ativos desse tipo. Mas não colocou tantos ovos na mesma cesta, tem rendimentos de outras fontes, base de clientes diversa etc. O SVB era um exagero em várias frentes.

O banco comprara os títulos quando os juros eram muito baixos (o que significa exatamente dizer que seus preços estavam altos). Com a alta das taxas, esses títulos perderam valor. Se não precisasse vendê-los, não haveria prejuízo na prática (embora o valor de mercado desses títulos fosse sinal de problema no balanço).

O SVB teve de vender, a fim de cobrir saques. O prejuízo, embora relativamente pequeno, e a notícia de que o banco tentaria levantar mais capital (vender ações) enervou depositantes. Uma firma de "venture capital" recomendou que seus sócios, startups, sacassem do SVB. Da quinta para a sexta-feira, o banco perdeu um quarto dos depósitos, dizem relatos da mídia americana. Fim.

Ainda não se sabe o tamanho do calote. Por ora, quem tem mais de US$ 250 mil em depósitos (que não é coberto pelo fundo garantidor, a grande maioria dos depósitos) vai ficar com seus dinheiros congelados. Não têm como pagar empregados e fornecedores. Talvez nunca mais vejam a cor de parte do dinheiro. Startups irão à breca. Uma grande firma de criptomoeda com depósito no SVB (que ironia) vai sofrer.

Talvez o SVB seja vendido para um banco maior, um alívio. Gente do mundo "tech" já pede ajuda do governo. Bidu.

A desconfiança causada pela quebra do SVB pode provocar corridas contra outros bancos pequenos e médios. Juros subiram nos EUA (e aqui, por tabela). Os próprios analistas americanos não conseguem chutar o tamanho do contágio. Aqui e lá fora, vamos ter pelo menos dias de tensão.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Adolescentes são resgatados em fazenda no RS

Operação diz ter encontrado 56 pessoas em situação análoga à de escravidão, entre elas 10 com idades de 14 a 17 anos

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Uma operação conjunta na tarde de sexta-feira (10) resgatou 56 trabalhadores que estariam submetidos a condições análogas à escravidão em duas fazendas de arroz no interior do Rio Grande do Sul, segundo autoridades.

O caso ocorreu no município de Uruguaiana (a cerca de 630 km de Porto Alegre), na fronteira com a Argentina.

O grupo resgatado era formado por homens e tinha dez adolescentes com idades entre 14 e 17 anos, segundo a PF (Polícia Federal) e o MPT-RS (Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul). Os dois órgãos atuaram na ação.

Na reta final de fevereiro, o Rio Grande do Sul registrou outro caso de trabalho considerado análogo à escravidão. Na ocasião, uma operação resgatou pessoas contratadas para a colheita de uva em Bento Gonçalves (a cerca de 120 km de Porto Alegre), na região da serra gaúcha.

De acordo com a PF e o MPT-RS, os trabalhadores encontrados nesta sexta em Uruguaiana faziam o corte manual de arroz vermelho e a aplicação de agrotóxicos sem equipamentos de proteção.

Também segundo os órgãos, eles chegavam a andar por jornadas extenuantes antes de chegarem aos locais de trabalho.

"A operação foi realizada nas estâncias Santa Adelaide e São Joaquim, em Uruguaiana, após uma denúncia informar a presença dos jovens na propriedade, em trabalho irregular e sem carteira assinada. O grupo móvel de fiscalização se dirigiu ao local e encontrou não apenas os adolescentes, mas trabalhadores adultos em situação análoga à escravidão", afirmou o MPT-RS.

A **Folha** não conseguiu contato com as fazendas citadas pelo órgão até a publicação deste texto.

Os trabalhadores eram da mesma região, dos municípios de Itaqui, São Borja, Alegrete e Uruguaiana. Eles teriam sido recrutados por um "gato", como é chamado o agenciador de mão de obra, que atuava na fronteira oeste do estado.

O MPT-RS e a PF afirmaram que o grupo fazia o corte manual do arroz vermelho com instrumentos "completamente inapropriados".

Parte dos resgatados estaria usando apenas facas domésticas de serrinha, além de aplicar agrotóxicos com as mãos.

"Em uma das propriedades, era feita a aplicação de veneno pelo método de barra, em que dois trabalhadores aplicam o agrotóxico usando uma barra metálica perfurada conectada a latas do produto —um tipo de atividade que exige equipamentos individuais de proteção", afirmou a PF.

Os órgãos envolvidos na operação também disseram que os trabalhadores muitas vezes precisavam andar 50 minutos sob o sol até chegarem ao local de atuação.

Os resgatados afirmaram que recebiam R$ 100 por dia, mas que a alimentação e as ferramentas de trabalho eram por conta do grupo.

"Nessas condições, a comida estragava constantemente e os trabalhadores não comiam nada o dia inteiro. Se algum deles adoecesse, teria remuneração descontada", disse a PF.

O MPT-RS afirmou que, conforme os relatos recebidos, um dos menores sofreu um acidente com um facão e ficou sem movimentos de dois dedos do pé.

O homem apontado como o responsável pelo agenciamento ilícito foi preso em flagrante por redução à condição análoga à de escravo e conduzido à Polícia Federal.

Os trabalhadores devem receber de imediato três parcelas de seguro-desemprego.

Os empregadores, por sua vez, devem ser notificados para assinar a carteira de trabalho dos resgatados e pagar as verbas rescisórias.

O MPT vai pleitear depois disso pagamentos de indenizações por danos morais individuais e coletivos. Os trabalhadores foram encaminhados para suas casas.

De acordo com os dados da fiscalização do trabalho, esse é o maior resgate já registrado em Uruguaiana.

> Nessas condições, a comida estragava constantemente e os trabalhadores não comiam nada o dia inteiro. Se algum deles adoecesse, teria remuneração descontada
>
> **Polícia Federal**

Recentemente, outro caso de trabalho análogo ao escravo no Rio Grande do Sul gerou grande repercussão. O caso, ocorrido em Bento Gonçalves, veio à tona em 22 de fevereiro.

Uma empresa que prestava serviço às vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton mantinha trabalhadores em condições degradantes, segundo as investigações.

O grupo de trabalhadores, formado em sua maioria por baianos, foi resgatado pelas autoridades.

Após a operação, as vinícolas disseram que respeitavam as leis e que se solidarizavam com os trabalhadores. Elas também assinaram na quinta-feira (9) um termo de ajustamento de conduta com o MPT-RS.

Por meio do acordo, as empresas pagarão R$ 7 milhões em indenizações. Dessa quantia, R$ 2 milhões serão repassados aos trabalhadores e R$ 5 milhões serão em multa por dano moral coletivo.

A Fênix, terceirizada apontada como responsável direta pela situação em que se encontrava o grupo resgatado em Bento Gonçalves, não firmou o acordo.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse na sexta que pretende tornar mais rigorosas as punições a empresas que entrarem na lista suja do trabalho escravo.

"Empresas que, por exemplo, têm empréstimos com BNDES, ao entrarem na lista suja, vão ter a dívida executada sumariamente. Vai ficar impedida por um tempo de tomar financiamento público e de fazer prestação de serviços públicos", afirmou em evento em São Paulo.

Operação resgata 56 pessoas em trabalho análogo ao escravo em Uruguaiana (RS) Divulgação

Juros mais elevados no Brasil

Não faltam motivos para que nossas taxas sejam mais altas do que as de nossos vizinhos

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Um tema recorrente no debate público brasileiro tem sido os elevados juros praticados por aqui. Há dois aspectos: a alta taxa básica de juros, a Selic, e os elevados spreads bancários, cobrados pelos bancos em operações de crédito. Nesta coluna, tratarei apenas do primeiro tema.

A tabela apresenta na primeira coluna a taxa básica de juros para o Brasil e para as quatro principais economias latino-americanas. Venezuela e Argentina foram descartadas, pois a macroeconomia é uma verdadeira bagunça.

Juros e seus principais determinantes

	Juros reais (Em %)	Inflação (Em %)	Taxa de poupança (Em % do PIB)	Gasto com aposentadorias (Em % do PIB)	Risco (CDS 5 anos)
Brasil	3,9	5,8	15,6	6,2	194
Chile	0,5	2,9	21,9	3,4	79
Colômbia	0,8	3,7	18,4	3,1	134
México	1,0	4,0	21,2	1,8	123
Peru	0,7	2,8	20,8	2,5	115

Fontes: Bloomberg; FMI e "Making Social Spending Work", de Peter Lindert

Na primeira coluna, temos a média das taxas reais de juros mensais (anualizadas) praticadas em cada país entre janeiro de 2010 e dezembro de 2019; antes, portanto, do início da pandemia. Os juros do Brasil são quatro vezes os observados no México, o segundo país em ordem decrescente de tamanho das taxas.

A percepção de que os juros por aqui são muito elevados está correta.

Na segunda coluna temos a média da inflação observada para os 120 meses. Nossa inflação é quase dois pontos percentuais maior do que a do México, o segundo lugar.

Na terceira coluna temos a média das taxas de poupança (como proporção do PIB) para os dez anos entre 2010 e 2019. Os dados são do FMI. Poupamos três pontos percentuais do PIB a menos do que a Colômbia, o país com a segunda menor taxa de poupança.

Na quarta coluna temos os gastos públicos com aposentadorias como proporção do PIB. Os dados foram retirados da tabela 7.1 de "Making Social Spending Work" livro publicado em 2021 pelo historiador Peter Lindert. Os dados se referem a 2010. Trata-se do gasto público da previdência do setor privado; no Brasil o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Se incluíssemos todos gastos com previdência, privada e pública, rural e urbana, contributiva e assistencial, o número para o Brasil seria da ordem de 12% do PIB. Como vemos na tabela, gastamos pouco menos do que o dobro do Chile, o segundo que mais gasta.

Logo, é perfeitamente normal que nossos juros sejam maiores: temos a maior taxa média de inflação; a menor taxa de poupança; e somos o que mais gasta com Previdência.

No entanto, somos uma economia aberta. Não estamos restritos à poupança doméstica para financiar os investimentos. Temos acesso ao mercado internacional de capitais. Em economia aberta, o custo de capital é aproximadamente o custo internacional somado ao risco.

Na última coluna temos a taxa de risco-país medida pelo CDS de cinco anos. Novamente temos o maior risco.

Evidentemente, falta um trabalho mais sistemático para verificar o peso de cada um desses fatores na determinação dos juros internos.

De qualquer forma, não faltam motivos para que nossas taxas de juros sejam mais elevadas do que as de nossos vizinhos.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

É preciso responsabilizar redes para proteger crianças

Para advogada, chegou a hora de regular a indústria do setor de tecnologia

ENTREVISTA
JOLINA CUARESMA

Thiago Amâncio

WASHINGTON Crianças e adolescentes estão mais vulneráveis a conteúdos extremistas e, por isso, as redes sociais precisam ser responsabilizadas pelo que é publicado nas plataformas.

É esse o argumento de Jolina Cuaresma, conselheira sênior para políticas de privacidade e tecnologia da Common Sense Media, entidade que atuou como amicus curiae (quando alguém que não é parte na ação pede para participar da discussão) contra o Google no processo, que tramita na Suprema Corte dos EUA e discute se plataformas e redes sociais devem ser responsabilizadas por conteúdos publicados por usuários.

Para ela, alterar a norma atual não é uma restrição à liberdade de expressão porque todas as indústrias são reguladas pelo governo. Cuaresma argumenta que as pessoas precisarão arcar com o ônus de entrar na Justiça, o que não deve levar à retirada de conteúdo em massa da internet.

A Suprema Corte dos EUA analisa o caso González x Google, em que os familiares de uma jovem morta em ataque terrorista em Paris, em 2015, processam o Google e pedem que seja responsabilizado porque seu algoritmo sugeria inúmeros vídeos de extremismo que podem ter radicalizado os terroristas.

O argumento é o de que o YouTube, pela seção 230, não pode ser responsabilizado pelas postagens dos usuários. Mas na época em que a norma foi formulada, não havia seleção de conteúdos por algoritmos e hoje as plataformas deveriam ser responsabilizadas por conteúdos que promovem automaticamente.

*

Qual a posição de vocês sobre os casos na Suprema Corte? O Google não é um publisher quando seu negócio é coletar bilhões de dados de seus usuários e os perfilar com algoritmos e machine learning [aprendizado de máquina]. O argumento de que apenas estão fazendo recomendações com base em algoritmos e não têm responsabilidade pelo conteúdo é desonesto, dada a grande coleta de dados e o perfilamento que fazem.

Além disso, queremos chamar atenção dos juízes para a segurança de crianças e adolescentes. A estrutura do meu cérebro é fundamentalmente diferente da estrutura cerebral da minha filha de 15 anos.

O córtex pré-frontal do cérebro dela não está totalmente desenvolvido, ela usa mais a parte do cérebro que controla as emoções, impulsiva, do que a parte que usa a lógica. E você está recomendando conteúdos para crianças que não têm autonomia total para fazer escolhas.

O argumento então vai além da exposição ao terrorismo? Não é só o terrorismo, mas o conteúdo prejudicial online, que induz a distúrbios alimentares e automutilação. O algoritmo é uma ferramenta analítica preditiva. Quando ele coleta todos esses dados sobre você, faz suposições sobre suas preferências e gostos e vai te dar mais de determinado conteúdo porque quer que você fique mais tempo online, porque as empresas dependem quase que inteiramente da receita de anúncios.

Mas os interesses dos adolescentes ainda estão se desenvolvendo. Uma reportagem do The Guardian mostrou que o Facebook permitiu que anunciantes perfilassem crianças que gostavam de jogos de azar. Por que caracterizar esse perfil? E aí recomendam conteúdos com dinâmicas muito parecidas com jogos de azar. Isso é injusto porque ainda estão em processo de formação e deveriam poder crescer como crianças sem terem suas vidas inteiras documentadas. Não há em nível federal como impedir isso.

Jolina Cuaresma
Conselheira sênior para políticas de privacidade e tecnologia da Common Sense Media, entidade que atua com políticas de mídia para crianças e é amicus curiae contra o Google no processo na Suprema Corte. É formada em economia e administração pela Universidade de Boston e em direito pela Universidade da Califórnia em Berkeley. É mestre em direito pela Universidade Georgetown

A sra. discorda do argumento de que isso fere a liberdade de expressão? A Primeira Emenda [da Constituição americana, que garante liberdade de expressão] nem sequer cobria o discurso comercial até 1942. Hoje há essa proteção, mas nenhum tribunal diz que é absoluta. Há que se levar em conta o interesse do governo na saúde mental dos adolescentes. A proteção do discurso comercial é muito diferente do discurso político, que não permite nenhuma restrição governamental. Achar que as empresas também têm essa proteção é ridículo. Temos regulações, colocamos rótulos de nutrição, avisos em cigarros, e nada viola a Primeira Emenda.

Também há o argumento de que provocará uma retirada em massa de conteúdo legítimo das redes sociais. É preciso haver consistência. Hoje já existe moderação de conteúdo, agora as empresas vão falir porque vão precisar fazer isso de modo efetivo? Não faz sentido. Estamos falando de programação, não manufatura. E quem processar as empresas precisará provar a causalidade na Justiça, terão esse ônus.

Quando decidiram nos anos 1990 que deveria haver essa proteção ao conteúdo publicado, argumentaram que era preciso proteger uma indústria nascente e evitar que as empresas fossem processadas, se não a internet nunca decolaria. Entendo, mas já não chegamos lá? Quanto tempo mais temos que proteger as empresas? As big techs são a única indústria que tem imunidade. Se você abrir caminho para a responsabilização, as empresas vão criar reservas financeiras para lidar com o risco de processos. O que as bigtechs como o Google têm feito é usar a lei como uma forma de barrar qualquer caso do tipo na Justiça. E isso é errado.

O Google teve um lucro de US$ 13,6 bilhões (R$ 70,469 bilhões) no quarto trimestre de 2022. As pessoas me perguntam se a internet vai quebrar se o Google perder essa ação. Não vejo como isso quebraria a internet. O Google pode decidir qual é o risco que vai tomar. Pode seguir em frente e não mudar nada, reservar US$ 1 bilhão (R$ 5,18 bilhões) para despesas judiciais. Se retirar a imunidade da Seção 230, ainda será preciso provar casos na Justiça. A família Gonzalez ainda tem de provar o erro do Google, e isso é um fardo pesado. Se as empresas descumprirem leis, podem ser responsabilizadas. Só não vejo porque o governo precisa intervir e protegê-las. Não são mais uma indústria incipiente, já temos até metaverso.

A sra. discorda de que o processo na Justiça mudará a internet como a conhecemos? Não é esse cenário de queda do céu. Cada empresa fará sua análise de risco, já deveriam estar pensando nisso. Pode-se pensar em proteções limitadas, proteger as novas empresas por cinco anos. Mas chegou a hora de regular essa indústria.

A maioria dos acadêmicos lhe dirá que não há uma solução real para esse problema porque sempre há novos participantes no mercado de tecnologia. Se remover completamente a imunidade hoje, você só consolidará os atuais participantes do mercado e vai enterrar ainda mais a competitividade, criando barreiras altas para a entrada de novas empresas. Ao mesmo tempo, é preciso que sejam responsabilizados e hoje não há incentivo para que mudem a maneira como agem.

Beatrice González e Jose Hernandez, mãe e padrasto da jovem assassinada, em frente à Suprema Corte Kevin Lamarque/Reuters

Marcos Lisboa
excepcionalmente, não escreve neste domingo

Mudança pode coibir liberdade de expressão na internet

ENTREVISTA
CAITLIN VOGUS

Thiago Amâncio

WASHINGTON Redes sociais devem atualizar políticas de segurança contra conteúdos extremistas, mas não cabe ao governo definir o que deve ou não ser retirado do ar sob risco de coibir a liberdade de expressão.

É o que defende Caitlin Vogus, vice-diretora no Centro por Democracia e Tecnologia dos EUA, entidade que atuou como amicus curiae a favor do Google no processo que tramita na Suprema Corte dos EUA que discute se plataformas e redes sociais devem ser responsabilizados por conteúdos publicados por usuários.

Para Vogus, uma mudança na proteção legal das empresas americanas pode causar impacto global e provocar uma remoção de conteúdo em massa, inclusive de reportagens ou material protegido pela Constituição.

*

Qual sua posição sobre os casos na Suprema Corte? No caso do Google, a Suprema Corte está analisando a Seção 230, que é uma lei federal nos Estados Unidos que, em geral, isenta de responsabilidade plataformas sobre publicações de outras pessoas. A questão é se as plataformas também estão protegidas quando recomendam conteúdo de outros usuários. Nossa posição é que isso se aplica a recomendações de conteúdo, porque isso é necessário para proteger a liberdade de expressão online.

E no caso do Twitter? O tribunal está interpretando uma lei diferente, a Lei Antiterrorismo. A questão é se um serviço que remove algum conteúdo terrorista, mas não todo, se isso deve ser considerado como ajuda e instigação ao terrorismo. Nossa posição nesse caso é que, a menos que o serviço tenha conhecimento real de que está ajudando especificamente um ato terrorista, ele não deve ser responsabilizado. Mais uma vez o motivo vem da nossa preocupação com a liberdade de expressão do usuário. É necessário garantir que os serviços não tenham incentivos para remover coisas como reportagens ou materiais antirradicalização por medo de serem responsabilizados.

O argumento é que isso vai incentivar a remoção de conteúdo em massa? A lei diz que um provedor de serviços não é responsável pelo que seus usuários dizem na maioria dos casos, então isso torna as plataformas muito mais dispostas a permitir que as pessoas falem de maneira livre online. Se isso mudar, achamos que os provedores terão medo da responsabilidade e sua reação seria remover excessivamente publicações, adotando uma abordagem muito avessa ao risco. Removerão muitos conteúdos, mesmo que não sejam prejudiciais, que estejam protegidos pela Constituição ou que sejam até benéficos. As plataformas podem não ser capazes de distinguir o conteúdo que poderia causar problemas legais e retirariam muitas publicações.

Mas como conciliar a necessidade de combater ameaças terroristas com a liberdade de expressão? A lei não imuniza as plataformas de crimes federais ou estaduais. No caso do Twitter, é uma ação civil de recuperação de danos. As redes também têm um forte incentivo de usuários e anunciantes para retirar todo tipo de conteúdo prejudicial, incluindo conteúdo terrorista. Mas o problema é que a tecnologia não é suficiente para permitir que eles o façam perfeitamente. Sempre haverá erros.

A questão é: queremos incentivar um regime em que as redes tenham que realmente retirar tanto conteúdo a ponto de começar a impactar coisas como o compartilhamento de reportagens, porque querem coibir todo e qualquer conteúdo terrorista possível?

Caitlin Vogus
Vice-diretora do Projeto de Liberdade de Expressão do CDT (Centro para Democracia e Tecnologia), que tem sedes em Washington (EUA) e Bruxelas (Bélgica). A entidade é amicus curiae a favor do Google no processo na Suprema Corte. Advogada por Harvard, Vogus fez carreira em instituições em defesa da liberdade de expressão e imprensa

Mas a internet mudou muito desde os anos 1990, quando a Seção 230 surgiu, com os algoritmos de recomendação. Não é hora de atualizar a legislação? Acredito que o Congresso estava pensando a frente, talvez surpreendentemente, e tentou escrever a lei talvez da maneira mais agnóstica tecnologicamente falando. Sabiam que a internet era uma tecnologia emergente na época, prestes a mudar muitas coisas na sociedade, que ainda não tinha surgido com o poder que tem hoje, e foram capazes de olhar para o futuro e se perguntar: o que queremos que o sistema seja para continuar a promover a livre expressão online? Foram capazes de configurar um sistema que foi em grande parte bem-sucedido em permitir que a liberdade de expressão online florescesse.

Quais são os efeitos globais de uma mudança no entendimento da Suprema Corte? Muitas empresas de tecnologia estão baseadas nos EUA e portanto sujeitas ao regime de responsabilidade legal daqui. Uma mudança poderia afetar como elas operam em todo o mundo. Ao mesmo tempo, estamos vendo muitos países que estão começando a impor seus próprios regulamentos a essas empresas de tecnologia.

Por exemplo, na União Europeia, a introdução dos serviços digitais trouxe um novo regime jurídico. Há novas leis na América do Sul, Índia e outros lugares ao redor do mundo. E assim, mais e mais países estão tentando deixar sua marca na regulamentação da internet.

O debate é muito similar no Brasil, assim como em outros países, com o avanço do extremismo político. Mesmo que não haja mudança nos EUA, como fica a pressão sobre as plataformas com essas regulações em outros países? A pressão aumentará e já aumentou sobre as redes sociais para tomarem mais medidas contra conteúdos indesejáveis em seus serviços, e o CDT insta as empresas a pensar nos padrões internacionais de direitos humanos ao tomar decisões sobre suas políticas de moderação de conteúdo.

Queremos que as empresas garantam que estejam constantemente atualizando suas políticas para responder a novas ameaças em todo o mundo. Também que sejam transparentes sobre a moderação de conteúdo e remoção de publicações. Assim, o público sabe se estão tomando medidas e pode julgar se é suficiente.

Mas acho que onde nossa preocupação maior é quando se trata de regulamentação governamental contra conteúdo considerado ruim ou indesejável. Nos preocupamos com coisas como dar aos funcionários públicos o poder de silenciar seus críticos. Acho que a pressão da sociedade civil, público, acadêmicos e outros grupos é totalmente apropriada, e as empresas precisam ouvir uma ampla gama de vozes das pessoas afetadas pelo conteúdo online. Só fico preocupada em dar ao governo muito poder em qualquer país quando se trata de regular o discurso online.

Janima Peres, 22, vacina o filho de três anos em posto de saúde de Pacaraima, em Roraima, após duas horas de espera e dias de tentativas Henrique Santana/Folhapress

Medo de reação à vacina e falta de acesso emperram imunização

Estudo da UFMG com 4.674 municípios mostra que 85% relatam atraso na vacinação das crianças

SAÚDE PÚBLICA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO A venezuelana Kleiveliz Barreto, 18, de Pacaraima, em Roraima, tem três filhos entre sete meses e três anos e nenhum deles está com a carteira de vacinação em dia. Faltam doses contra a poliomielite e o rotavírus, faltam a tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) e a pentavalente, entre outras.

"Por que esse atraso?", pergunta o enfermeiro José Luís Gutierrez à mãe em uma visita domiciliar. "Porque eu vou ao posto e nunca tem vaga. A gente chega lá, espera, espera, e mandam voltar no dia seguinte. Quando eu estava grávida, era a mesma coisa."

Para chegar à UBS da Pedra, Kleiveliz caminha quase uma hora segurando Nayara, de sete meses, no colo. De mãos dadas, Mateus, 3, e Nixany, de 1 ano e 7 meses, tentam acompanhá-la, mas logo se cansam e começam a chorar. "É um sacrifício para chegar lá e não ter atendimento."

Na UBS, a reportagem encontrou Janima Peres, 22, indígena da etnia taurepang. Sozinha, ela aguardava havia duas horas para vacinar o filho de três anos, após três dias tentando a imunização.

"A gente vem, fica três, quatro horas esperando e aí falam que não tem mais vaga, que precisa voltar outro dia. Eu só insisti porque estou na casa da minha irmã, que fica perto daqui", afirma.

Os relatos explicam algumas das razões para o atraso no esquema vacinal da população infantil, problema enfrentado por 85% dos municípios brasileiros em pesquisa da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em parceria com o Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde).

Desde 2016, o país apresenta queda na cobertura vacinal e, hoje, todos imunizantes estão abaixo da meta, o que aumenta o risco de reintrodução de doenças que já foram eliminadas, como a poliomielite.

No último dia 27, o Ministério da Saúde iniciou a campanha do Programa Nacional de Vacinação 2023. A partir de maio, o foco será a atualização do calendário vacinal infantil, com ações nas escolas.

A retomada das grandes campanhas de imunização, que não foram incentivadas na gestão Jair Bolsonaro (PL), é considerada muito importante para o resgate da confiança da população nas vacinas, mas gestores de saúde apontam que é preciso atacar também outros gargalos ainda mais complexos.

Na pesquisa da UFMG, com 4.674 municípios, entre as razões apontadas para o atraso ou recusa vacinal estão desde o medo dos efeitos colaterais dos imunizantes (84%) até a dificuldade de acesso aos serviços de saúde (40%).

"É alto o percentual de municípios que relatam atraso tanto em relação à primeira dose quanto às demais. Precisamos olhar para esses territórios porque há diferentes causas, que envolvem diferentes estratégias", diz o pesquisador Jackson Freire, da UFMG.

Outra pesquisa, coordenada pela Santa Casa de São Paulo, que investigou as razões da hesitação vacinal nas capitais brasileiras, mostra que em 28% dos casos a criança foi levada ao posto, porém não recebeu a vacina. Entre os motivos estão falta de vacina (44%), a sala de vacina estava fechada (11%) e não havia quem aplicasse a dose (8%).

> Eu vou ao posto e nunca tem vaga. A gente chega lá, espera, espera, e mandam voltar no dia seguinte. Quando eu estava grávida, era a mesma coisa. É um sacrifício para chegar lá e não ter atendimento
>
> **Kleiveliz Barreto**
> mãe de três filhos

Segundo o pesquisador José Cássio de Moraes, professor titular da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, também são frequentes casos em que a população tem acesso à sala de vacina, mas a criança não é vacinada com todos os imunizantes de uma só vez.

Aos dois meses, as crianças precisam receber vacinas a contra a pólio e o rotavírus e a tetravalente (contra difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções). Não há contraindicação nenhuma em aplicá-las no mesmo dia. No entanto, 40% deixam de fazê-lo, segundo a pesquisa.

"É medo de reação vacinal por parte dos pais? Ou é o vacinador que não quer aplicar a vacina? Precisamos entender o que acontece porque tem muita variação de acordo com cada região", diz Moraes.

Em Pacaraima, por exemplo, mães relatam o temor de que, com várias vacinas ao mesmo tempo, os filhos tenham efeitos colaterais e não encontrem atendimento médico na UBS. O município, localizado na fronteira do país com a Venezuela, já ficou quatro semanas sem médico na atenção básica.

Segundo Dayane Nascimento, coordenadora da área, nos últimos anos, a cidade triplicou a demanda por atendimentos de saúde com a crise imigratória do país vizinho. Também enfrenta dificuldade na contratação de médicos.

Muitas vezes, porém, é o profissional de saúde que decide não vacinar a criança, segundo Moraes. Há casos, por exemplo, em que a unidade só dispõe de frascos com várias doses de vacina e, se não houver público suficiente para esgotá-las naquele dia, o que sobra tem que ser descartado.

"Aí pedem para a mãe voltar outro dia. Antigamente se perdia a vacina e não a criança, hoje isso se inverteu", diz o professor. Para ele, o ideal seria existir diferentes tamanhos de frascos. "Não dá para ter um padrão único. Poderia ser até frascos individuais para municípios pequenos."

Quando o assunto são os problemas relacionados à aplicação da vacina, a sobrecarga de trabalho da equipe de enfermagem (80%) e a falta de pessoal para essa função (67%) aparecem como os mais citados na pesquisa da UFMG.

"Muitas vezes, o vacinador até vacina. Mas ele faz tudo, faz curativo, cuida de doente crônico. Também é muito comum a gente ver a sala de vacina com horário limitado de atendimento", diz Moraes.

Os municípios também enfrentam vários obstáculos para o registro dos dados de vacinação nos sistemas de informação do Ministério da Saúde, como internet instável ou falta de rede, número de computadores insuficiente e sistema municipal incompatível com o do ministério.

Segundo Wilames Freire Bezerra, presidente do Conasems, esses entraves e as formas de superá-los vêm sendo discutidos, porém há uma questão ainda mais urgente: as atuais estatísticas de cobertura vacinal.

"Elas não representam a realidade dos municípios. Estamos trabalhando em cima de estimativas feitas pelo Censo do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] de 11 anos atrás, de um público infantil que não corresponde à realidade do que vemos no território."

A nova edição do Censo estava prevista para 2020, mas foi adiada para o ano seguinte em razão da pandemia de Covid e, depois, devido ao corte de orçamento para a pesquisa no governo Bolsonaro. No último dia 1º, o IBGE anunciou o fim da coleta domiciliar do Censo Demográfico 2022.

Outro problema são sistemas de informação que não se comunicam. "Nós temos a atenção primária com o e-SUS e o sisPNI [sistema do programa nacional de imunização]. Se eu informo os dados a um sistema, o outro não consegue enxergar. Há situações em que os sistemas travam. O município promove as vacinações, mas, na hora de digitar, o sistema não recebe", diz Bezerra.

A desinformação também é um fator importante para a hesitação vacinal e o seu impacto tem aumentado nos últimos anos, segundo Ricardo Fabrino, pesquisador do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da UFMG. A disseminação de notícias falsas é citada por 75% dos gestores e profissionais de saúde como fator que leva a atraso ou recusa vacinal.

Eder Gatti, diretor do Departamento de Imunizações do Ministério da Saúde, afirma que os problemas são complexos e que vão precisar de várias frentes de ações a curto, médio e longo prazo.

O mais urgente, segundo ele, é regularizar os estoques de vacinas e investir em programas de capacitação de profissionais da atenção primária para a melhoria da assistência.

O diretor diz que a pasta também tem extratificado os municípios de acordo com os riscos, por exemplo, aqueles com menor cobertura vacinal contra a poliomielite ou o sarampo, e elaborado ações diferenciadas para os mais vulneráveis.

"Tudo o que a gente for fazer tem que ser discutido com Conass [Conselho Nacional de Secretários de Saúde] e Conasems e vai depender de recursos e ajustes de oferta de mão de obra na atenção primária."

Sobre os imbróglios envolvendo os sistemas de informação, ele afirma que os problemas pioraram a partir de 2017, com a criação de um sistema na atenção primária que fragmentou os registros de doses aplicadas. "Temos, sim, problemas de qualidade de dados e estamos trabalhando para corrigir tudo isso."

Em relação às metas vacinais, defasadas devido ao atraso do Censo, Gatti concorda com a crítica dos municípios. "Tivemos uma pandemia, com provável diminuição de nascidos vivos. O ajuste no denominador [que virá com o Censo] vai ter impacto nos dados de cobertura vacinal."

Maioria dos municípios enfrenta atraso vacinal*

Principais razões para o atraso
Segundo gestores, profissionais de saúde e usuários entrevistados, em %

Principais problemas na aplicação
Em %

Principais problemas de registro
Em %

* A pesquisa envolve 4.674 municípios, 84% do total no país; desses, 85% enfrentam atraso no esquema vacinação das crianças
Fonte: Conasems/UFMG

+ Conheça o Saúde Pública, novo projeto da Folha

Desenvolvido em parceria com a Umane, associação que impulsiona programas voltados à saúde pública, a série de reportagens se debruça sobre os principais desafios na área, abordando temas como a importância da atenção primária, saúde mental, doenças crônicas, vacinação, hábitos saudáveis e recursos humanos em saúde

A estudante Gabriela Coelho, 18, passou neste ano em psicologia na USP Zanone Fraissat/Folhapress

Busca de curso de psicologia explode em faculdades do país

Número de matrículas mais do que dobrou no Brasil desde o ano de 2010

DELTAFOLHA

Laura Mattos e Cleiton Rocha

SÃO PAULO A procura de estudantes brasileiros por faculdades de psicologia explodiu nos últimos anos. De 2010 para 2021, o número de matrículas nessa graduação mais do que dobrou no país, indo de 136,4 mil para 289,8 mil, um crescimento de 112,4%.

Como comparação, no mesmo período, as matrículas em todo o ensino superior apresentaram aumento de 41%, somando cursos presenciais e a distância. Se consideradas as matrículas no ensino superior presencial, houve uma queda no país em torno de 3%.

Na Fuvest, o vestibular mais concorrido do país, que seleciona candidatos para a USP, a carreira em psicologia tornou-se a segunda mais disputada, perdendo apenas para medicina. A concorrência deste ano para o curso de psicologia do campus de São Paulo foi de 70,6 candidatos por vaga.

A carreira de medicina teve uma relação candidato/vaga de 118 na capital; a do campus Ribeirão Preto foi de 95,9, e a de Bauru, 78,3. Em Ribeirão, a USP também tem o curso de psicologia, e a disputa é alta: 44,8 candidatos por vaga.

Para se ter uma ideia do crescimento, em 2010, a concorrência por psicologia na USP era de 25,7 candidatos por vaga em São Paulo e de 16,4 em Ribeirão.

"É uma procura surpreendente, bem diferente da minha geração", afirma à **Folha** Ana Maria Loffredo, diretora do Instituto de Psicologia da USP, onde se graduou em 1971 e fez o doutorado em 1992. "O curso de psicologia passou a ocupar um espaço de proeminência, adquiriu uma notoriedade que não tinha antes."

Ela conta que os concursos para professores na psicologia da USP também passaram a ter uma disputa acirrada, entre 25 e 30 candidatos por uma vaga. Para a docente, a explosão dessa carreira tem a ver "com uma demanda muito aguda e diversificada dos sofrimentos psíquicos da sociedade contemporânea".

"Diante de todas as questões ligadas à saúde mental, a formação em psicologia passou a ocupar um lugar simbólico que outros profissionais da saúde não conseguem preencher."

Na Unesp, a concorrência também é alta. Dentre as opções em psicologia, a mais concorrida é a do curso integral de Bauru, com 49,2 candidatos por vaga em 2023 (há também psicologia em Assis). A concorrência tem sido desse patamar para cima nos últimos anos, e em 2020 chegou a 60,5 candidatos por vaga.

Flávia da Silva Ferreira Asbahr, coordenadora do curso de psicologia da Unesp Bauru, diz que a alta procura, tanto nas universidades públicas quanto nas particulares, tem sido comentada no meio acadêmico. Segundo a docente, essa expansão se reflete em uma diversificação dos campos de atuação profissional.

"Na década de 1990, quando eu fiz a graduação, só se pensava no atendimento em clínica", lembra. "Hoje os profissionais estão abertos a novas possibilidades, por exemplo, a psicologia escolar, do esporte, do atendimento a emergências, como tragédias ambientais ou a própria pandemia", explica ela, que se graduou na Unesp em 1999 e fez mestrado e doutorado na USP.

Asbahr aponta um enriquecimento do debate sobre a carreira nas universidades trazido pelas cotas para estudantes de escola pública e pretos, pardos e indígenas. "Essa maior diversidade de alunos trouxe uma vivência das desigualdades sociais do país que tem pautado as discussões sobre a profissão", afirma.

"Isso fortaleceu uma reflexão sobre como a psicologia pode atuar em temas como o racismo, o machismo e as questões de gênero. Discute-se muito a inserção da psicologia em políticas públicas, para que o atendimento psicológico seja acessível."

A forma como a saúde mental passou a ser vista pela sociedade também explica a alta demanda pela carreira de psicólogo, avalia Andréia Schmidt, presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia e professora do curso de psicologia na USP de Ribeirão Preto.

"Antes, os problemas de saúde mental eram tidos como questões individuais, uma fraqueza ou até falta de vontade das pessoas", afirma. "Agora existe outra compreensão, a de que a saúde mental é uma questão social também e é fundamental para que se viva bem."

Schmidt pondera que a alta procura pela graduação também é um desafio para os novos profissionais. "O Brasil tem atualmente mais de 430 mil psicólogos, é um número assustador, que torna a carreira muito concorrida", diz.

"Os profissionais devem ampliar o raio de ação, investindo em campos menos explorados", sugere. Como exemplo, ela cita o aumento da expectativa de vida e o fato de ser comum hoje um idoso ser cuidado por alguém da família. "É uma sobrecarga não só física, como emocional. Cuidar desse cuidador é uma necessidade", defende.

A própria tensão política do país, com familiares rompendo relações por diferenças ideológicas, é também uma nova possibilidade de atuação. "Pode-se formar grupos de apoio, inclusive online, com parcerias com o terceiro setor, por exemplo", completa.

Gabriela Coelho, 18, é uma das aprovadas deste ano para a psicologia da USP e diz estar "muito feliz com o fato de a psicologia agora ser valorizada e estar se abrindo a diferentes áreas". Sua primeira tentativa de passar na universidade foi em 2021, quando se formou na Escola Móbile, em São Paulo. Não conseguiu a vaga por pouco e, no ano passado, fez cursinho Poliedro e contratou quatro professores particulares.

Ansiosa para começar o curso, ela diz que tem interesse pelo mundo corporativo. "As empresas perceberam que faz toda a diferença ter apoio psicológico para os funcionários. A profissão está sendo reconhecida, depois de sofrer tanto preconceito", comemora.

Procura por graduação em psicologia mais do que dobrou

Crescimento da disputa por uma vaga na psicologia da USP

Fonte: Censo da Educação Superior e Fuvest

*Para a relação candidato/vaga, a Fuvest integra alguns cursos, como direito no campus SP e em Ribeirão, além de todas as engenharias da Escola Politécnica; não há, portanto, como comparar a disputa entre psicologia e direito em SP ou com alguma engenharia em específico; outra ponderação é que, a partir de 2016, 21 vagas de SP e entre 8 e 12 de Ribeirão passaram a ser oferecidas pelo Sisu/Enem, reduzindo as vagas ofertadas pela Fuvest

Universidades do RS e Reino Unido se unem por igualdade de gênero

DIAS MELHORES VIDA PÚBLICA

Caue Fonseca

PORTO ALEGRE Ao fazer um pós-doutorado em farmacologia na Universidade de Montreal, uma cena impressionou a professora e pesquisadora Maria Martha Campos. Em um dia congelante de inverno, viu um grupo de mulheres passando frio do lado de fora da faculdade e perguntou do que se tratava.

Eram todas as trabalhadoras de um dos setores da universidade. Haviam descoberto um posto em que um homem recebia remuneração maior do que as colegas mulheres. Até que a distorção fosse corrigida, todas se recusaram a iniciar suas jornadas de trabalho.

"Foi no início dos anos 2000. Estamos 20 anos atrasados nessa discussão, mas finalmente fazendo algo", diz a pesquisadora da Escola de Ciências da Saúde e da Vida da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

Para detectar e corrigir distorções de gênero no meio acadêmico, a PUCRS e a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) firmaram parceria com a King's College London, da Inglaterra. O projeto Mulheres na Ciência é concentrado sobretudo nas áreas de ciência em que a presença feminina ainda é pequena, como tecnologia, engenharias e matemática.

Em 2021, a universidade de inglesa obteve o "Athena Swan Silver", espécie de selo de reconhecimento de boas práticas para o avanço da igualdade de gênero. Incluía, entre várias medidas, desenvolver projetos multiplicadores dentro e fora do país. Aí entraram as universidades gaúchas.

Em um primeiro momento, a troca de experiências entre inglesas e gaúchas se deu por viagens de integração e mentoria a jovens pesquisadoras. Em 2023, o projeto deu um passo além e se estendeu para outras duas universidades do Reino Unido — University College London e Glasgow Caledonian University — e duas gaúchas — UFPel (Universidade Federal de Pelotas) e Universidade Feevale.

A partir de abril, passará à fase de mapeamento de dados. Com bolsistas remunerados, as universidades buscarão rastrear onde as mulheres estão e onde fazem falta e sua representatividade em conselhos e diretorias. Na PUCRS, a seleção para uma bolsista atuar neste levantamento está aberta até 14 de março.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Deixou o Brasil, mas não a família

LUCIANA VOSS (1968 - 2023)

Danilo Bandeira

SÃO PAULO Em setembro de 1995, Luciana Voss, nascida em Santos (a 72 km de São Paulo), tomou o primeiro voo internacional de sua vida e desembarcou sozinha em Orlando, nos EUA. Completaria 27 anos alguns dias depois.

Como tantos outros imigrantes, ela sentiu as dificuldades do idioma e da distância.

Ainda assim, nunca perdeu o contato com os muitos familiares que deixou no seu país natal. Cartões festivos, presentes e telefonemas integravam o arsenal de gentilezas de Luciana.

Aniversários eram a sua especialidade. De memória, sabia telefone e data de cada familiar e sempre ligava na data para desejar parabéns.

Nos anos seguintes, e de emprego em emprego, cruzaria os Estados Unidos dezenas de vezes, à medida que construía uma exitosa carreira no setor financeiro de diferentes empresas.

Fiel da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, adotou uma rígida ética de trabalho, com longas jornadas e pouco espaço para o lazer. Nunca reclamou da correria.

No fim dos anos 1990, estabeleceu-se em Utah. O período coincidiu com a retomada do contato presencial com os familiares, que passaram a visitá-la com frequência, sobretudo a mãe, que já tinha morado no estado.

Também recebeu o irmão caçula, que formou família no país, e a sobrinha, que concluiu o ensino médio sob os seus cuidados e hoje lá cursa universidade.

Casou-se em 2012, pela segunda vez, com o médico David Voss, de quem incorporou o sobrenome e a quem acompanharia pelos próximos dez anos, como esposa e diretora-financeira das clínicas da família.

Foi a Voss que Luciana recorreu quando, em 2022, seu fígado sucumbiu à doença autoimune que a consumia havia mais de 20 anos e sua irmã mais nova foi descartada como doadora.

Em 2 de novembro, recebeu parte do fígado do companheiro, mas teve complicações pós-cirúrgicas. Morreu em 5 de março, aos 54 anos, em Chicago. Deixou o marido, a mãe, irmãos, sobrinhos, tias, cunhados, além de saudades.

1 MÊS

JOSÉ ANTONIO ESPÓSITO Domingo (12/3) às 11h, Paróquia São Gabriel Arcanjo, Jardim Paulista, São Paulo (SP)

LUIZ GABRIEL COVELLI MARCONDES Domingo (12/3) às 18h, Paróquia Nossa Senhora do Carmo, Aclimação, São Paulo (SP)

STELLIO RODOLPHO BASTOS SEABRA Segunda (13/3) ao meio-dia, Paróquia São Francisco de Assis, Vila Clementino, São Paulo (SP)

Vestidos de preto, moradores percorreram ruas que tiveram casas destruídas pelas chuvas na Vila Sahy, no litoral, e fizeram uma oração Ronny Santos/Folhapress

População protesta por moradia e auxílio em São Sebastião

Centenas de moradores da cidade do litoral paulista participaram neste sábado (11) de um ato pacífico

Carlos Petrocilo e Ronny Santos

SÃO SEBASTIÃO (SP) Desde que a empregada doméstica Maria Nilda Oliveira Santos Félix, 53, deixou sua casa no morro do Esquimó, em Juquehy, por volta das 5h do dia 19 fevereiro, não pisou mais lá. O cenário de terra arrasada com a chuva histórica em São Sebastião, no litoral norte paulista, a deixou traumatizada.

Marinalva Vieira dos Santos, 55, teve a sua casa interditada e, nas últimas três semanas, conta com a acolhida de conhecidos para dormir e veste roupas que lhe foram doadas.

Na manhã deste sábado (11), elas estavam entre os centenas de moradores, boa parte deles com trajes pretos, que ocuparam a praça dos Estudantes, ao lado da rodovia Rio-Santos, para expor seus dramas e a insatisfação com o poder público.

Depois, por volta das 12h30, encerraram a manifestação com uma caminhada pelas ruas mais afetadas pelos deslizamentos de terra, onde muitas casas estão interditadas e ainda há móveis, eletrodomésticos e louças dos moradores.

Em dado momento, Mirian Jesus Souza, 50, deu um tapa na parede de um vistoso sobrado de esquina e gritou, "o que Deus me deu o diabo não vai tirar". Com a sua residência interditada, ela foi acolhida por amigos na praia da Baleia. "Aqui era uma comunidade, os vizinhos zelavam um pelo outro, fazíamos churrasco. Nunca vi uma desgraça tão grande", afirma ela.

A principal cobrança refere-se à construção de novas moradias. No protesto, organizado por movimento ligado à esquerda, a população foi convidada a discursar e criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto (PSDB).

"Não podemos passar pano para nenhum político, principalmente os que foram omissos com o desmatamento da Amazônia. Essa tragédia é consequência de tudo isso", afirmou Sumar Graciano, 55, vendedora de um brechó.

"Vem, aqui, o prefeito [Felipe Augusto] e diz que vão nos mandar para Boiçucanga, como se fôssemos objetos. Tenho minha casa, construí um brechó na sala para o meu sustento, é a minha vida", diz.

O déficit habitacional em São Sebastião está estimado entre 8.000 e 10 mil casas. Em dez anos, a cidade recebeu apenas 166 unidades do programa de moradia do governo estadual, contra 67,3 mil entregues em todo o estado.

Os moradores cobraram também transparência dos recursos prometidos pelos governos federal e estadual, assim como pleitearam o repasse das doações de ONGs, cidadãos e empresas.

"Desde quando saí de casa, não voltei nem para buscar as roupas porque colocaram uma placa de que será demolida. Já fui à assistente social e ela disse que preciso esperar. Só que eu estou sem nenhum auxílio social, nem de aluguel, nem de moradia", reclama Marinalva. "É simples colocar uma placa de demolição, mas a casa é minha história, é onde nasceram meus três filhos, meus seis netos."

A casa de Maria Nilda, segundo ela, não está com o destino selado. O drama, neste caso, é o psicológico. "Na minha rua, mais de 20 casas foram levadas e vi um vizinho morto. Não tenho forças para voltar e recomeçar. Só se Deus mandar uma ordem, porque o homem não faz voltar", afirma. "Saí tão sem rumo, achei os moradores numa igreja e fique lá nas primeiras semanas. Hoje, estou na casa da minha patroa."

Após os discursos, os moradores deram as mãos e, então, houve um minuto de silêncio em homenagem às 65 pessoas que morreram em decorrência das chuvas na região.

Miraídes Silva, 34, queixava-se bastante da ausência dos vereadores na manifestação na praça. "Amanhã [domingo], eles vêm aqui, gostam desta praça para pedir voto. Cadê o prefeito que recebeu os recursos, e ninguém viu o dinheiro?", disse ela.

Minutos depois, por volta das 11h10, Pauleteh Araújo (PP) chegou ao local. "Quem quiser falar comigo sobre doações, sobre valores de Pix, estou aqui. Em momento nenhum deixei a comunidade", disse a vereadora, bastante aplaudida. Outra política a discursar foi a deputada estadual eleita Ediane Maria (PSOL).

Como a **Folha** mostrou, na sexta (10), vereadores estariam insatisfeitos com a ausência de detalhes sobre a utilização dos recursos solicitados pelo prefeito Felipe Augusto (PSDB), segundo o presidente da Casa, Marcos Fuly (DEM). Com isso, há pedidos travados na Câmara para liberação de recursos e contratação de financiamentos para amenizar os efeitos da tragédia.

Questionado sobre o protesto, o Governo de São Paulo disse que equipes da SDHU (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação) já identificaram quatro terrenos para construção de moradias destinadas às famílias desabrigadas e desalojadas em São Sebastião. Eles têm, ao todo, 71.248 metros quadrados e estão em Topolândia, Baleia Verde, Maresias e Vila Sahy.

"O total de moradias e de investimento será anunciado após conclusão de estudos que estão em andamento. Todas as construções serão em locais seguros, fora das áreas de deslizamento e inundação", disse o governo.

A gestão Tarcísio também afirmou que cerca de mil pessoas estão acolhidas em hotéis e pousadas da região e recebem três refeições por dia. Além disso, promete transferir famílias para 300 unidades habitacionais em Bertioga, de caráter temporário.

Após moradores alegarem que doações de ONGs não estavam sendo repassadas à comunidade, a Prefeitura de São Sebastião divulgou comunicado dizendo que não é responsável por ações sociais organizadas de forma independente por entidades do terceiro setor, empresas ou cidadãos.

A prefeitura pediu que colaborações sejam feitas por meio dos fundos sociais de solidariedade do município e do governo estadual.

A prefeitura também afirmou ter notificado entidades que receberam doações para que prestem contas, entre as quais o Instituto Verdescola e a ONG Gerando Falcões.

Colaborou Tulio Kruse

> “ Desde que saí de casa, não voltei nem para buscar as roupas. A assistente social disse que preciso esperar. Só que estou sem auxílio social, nem de aluguel, nem de moradia
>
> **Marinalva Vieira dos Santos**
> desalojada

> Na minha rua, mais de 20 casas foram levadas e vi um vizinho morto. Não tenho forças para voltar e recomeçar. Só se Deus mandar uma ordem, porque o homem não faz voltar
>
> **Maria Nilda Oliveira Santos Félix**
> desalojada

Aumenta em SP o número de pessoas mortas por PMs de folga

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Policiais militares de folga mataram em janeiro deste ano no estado de São Paulo 13 pessoas, número superior ao mesmo período do ano passado, quando houve 3 óbitos. Os dados foram publicados no Diário Oficial.

Já os casos de mortes envolvendo PMs em serviço se manteve estável em janeiro deste ano: 23, o mesmo verificado em janeiro de 2022.

A alta do número de vítimas mortas por policiais de folga foi puxada pela capital, que somou quase a metade das mortes: seis. No ano passado, também em janeiro, foram duas.

"O que a gente verificou é que mais policiais foram vítimas de roubo e reagiram", disse à **Folha** o major da PM Rodrigo Vilardi, assessor da Coordenadoria de Políticas de Segurança Pública da SSP (Secretaria de Segurança Pública).

Segundo ele, nos casos em que os policiais não foram vítimas, eles flagraram criminosos atacando outras pessoas e reagiram.

Em relação aos casos de vítimas de policiais militares em serviço, a capital também foi a região com mais mortes no período.

O Comando de Policiamento de Choque, que inclui a Rota e o COE, respondeu por 5 das 23 mortes neste ano. Em 2022, uma ocorrência foi registrada.

Em um dos casos, em 12 de janeiro, quatro policiais militares da Rota participaram de uma ação que resultou na morte de dois homens e deixou um outro em estado grave durante suposta perseguição na rua da Consolação, região central de São Paulo.

Segundo o boletim de ocorrência, os PMs dispararam 28 vezes com dois fuzis e uma pistola.

Policiais agridem motociclista com chutes e socos

SÃO PAULO A Polícia Militar instaurou inquérito para apurar a ação violenta envolvendo um grupo de policiais na noite de sexta (10), na favela do Jaguaré, na zona oeste da capital paulista.

Um vídeo feito por um morador da favela mostra a sequência de agressões, com chutes e socos, a um motociclista sem capacete.

Segundo a corporação, o motociclista, que estava sem capacete e em alta velocidade, bateu na traseira de uma viatura e de outro carro antes de tentar fugir. Procurada, a Secretaria da Segurança Pública não deu informações sobre o suspeito.

Queda de avião sobre imóveis em BH mata piloto

SÃO PAULO Um avião monomotor caiu sobre os telhados de duas casas em Belo Horizonte na tarde deste sábado (11). O piloto, que estava na aeronave com a filha, morreu depois de ser socorrido por bombeiros e pela equipe médica do Hospital João XXIII, no centro da capital de Minas Gerais.

O avião caiu pouco antes das 15h sobre duas residências do bairro Jardim Montanhês, no noroeste da cidade.

A maior parte da fuselagem, amassada, ficou presa no vão entre as duas casas. Nenhum dos moradores ficou ferido.

Pai e filha, de 60 e 33 anos, foram encontrados inconscientes e presos nas ferragens do avião. Eles foram socorridos com vida e chegaram em estado gravíssimo no hospital. Até as 18h, a mulher ainda era atendida no hospital.

Por causa do risco de explosão, os bombeiros decidiram encharcar os tanques de combustíveis nas duas asas com espuma sintética e isolaram o local.

A perícia do Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), da Força Aérea Brasileira, foi acionada para inspecionar o local do acidente.

A previsão era que o perito chegasse ao local por volta das 22h deste sábado.

Os bombeiros não souberam dizer de qual aeroporto a aeronave havia decolado.

A queda do monomotor foi o segundo acidente aéreo em menos de 24h na região metropolitana de Belo Horizonte. Durante a manhã, outro monomotor caiu no município de Sabará.

Entre os passageiros estava um bebê recém-nascido, de apenas três dias, e uma criança de três anos. Ninguém se feriu nesse acidente.

Tulio Kruse

Adams Carvalho

Mal passado

Ponto da carne é uma das formas de se oprimir pelo gosto que me dão mais raiva

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de 'Por Quem as Panelas Batem'

Quanto mais sutil a opressão, mais cruel. Por isso, dentre as mil formas de subjugar os outros, tenho uma implicância especial com o bom gosto. Apontar o que há de brega, cafona, fora de moda ou exagerado nas pessoas é uma vaidade disfarçada de virtude. Lobo em pele (sintética, claro, segundo os ditames do nosso tempo) de cordeiro. Julgar esteticamente é uma das poucas situações em que a gente pode dizer "eu sou melhor do que ele" e sair bonito na foto.

Se amanhã eu aparecer numa Ferrari, todo mundo vai olhar pra mim e dizer: ostentação. Já se eu puser na minha casa uma poltrona Barcelona, o pessoal vai comentar, "nossa, que chique". E vejam só: enquanto uma Ferrari é o melhor carro já produzido pela humanidade, a poltrona Barcelona é das piores maneiras de se sentar. Ela não serve para descansar a bunda, mas para descansar a mente. Você bota o design do Mies van der Rohe em casa e fica sossegado, pensando, "nossa, sou fino". (De preferência, sentado no sofá molinho comprado na Magalu).

Pois: dentre as mil formas de se oprimir pelo gosto, uma das que me dão mais raiva é o ponto da carne. Repare com que orgulho o cidadão declara ao garçom, num restaurante, "mal passado". Fala alto, pra que os outros ouçam, como se a pergunta fosse "Onde você se formou?" e a resposta, "Harvard".

Já o pobre diabo que quer seu bife bem passado é quase um proscrito. Eu sou churrasqueiro. Vejo uma amiga ou amigo se aproximar da grelha e pelo jeito que se arrasta, com o rabo entre as pernas, quase ganindo, sei o que vai pedir.

Ela(e) chega bem perto. Inclina o corpo. Com a cautela envergonhada de alguém que perguntaria "Você vende maconha?", sussurra no meu ouvido: "Será que rola sair uma um pouquinho mais bem passada?".

Venho de uma família dogmática. Minha avó tem uma pousada e no cardápio está escrito, em letras maiores do que a dos pratos: "Não servimos bife bem passado". "No meu restaurante eu não sirvo comida ruim!", ela diz. Eu respeito sua posição. Contudo, rompendo com os valores familiares, ajo diferente. Não ao ponto (parara tum tsssss! —isso foi caixa, bumbo e prato) de preferir carne bem passada, mas pelo menos ao ponto (tum tsss, tum tsss! —bumbo e prato 2 x) de grelhá-la mais pra quem quiser. Acredito que o churrasqueiro é um funcionário público e está a serviço dos comensais, não o contrário.

O mal passado goza de tal prestígio que até carnes que deveriam ser servidas mais cozidas acabam chegando cruas à mesa. É o caso do hambúrguer.

Hambúrguer cru não é saboroso. Ele pode estar rosado no meio, mas não vermelho e sangrando como uma picanha. Pode, também, ser bem passado, como os "smashes" que estão na moda. Mas vai numa dessas lanchonetes hipsters e pede pro barbudo tatuado o hambúrguer bem passado: ele te encara com ódio e desprezo semelhantes ao do motorista avistando seu Mastercard logo após se tornar obrigatório táxi aceitar cartão de crédito.

"Ah, Antonio, mas e o ketchup na pizza?". (Não sei por que pus entre aspas, sou eu perguntando pra mim mesmo). "E o cream cheese no sushi?". "E o macarrão no bufê do rodízio?". Aceitemo-los —assim como vós aceitais essa mesóclise. São todos filhos da Revolução Francesa, frutos da democracia. O preço da liberdade não é só a eterna vigilância. Entram também na conta o Crocs, a estampa de oncinha e o bife esturricado.

| DOM. Antonio Prata | **SEG. Marcia Castro**, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse **folha.com/classificados** **11 3224-4000**

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

A

AUXILIAR ADMINISTRATIVO PLENO
M/F 1 vaga: São Paulo/SP. Superior completo (Administração de Empresas/Direito) ou cursando. Com experiência em rotina administrativa, controle de processos e documentos, atendimento a clientes através de e-mail e telefone. Conhecimento intermediário em Word e Excel. Que tenha fácil acesso ao metrô. Enviar currículo com pretensão salarial para o e-mail: selecao.freitas@gmail.com

IMÓVEIS

INTERIOR, LITORAL OUTROS ESTADOS

APARTAMENTOS E CASAS VENDA

ITANHAEM
R$230.000,00, Casa, 1ds., 3vg., 250 m² a.t., chur., jd., pisc., quint., Casa térrea, terr. 250 m², 1 ds, sl espaçosa, coz. ampla, banh social, á. serviço, quintal c/ pergolado, varanda, jardim e vaga p/ 3 carros. Churrasq e piscina. Ótima localização, local com moradores, prx coml. local, aprx 700 metros do mar. http://www.mmachadoimoveis.com.br/imovel/itanhaem/balneario-tupy/684/ F:11 99998-5078.
cód. 92483613

TERRENOS

ITANHAEM - CIBRATEL
Casa/prédio com renda de R$ 40.000,00. Com 350 mts A.C. 300 mts praia. Valor R$ 649 mil. Aceita permuta ou financiamento. (13) 99740-0003
cód. 92483712

MARTINÓPOLIS
Vendo terreno 40.000 m2 a 300m da Represa e 300m do asfalto Casa, curral, energia, poço semi-artesiano. Documentado 500.000,00 aceito carro de menor valor. Tratar (18)99802-1944/99806-1825
cód. 92483705

RIBEIRÃO PIRES
Vendo terreno 250m2. Condomínio fechado (NOVO) R$. 270.000.00 à vista. Creci 8042 - Tel. 98475.3776
cód. 92483673

NEGÓCIOS

LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO
O leiloeiro oficial CLEITON ROBERIO CORDEIRO - JUCESP nº 1376, torna público, realizará um leilão de Joias nos dias dias 13 e 14 de março de 2023 a partir das 18:00 hs., autorizado pelos COMITENTES: Rafael Nastari Ueno, Vladimir Ferreira Pires e Osório Antônio Lopes Pires Junior, somente on-line, através do site: https://www.piresleiloes.com.br/ Os bens serão vendidos no estado em que se encontram.

LEILÃO DE ARTE E ANTIGUIDADES
Dia 14 às 20 horas. Rua Oscar Freire 246 - Somente on line. Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior. Tel: (11) 3062-7954 contato.ciapaulista@gmail.com

LEILÃO DE ARTE ONLINE
Paulo Louvatto Jucesp 398, fará leilão dia 23/03/23 às 19:30h Exposição de 10/03 a 23/03/23 De quinta a terça feira das 9 às 18h e sábado das 9 ás 12h R. Cel. Quirino, 1211 Tel.: (19) 3294-5863 Cambuí.- Campinas SP.

LEILÃO DE TAPETES
Dia 13 de Março às 20 horas. Rua Oscar freire nº 246 - Somente on line. Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior. Tel: (11) 3062-7954

ADVOCACIA

CLÍNICAS E MASSAGENS

MASSAG. TERAPÊUTICA
Relaxante, do-in, shiátsu, stress, ansiedade, dores em geral: cervical, lombar, ciático e depilação. (11) 9.9930-9456 - Paula

ciência

Chances de trazer mamute e dodô de volta à vida são baixas

Startup Colossal Biosciences, dos EUA, planeja recriar as espécies; lobo-da-tasmânia é outro alvo

Ana Bottallo

SÃO PAULO É possível trazer espécies extintas de volta à vida?

A pergunta, que soaria como ficção científica há algumas décadas, está cada vez mais próxima da realidade devido ao avanço nos últimos anos de técnicas de edição de DNA e manipulação de embriões em laboratório.

A empresa americana Colossal Biosciences anunciou, em 2021, o desejo de reintroduzir nas estepes de tundra da Sibéria e do Alasca o mamute lanoso (*Mammuthus primigenius*) que se extinguiu há 10 mil anos, na última Era Glacial. E conseguiu um esforço considerável para isso: cerca de US$ 15 milhões (ou aproximadamente R$ 78 milhões).

A técnica para "desextinguir" o mamute consiste em fazer a reconstrução de seu DNA com base em fragmentos obtidos nos fósseis congelados e preencher os espaços do genoma com material genético do elefante-asiático (*Elephas maximus*). O DNA seria então introduzido em células embrionárias deste animal e o embrião, implantado no útero de uma elefanta. Até o momento, porém, nenhum filhote foi viável.

Agora, a mesma empresa anunciou que quer trazer de volta o dodô (*Raphus cucullatus*), uma ave que não voa similar a um pombo gigante originária das Ilhas Maurício, no oceano Índico, e que foi vista pela última vez em 1662.

O processo de "desextinção" do dodô combinará células primordiais germinativas de pombo com o DNA do dodô recuperado de exemplares presentes em coleções científicas. As células modificadas seriam então introduzidas em um ovo não fecundado onde cresceria o filhote de "dodô-pombo".

Para o ornitólogo Luís Fábio Silveira, professor do Museu de Zoologia da USP, isso é extremamente improvável de dar certo. "É muito difícil realizar esse procedimento e, além das barreiras do próprio organismo, ninguém nunca viu um ovo de dodô, não temos ideia de qual o seu tamanho."

Silveira lembra que mesmo se houver sucesso em cruzar essa fronteira, o animal nunca será um dodô de fato. "Obviamente você vai ter um animal que não é um dodô, ou um animal que não é um mamute, mas que são híbridos. O que é legal é ver o salto de inteligência e investimento tecnológico, principalmente com manipulação genética, que serão muito interessantes."

Em resposta enviada à reportagem, Ben Lamm, um dos cofundadores da empresa, disse que a missão é reintroduzir as espécies produzidas no processo de "desextinção" de volta ao seu habitat natural. Lamm afirmou ainda que os avanços podem representar novas ferramentas para corrigir o processo de extinção em algumas circunstâncias.

Segundo ele, os avanços tecnológicos em embriologia e manipulação genética podem ajudar na conservação de espécies viventes, como o elefante-asiático, e possíveis aplicações no futuro podem ser feitas para saúde e doenças humanas.

Embora pareça funcionar na teoria, na prática a "desextinção" é criticada por especialistas, que dizem ver no projeto mais publicidade que ciência.

"São espécies icônicas que carregam um fardo dessa extinção causada pelo homem [no caso do dodô], então é uma tentativa de atrair investimentos", afirma Taissa Rodrigues, paleontóloga e professora da Universidade Federal do Espírito Santo. "O que acredito ser mais provável é utilizar essa nova tecnologia para salvar as espécies que estão hoje em risco de extinção."

Um dos pontos levantados é que os animais extintos não dispõem mais de seus habitats naturais (no caso do mamute) ou então sofrerão modificações intensas que os farão parecer com a espécie, mas não serão exatamente iguais.

Um argumento para a recriação do mamute divulgado em um vídeo da Colossal é ajudar a conter o aquecimento global: o permafrost, camada de gelo que recobre a tundra siberiana, sofre com o derretimento por causa do aquecimento global, liberando mais gás metano na atmosfera.

Os mamutes antes ajudavam no controle dessa temperatura por meio do consumo da vegetação e também pelo condensamento do pasto, mantendo a temperatura abaixo de -40ºC. "Mas isso é muito mais utópico do que de fato realidade", diz Rodrigues.

Outro ponto crítico é que os mamutes são animais altamente sociais, como os elefantes, e dependem de interações ecológicas que não são possíveis de criar em laboratório.

No caso do dodô, a empresa conseguiu mais de US$ 150 milhões (R$ 777 milhões) para resgatar uma ave que pode ter sido extinta diretamente por ação humana, pela caça, ou indiretamente, pela introdução de espécies exóticas na ilha e modificação do ecossistema.

Para Rodrigues, um exemplo de um animal que pode ser mais bem-sucedido na "desextinção" é o lobo-da-tasmânia (tigre da Tasmânia ou tilacino), visto pela última vez em um zoológico em 1936. Original da Austrália, esse marsupial foi extinto pela caça.

"O tigre da Tasmânia é mais interessante [trazer de volta] porque existe documentação de comportamento dele em cativeiro, além de ter DNA suficiente de indivíduos em museus. E o habitat dele continua existindo", destaca.

De todo modo, trazer espécies extintas de animais de volta à vida pode ser um esforço consideravelmente maior do que o de conservar as espécies atuais que estão em risco de extinção no planeta.

Startup americana quer trazer espécies extintas de volta à vida

Engenharia genética
Utilizando ferramentas modernas de edição de DNA, os cientistas recriam o material genético do animal extinto usando parte do genoma de espécies aparentadas

Busca
A ferramenta Crispr busca a localização exata do gene alvo no DNA das espécies atuais

Recorte
A enzima Crispr recorta o DNA no local encontrado como alvo

Edição
Uma nova sequência é adicionada ao local de reparo de DNA

No caso do mamute
O DNA extraído de fósseis congelados do mamute é combinado a um genoma de elefante e implantado em células germinativas

No caso do dodô
O genoma do dodô foi obtido a partir do DNA mitocondrial (transmitido pelas fêmeas) de exemplares de coleções científicas da ave

O embrião é implantado no útero de uma fêmea de elefante

Apesar de ter obtido sucesso in vitro, o filhote de mamute não conseguiu sobreviver após o parto

Uma cultura de células de outra espécie (no caso, o pombo-europeu), conhecida como **células primordiais germinativas**, é modificada para conter o DNA do dodô

Essa cultura de células é então implantada em um ovo de pombo-europeu

Se bem-sucedido o processo, o filhote de dodô irá eclodir do ovo após a choca

Fonte: Colossal Biosciences; Innovative Genomics; Functional Ecology e The Scientist

Desculpe, Marina

Bebês pagarão o preço de nossa omissão diante da crise do clima

Marcelo Leite
Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

A Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) bem que tentou adoçar a pílula, mas o mundo amargou novo aumento de gases do efeito estufa no ano passado. "Emissões globais subiram menos do que se temeu inicialmente", anunciou a agência dez dias atrás.

O espírito Pollyanna parece governar o relatório "Emissões de CO_2 em 2022", que faz um apanhado da poluição climática gerada pelo setor de energia. Em foco, os gases como dióxido de carbono (CO_2) resultantes da queima de combustíveis fósseis para transporte e eletricidade, que agrava o aquecimento global.

"O risco de crescimento descontrolado de emissões pelo retorno ao carvão mineral em meio à crise global de energia falha em materializar-se, dado que renováveis, veículos elétricos, trocadores de calor, eficiência e outros fatores contiveram o aumento de CO_2", contorceu-se o redator da IEA.

Comparado com o salto de 6% em 2021, o crescimento de 0,9% pode ser considerado pequeno, sobretudo em face do incremento de 3,2% no PIB mundial. Dois anos atrás a economia do planeta se recuperava do baque com a pandemia de Covid, e o aumento das emissões refletia essa retomada.

Aí começou 2022, e com ele a guerra na Ucrânia. Dependente do gás natural da Rússia agressora, a Europa ressuscitou o carvão mineral, mais danoso dos combustíveis fósseis para o clima, cujas emissões aumentaram 1,6%.

As do petróleo foram ainda mais longe, 2,5%. Ainda assim, permaneceram abaixo dos níveis observados antes da pandemia.

Como destaca a IEA, o rebote foi em parte compensado pelo avanço de energias renováveis, como eletricidade eólica e fotovoltaica. Ainda não há dados para 2022, mas em 2021 essas fontes limpas haviam progredido 7% —ainda assim, aquém da velocidade para cumprir as metas do Acordo de Paris (2015).

Esse é o ponto: a fim de evitar que a atmosfera se aqueça mais que 2ºC, de preferência não ultrapassando 1,5ºC, as emissões de carbono teriam de cair pelo menos 45% até 2030 e chegar a zero em 2050. Para alcançar o primeiro objetivo, faltam menos de oito anos, e elas continuam crescendo, quando precisavam recuar.

Nessa toada, o aquecimento global chegará perto de 3ºC até o ano 2100, um cenário desolador. Com o acréscimo de 1,1ºC já acontecido, o século 21 viu dispararem a frequência e a intensidade de eventos extremos como as chuvas do litoral norte paulista, incêndios florestais, secas e ondas de calor mortíferas.

Em 2100 minha neta Marina estará possivelmente viva ainda, com 78 anos (a expectativa de vida de mulheres no Brasil deve ficar em 76 anos, com o aumento da mortalidade por Covid). Ela e seus contemporâneos pagarão o preço por nossa incapacidade de reagir à maior ameaça que a humanidade já criou para si.

Não se iluda com a sensação de alívio trazida pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no campo das políticas ambientais. Ele prometeu desmatamento zero, sim, pois a principal fonte brasileira de gases do efeito estufa é o fruto mais à mão para colher e uma cantilena que europeus e americanos gostam de ouvir.

O presidente tem pela frente, contudo, o Congresso mais retrógrado, eivado de ruralistas que se lixam para a floresta Amazônia, o cerrado e a mata atlântica. Além disso, Lula tem fixação com os combustíveis fósseis da Petrobras e andou se vangloriando por construir hidrelétricas na Amazônia.

Um homem de ontem com ideias de anteontem, em suma. Aliás, como Putin, Biden, Zelenski e cia. Desculpe, Marina, você obviamente não pode contar conosco.

ambiente

Acampamento 41, no Amazonas, onde são desenvolvidos projetos científicos Michael Dantas/UN Foundation

Acampamento isolado na Amazônia pesquisa efeitos da crise do clima

Parte do legado do pesquisador americano Thomas Lovejoy, local é referência para estudar impactos na floresta e já recebeu famosos

Phillippe Watanabe

ACAMPAMENTO 41 (AM) O chamado Acampamento 41 guarda segredos climáticos da floresta. É ali que se procuram os impactos e as respostas da Amazônia à crise climática.

Localizado no Amazonas, o 41 faz parte de uma rede de acampamentos em meio às árvores onde pesquisadores se instalam por longas temporadas. Temas importantes para entender o bioma são alguns dos estudos desses centros de pesquisa. No 41, tem sido desenvolvido também um projeto sobre a limitação do potencial da Amazônia em absorver gás carbônico (CO_2), essencial para modelagens climáticas —ou seja, para projetar o futuro do planeta.

Os acampamentos de pesquisa —hoje cinco estão ativos, contra dez nos anos 1980— são ligados por trilhas. O 41 é o mais usado. Idealizado pelo renomado biólogo americano Thomas Lovejoy (1941-2021) junto a outros ambientalistas, o espaço é o berço de projetos como o Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais, desenvolvido há mais de 40 anos pelo Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia).

Essa pesquisa começou em 1979, em parceria com a Instituição Smithsonian, quando ainda era chamada de Projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas. O ICMBio também participa das ações.

O trabalho procura desvendar como a fragmentação da Amazônia —isto é, o avanço sobre a floresta que a faz virar um mosaico de áreas, hoje especialmente por processos de grilagem e agronegócio— impacta o ecossistema.

Na época do início do projeto, havia a percepção de que o futuro das florestas seria se tornar uma porção de fragmentos. Havia então um debate sobre o que seria melhor para a saúde ambiental: grandes áreas contínuas de mata ou pedaços menores, conta Mario Cohn-Haft, ornitólogo do Inpa. Hoje, graças ao que foi estudado no Acampamento 41 e em outros locais, já sabemos a resposta: grandes áreas contínuas.

Outra missão do 41 é focada em entender como a falta de fósforo em árvores da Amazônia altera a absorção de gás carbônico na floresta. As árvores usam o CO_2 para a fotossíntese, para crescer. Com isso, florestas ricas como a Amazônia servem como sumidouros de carbono. Mas ter mais CO_2 disponível —a crise do clima é caracterizada pelo aumento da temperatura global decorrente da maior da concentração desse gás na atmosfera— não necessariamente resulta em maior absorção. No caso amazônico, já se sabe que isso é explicado, ao menos em parte, pela falta de fósforo, como mostrou pesquisa publicada recentemente na revista Nature.

> **“Eu consigo olhar uma a uma [árvores] e entender o que está acontecendo. O que fazemos aqui é um trabalho de formiguinha. Cada um pega um pedacinho e vai juntando o quebra-cabeça**
>
> **Barbara Brum**
> pesquisadora do Inpa

As medições e fertilizações para esse estudo foram feitas em 32 fatias (de 50 m por 50 m) da floresta ao redor do acampamento. Nessa empreitada, o tronco das árvores merece atenção pela capacidade de armazenamento de carbono.

“Eu consigo olhar uma a uma e entender o que está acontecendo”, diz Barbara Brum, pesquisadora no Inpa. “O que fazemos aqui é um trabalho de formiguinha. Cada um pega um pedacinho e vai juntando o quebra-cabeça.”

Thomas Lovejoy, que morreu em 25 de dezembro de 2021, aos 80 anos, deixando um legado de décadas de pesquisa amazônica, levou ao local figuras públicas para um aperitivo da floresta. O político e ambientalista Al Gore e o astro de Hollywood Tom Cruise estão entre os nomes.

Mesmo para os convidados ilustres o conforto é limitado: os espaços onde são presas as redes que fazem as vezes de camas são cobertos, mas têm laterais abertas. Os chuveiros têm água fria —outra opção de banho é um riacho. As privadas até têm descarga, mas a preferência é usá-la só às vezes. Manaus está a cerca de 125 km, com acesso por estradas de asfalto e de terra, e energia elétrica só é realidade de quando o barulhento gerador está ligado, o que ocorre em pouquíssimos momentos, nos quais é possível tentar algum sinal de internet.

Para garantir esse cenário de preservação, Lovejoy deixou um fundo destinado ao projeto dos acampamentos, que também capta recursos de entidades (o WWF está entre os que já foram apoiadores). Rita Mesquita, pesquisadora do Inpa que há décadas estuda fragmentos florestais no local —e que junto a Cohn-Haft é uma espécie de herdeira do 41—, diz que é preciso modernizar o programa para que mais cientistas consigam observar de dentro da floresta o futuro do planeta.

O jornalista viajou a convite da Fundação das Nações Unidas.

GUIANA
SURINAME
RR
AP
Acampamento 41
AM
Manaus
PA
AC
N
200 km

esporte

Cabeçada de Rony coloca o Palmeiras na semi do Paulista

Convocado para a seleção brasileira, atacante decide confronto contra o São Bernardo no Allianz Parque

PALMEIRAS 1
SÃO BERNARDO 0

SÃO PAULO O Palmeiras confirmou o favoritismo e se classificou para a semifinal do Campeonato Paulista ao derrotar o São Bernardo neste sábado (11) à noite, no Allianz Parque, em São Paulo.

O gol foi marcado por Rony, de cabeça, aos 41 minutos do primeiro tempo.

O Palmeiras continua como dono da melhor campanha no estadual. Isso vai fazer com que, na próxima fase, enfrente o adversário que somou menos pontos. A data do confronto e o rival ainda estão indefinidos.

A equipe tenta manter a rotina de chegar à final do Paulista. Se acontecer em 2023, será o 4º ano consecutivo em que marca presença na decisão. Em 2020 e 2022, ficou com o título.

Os comandados do português Abel Ferreira encontraram dificuldade em alguns momentos, mas o São Bernardo não criou grandes chances para empatar. O time visitante também reclamou de pênalti não marcado antes do intervalo.

O gol de Rony coroou o bom momento do atacante, convocado pelo interino Ramon Menezes para defender a seleção brasileira neste mês, em amistoso contra o Marrocos.

Corinthians enfrenta Ituano sem referência na armação do time

CORINTHIANS
ITUANO
Às 16h, na Neo Química Arena
Na TV: Record e Premiere

O Corinthians busca vaga na semifinal do Paulista sem seu principal jogador. Com um estiramento no joelho direito, Renato Augusto deve ser substituído por Paulinho.

A ausência do meia pode ser um problema para a equipe comandada por Fernando Lázaro. Renato não jogou apenas duas partidas do campeonato, contra Bragantino e São Bernardo, e o Corinthians perdeu as duas.

Mesmo sem o jogador, o Corinthians tem como trunfo a boa fase de seu ataque. Yuri Alberto quebrou um longo jejum de gols no clássico contra o Santos há duas semanas.

Palmeiras continua vivo no Campeonato Paulista e pode chegar à final pelo quarto ano seguido Cesar Greco/Palmeiras

Governo quer Copa feminina no Brasil, afirma secretário

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer o Brasil como sede da Copa do Mundo feminina em 2027, disse neste sábado (11) o secretário nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, José Luís Ferrarezi.

Ele também confirmou apoio à CBF (Confederação Brasileira de Futebol) no projeto de candidatura do país. “O governo brasileiro quer, e faremos de tudo para ter a Copa do Mundo em 2027”, afirmou.

A declaração do secretário ocorreu em seminário de gestão esportiva na FGV (Fundação Getulio Vargas), no Rio de Janeiro. O evento teve a participação do presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues.

“O futebol feminino será prioridade neste governo. Até por isso, o governo apoia a possibilidade de termos a Copa do Mundo de futebol feminino no Brasil em 2027”, afirmou Ferrarezi.

Na visão do secretário, o país conta com a infraestrutura necessária para sediar o evento. O Brasil recebeu a Copa masculina em 2014, o que motivou a construção e a reforma de estádios.

“Temos as arenas, temos a estrutura necessária, e o debate sobre emprego e renda é muito atuante e muito presente”, disse Ferrarezi.

Em 2023, o torneio será realizado na Austrália e na Nova Zelândia, entre os meses de julho e agosto.

Antes de falar sobre o evento no Brasil, Ferrarezi discursou no Rio contra o modelo de torcida única em clássicos.

O assunto voltou a ser debatido após a briga entre organizadas do Flamengo e do Vasco no último fim de semana. O governador Cláudio Castro (PL) rejeitou na sexta (10) a possibilidade de adotar a torcida única em jogos no estado.

“Não é com torcida única que vamos resolver essa situação”, afirmou Ferrarezi. Na visão dele, ao restringir a entrada nos estádios, o poder público assumiria uma “incompetência na gestão e na condução do debate”.

“Quando o estado diz que precisa de torcida única, diz que não tem condições de atender a população de modo geral”, avaliou.

ESPORTE AO VIVO
11h Man United x Southampton — Inglês, STAR +
16h Corinthians x Ituano — Paulista, RECORD E PREMIERE
17h Athletic Bilbao x Barcelona — Espanhol, STAR +

Fascínio pela máscara é o que move esgrimista brasileira

Nathalie Moellhausen venceu duas etapas da Copa do Mundo neste ano

Alex Sabino

SÃO PAULO Com seu português fluente mas de sotaque italiano, a esgrimista Nathalie Moellhausen, 37, acha curiosa a percepção de que "sumiu" após as Olimpíadas de Tóquio, em 2021.

Ela parou de fazer postagens e aparecer nas redes sociais. Isso, acredita, fez parecer a muita gente que a atleta estava "morta". Mentira. Continuava a treinar, mas longe de comentários, cliques e curtidas.

"Eu estava mais viva do que nunca. As pessoas me veem ganhar e acham que eu renasci. Quando você ganha, aparece. Quando perde, desaparece. Foi a melhor lição de vida de Tóquio-2021", constata.

Nascida em Milão, ela era esperança brasileira de medalha. Chegou ao Japão carregando na bagagem o título mundial de 2019 e a 4ª posição no ranking mundial. Nathalie deu azar no sorteio e cruzou o caminho da italiana Rossella Fiamingo, prata na Rio-2016, na 1ª rodada. Perdeu por 10 a 9 na prorrogação.

Já venceu duas etapas da Copa do Mundo depois disso. Em janeiro deste ano, em Doha, no Qatar; e no mês passado em Barcelona, na Espanha. Ela voltou a ser notícia, apenas para confirmar sua teoria: quando ganha, aparece.

Não que estar escondida, pelo menos fisicamente, seja problema. A máscara, estar com o rosto escondido, é o componente da esgrima que mais a fascina. É também o motivo pelo qual decidiu praticá-lo. Ela vê o apetrecho com tamanha fascinação que crê ser este seu meio de comunicação com as pessoas. Pouco importa que não possam enxergar o seu rosto.

Nathalie Moellhausen durante o Panamericano de Lima, em 2019 Wander Roberto-6.ago.19/COB

"Quero manter o mistério da máscara. Todos estamos escondidos atrás de uma. A nossa sociedade quer informações rápidas e imediatas, sem ter de pensar muito. Sempre usei a máscara como objeto de arte e a prática da esgrima é uma arte. Estou praticando uma arte que tem de ser treinada no dia a dia", define.

> A gente vive uma sociedade em que as pessoas não enfrentam a derrota. É muito mais fácil se deixar abater por ela. O certo é vencer a derrota.
>
> **Nathalie Moellhausen**
> esgrimista brasileira

Nathalie vive há 12 anos em Paris e sua visão da máscara coincide com a do filósofo, epistemólogo, poeta e crítico literário francês Gaston Bachelard, de que é objeto de mistificação –a ideia de que muitos usam a máscara no lugar do verdadeiro rosto como maneira de dissimulação.

Estudante de filosofia e diretora de arte, a esgrimista começou no esporte, quando criança, pelo poder de esconder a própria face.

"Eu era muito tímida. Achava que era feia. Quando vi a máscara, pensei: 'nossa, que legal!' Quando a colocava, sentia que era outra pessoa. Ali, eu estava no meu mundo. A esgrima é isso. Uma relação entre dois interlocutores escondidos atrás de máscaras, sem conversa verbal, mas que têm uma comunicação que se desenvolve por nove minutos e 15 toques", compara, citando o tempo de cada combate.

O fascínio que a máscara exerceu sobre Nathalie nunca morreu.

"Por causa dela e por não ver o rosto, é importante sentir o outro. Não dá para escutar, não dá para enxergar a cara, dá para sentir por meio dos movimentos, das atenções. A esgrima é um jogo de quem vai impor sua vontade."

A vontade que não sai da sua cabeça, já há alguns anos, é ser referência do esporte brasileiro e inspirar jovens por meio da modalidade. Ela lançou o projeto "seja seu próprio herói", mais uma vez usando a máscara como tema. O artista Kobra vai pintar três delas, uma representando um leão, o animal mais apontado por crianças de projetos sociais. Três serão levadas a Paris para as Olimpíadas.

"Hoje em dia me vejo ainda mais neste papel. É a minha missão [ser referência e criar um legado]. Se eu peço para as crianças serem heróis de si mesmas, eu tenho de ser herói de mim mesma. A finalidade é ajudá-las a usarem este poder da máscara. Eu preciso mostrar para elas que ainda sou capaz de ganhar."

A máscara é mais uma vez uma alegoria. Quando o herói a coloca, esconde quem realmente é ou se revela? Qual é a verdade?

"Há muitas crianças no Brasil que poderiam ser campeãs olímpicas no futuro. Eu estive com elas e têm cabeças incríveis. Isso aconteceria tranquilamente se tivessem apoio."

Nathalie não gosta do argumento da vitória a qualquer preço. Ela considera o que faz uma arte e não podem existir vencedores e vencidos. Mas entende que, para o seu sonho de deixar uma imagem para futuros atletas olímpicos na esgrima se tornar realidade, precisa vencer, especialmente no ano que vem, em Paris.

Em nome desse objetivo ela treina caratê, boxe, faz preparação física, pratica dança, passa por sessões com psicólogo e tem um trabalho especial com nutricionista. É algo que vai muito além do esporte.

Ela busca a resposta em si para não repetir o resultado de Tóquio. Sem envolver pedidos a forças superiores. Lembra-se de frase que sua madrasta lhe disse, de que "toda vez que pedimos força a Deus, Ele manda problemas".

"As derrotas são provas que colocam em jogo nossa capacidade de acreditar nos nossos sonhos. As derrotas na esgrima e na vida vão testando a gente. Se você pede força para Deus durante o combate, Ele te manda a derrota, que é a única coisa que te permite evoluir e manter os pés no chão. A gente vive uma sociedade em que as pessoas não enfrentam a derrota. É muito mais fácil se deixar abater por ela. O certo é vencer a derrota."

A novela das ligas

Futebol do Brasil teve um embrião no século passado, acabou com ele e hoje se divide entre duas propostas

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi", é formado em ciências sociais pela USP

O assunto é chato, por repetitivo, e deveria estar resolvido aqui desde o século passado. O dito país do futebol é o único do primeiro mundo do Planeta Bola que não tem uma liga de clubes para gerenciar seu campeonato nacional.

Já teve, como se sabe, o que poderia ter sido uma liga poderosa, o Clube dos 13, mas interesses menores de dois cartolas e um executivo dinamitaram o que nasceu em 1987, cinco anos antes da Premier League, e foi assassinado em 2011, numa parceria sombria entre Andrés Sanchez, então presidente do Corinthians, e os compadres Ricardo Teixeira, ex-presidente da CBF, e Marcelo Campos Pinto, ex-executivo da Globo Esporte. O Fifagate mostrou depois outros maus feitos do compadrio.

Verdade que o Clube dos 13 nunca realizou o seu intento, limitando-se a desempenhar o papel de agência para negociar direitos de TV. Exatamente quando estava perto de cumprir o papel que o originou, morreu.

Doze anos se passaram para que a ideia da liga ressuscitasse, na esteira das novas plataformas e do enfraquecimento progressivo de nossos clubes, a maioria em estado falimentar —alguns se constituindo em SAFs, para tentar se safar de situação deplorável ou por entenderem ser a melhor solução.

Nem as SAFs, nem mesmo a liga, são panaceias, embora sejam meios para estabelecer as condições mínimas de concorrência.

A falta de compreensão dos clubes mais populares tem impedido a formação de uma única liga, incapazes de entender que ou se monta uma entidade em que todos possam crescer ou teremos a monstruosidade de duas ligas, a Libra e a Liga Forte.

A Libra aglutina os cinco clubes de maior torcida, entre outros, e a Forte os que lutam por divisão mais equânime do bolo.

A Libra garante ter a parceria da Mubadala Capital, com o BTG como intermediário, e oferta de R$ 4,8 bilhões.

A Mubadala é a mesma empresa dos Emirados Árabes que comprou refinaria na Bahia pela metade do preço, segundo denúncia da Federação Única dos Petroleiros ao Ministério Público Federal, nos estertores do governo Bolsonaro.

Se a pechincha tem a ver com as milionárias joias presenteadas ao casal Bolsonaro está sob investigação.

O que se sabe é da necessidade urgente de os clubes brasileiros terem sua entidade sem divisão, para abrigar também a Série B.

Sim, rara leitora e raro leitor, o tema já deu flor, de tão velho causa bolor e o temor de mais uma vez morrer na praia.

Porque a cartolagem, com as exceções de praxe, continua a recitar a máxima do cada um por si e o diabo por todos.

O diabo que é sábio porque é velho se esbalda e pisca os olhos para os clubes europeus, da inglesa Premier League, da espanhola La Liga, da francesa Ligue 1, da alemã Bundesliga, da italiana LNPA etc. Todos compradores das commodities também conhecidas como jovens jogadores do futebol brasileiro.

E desculpe aí por voltar à novela pela milésima vez.

O carioquinha

Durante muitos anos o Campeonato Carioca era o mais charmoso do Brasil, lugar que perdeu há bastante tempo para o Paulista, menos pelo charme, mais pela relevância mesmo, além da premiação, organização e competitividade.

Não é que neste 2023, por causa da crise no Flamengo, as finais no Rio parecem mais atraentes que em São Paulo?

O que, pelo menos em parte, se deve ao português Vítor Pereira e à sua sogra.

Não existe arte sem técnica

Seleção campeã do mundo em 1970 era uma equipe organizada e inventiva, prosa e poesia

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1996 e 1970. É formado em medicina

No passado, predominava sobre a técnica, especialmente no Brasil, a habilidade, a improvisação, a fantasia e os lances com efeitos especiais. Os jogadores brasileiros, em todo o mundo, eram conhecidos como artistas da bola.

O cineasta e poeta italiano Pasolini disse, após os 4 x 1 sobre a Itália na final da Copa de 70, que a poesia tinha vencido a prosa. Na verdade, o Brasil era um time organizado e inventivo. Prosa e poesia.

Hoje, cada vez mais, a técnica individual e a coletiva são tão ou mais importantes que a habilidade e a inventividade. Os grandes craques, de todas as épocas, unem as duas características em proporções variáveis e de acordo com as posições em campo.

Atualmente, ocorrem muito mais gols de bolas cruzadas para área do que no passado. Além de aprimorarem a técnica, há mais cruzamentos.

O Palmeiras é mestre em fazer gols dessa maneira, principalmente com a dupla Raphael Veiga e Rony. Por outro lado, ocorrem menos gols de faltas batidas próximas à área. Os goleiros melhoraram a técnica, são mais altos e mais ágeis. Os goleiros evoluíram também no trato da bola com o pé e na cobertura das bolas lançadas nas costas dos defensores.

Hoje existe mais pressão para recuperar a bola, em todo o campo. Os jogadores, quando a perdem, em vez de correrem para trás para fechar os espaços, como era antes, correm para a frente para pressionar quem está com a bola, muitas vezes perto da área adversária. Os atletas, principalmente os meio-campistas, desarmam, tocam a bola e avançam para recebê-la mais à frente. O jogo ficou mais intenso e emocionante.

No meio de semana, o Bayern de Munique eliminou o PSG pela Liga dos Campeões por ser um time com mais força física e mental e por ter mais conjunto. Messi e Mbappé foram anulados.

Os treinadores e meio-campistas brasileiros deveriam prestar atenção no volante Kimmich, pela técnica exuberante. Ele desarma, avança com passes precisos, rápidos, com um ou dois toques, e uma enorme lucidez nas escolhas.

As mudanças táticas que ocorrem entre uma partida e outra ou mesmo durante o jogo são importantes na técnica coletiva.

O Atlético-MG, no empate com o Milionários, da Colômbia, pela Libertadores, mudou o esquema tático ao jogar com dois volantes (Allan e Otávio), bons no desarme e no passe, um meia de cada lado e dois atacantes, no tradicional e interminável 4-4-2, em vez de atuar com um volante, três meias e dois atacantes. Foi a melhor partida do Atlético com o técnico Coudet. O meia Edenilson, pela direita, usa melhor sua velocidade para defender e atacar. Não tem habilidade para ser um meia centralizado e adiantado.

O Fluminense, na vitória sobre o Flamengo por 2 x 1, mostrou sua excelente técnica coletiva, de muita troca de passes. Assim saiu o belíssimo gol de Cano. No segundo tempo, Felipe Diniz reforçou ainda mais o meio campo, para ter mais a bola, ao trocar o atacante pelo lado, Keno, por mais um meio-campista, Pirani, autor do segundo gol. Enquanto muitos técnicos fragilizam o meio campo escalando muitos atacantes, Diniz agrupa mais jogadores no meio para envolver o adversário.

Não existe arte, futebol bem jogado e eficiência, em qualquer atividade, sem ótima técnica, bem executada. Tenho a impressão de que, na maior parte da sociedade brasileira, há pouco hábito, pouco entusiasmo para aprender a técnica e fazer o melhor em pequenos e grandes trabalhos.

| DOM. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Renata Mendonça | SÁB. Katia Rubio

NOSSO ESTRANHO AMOR

Chico Felitti
folha.com/nossoestranhoamor

Pedro e César. Casados, mas só duas vezes por mês

Vinte anos foram suficientes para os arquitetos Pedro e Carlos aprenderem que não prestam para uma vida de casados. Depois de fazerem parte da primeira leva de casais homoafetivos que saíram do cartório com uma certidão de casamento, em julho de 2013, um ano depois eles saíram da mesma repartição com uma certidão de divórcio.

"A vida de casado não era pra gente", diz Pedro. "E foi preciso casar pra descobrir que a gente não prestava pra casar", diz César dias depois, em outra casa. Os dois não moram juntos. Porque a vida mostrou que aquele direito conquistado era importante para a categoria no atacado mas não prestava para eles, no varejo. "A gente se conhecia há seis meses, estava apaixonado, trabalhava junto, vivia junto, dormia junto... Daí as pessoas começaram a casar e a gente foi lá e casou", diz César. Quando eles se divorciaram, entretanto, foram contra a corrente. "Nossos amigos não acreditaram. Teve quem pedisse presente de volta", diz Pedro.

Mas o desquite não era o fim. Eles se divorciaram porque decidiram dar um passo para trás e voltar a namorar. "A gente morou junto por quase um ano e meio. E foi horrível", diz César. Um dormia às dez da noite. O outro só ia para a cama às três da manhã. Um passava os fins de semana em silêncio com um livro. O outro tinha pavor de ficar em casa, e via mais o porteiro do que via o marido. Daí eles decidiram se divorciar no papel e multiplicar as contas de luz:

[...]

> O amor é um pacto. E não precisa ser o mesmo pacto que todo mundo assina. Eu quero que o meu seja admirar para o resto da vida esse homem incrível de cabelo de ovelha que vi uns 20 anos atrás

cada um teria sua própria casa. Desde então, vivem o amor mais longevo que ambos já tiveram. Se encontram a cada 15 dias. Em alguns fins de semana, dormem um na casa do outro. Tem mês que nem isso.

César define o esquema deles: "O amor é um pacto. E não precisa ser o mesmo pacto que todo mundo assina. Eu quero que o meu seja o de admirar para o resto da vida esse homem incrível de cabelo de ovelha que eu vi uns 20 anos atrás, quando ele era só um moleque. E, se eu fosse viver uma vida de casado com ele, isso ia se gastar, eu ia perder o amor no caminho". Quando Pedro ouve o que César disse, ele se emociona: "Eu nunca tinha pensado nisso. Mas talvez seja bem por aí. O nosso amor é uma coisa preciosa demais pra banalizar. Eu não amaria tanto o César se tivesse que conviver com ele 24 horas por dia. Porque não dá para amar ninguém com quem você é obrigado a conviver todo dia, o dia todo. É difícil não citar aquela música do Caetano, que diz 'O seu amor: ame-o e deixe-o ser o que quiser'".

Por contraditório que pareça, em 2019 eles se casaram pela segunda vez. Mas, aos 40 e poucos anos, não avisaram ninguém. A festa foi um almoço com as duas melhores amigas e o cachorro de César. Até porque tinham medo do sermão que ouviriam, não de um padre, mas sim dos amigos que gastaram com presente de casamento quase 20 anos atrás. E dessa vez eles garantem que sabem o que estão fazendo. "É um papel para facilitar nossa vida, evitar problemas no futuro. Tem a questão da herança, do plano de saúde, de um poder visitar o outro no hospital, caso esteja internado. A gente não se casou pela segunda vez pra ser a família da novela. A gente se casou da segunda vez para poder ter o nosso casamento. O nosso, não o dos outros."

A certidão do segundo casamento continua válida e impávida numa gaveta do apartamento de César. Mas a vida de casado só vem para a prática duas vezes por mês, e olhe lá. "Quando a gente se vê, tem a mesma fome de quando se reconheceu. E a gente janta, a gente ri e a gente trepa. O que com certeza não é um casamento padrão", ele ri. E, então, desliga o telefone e vai dormir, porque já são quase dez da noite e não é dia de ver o marido, com quem ele se encontra só duas vezes por mês.

Bruno Rocha/Agência Enquadrar/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

Na última quinta (9), uma batida entre dois trens paralisou a linha 15-prata do monotrilho, na capital paulista. Segundo informações do Metrô, não houve feridos. A circulação de trens foi interrompida por cerca de três horas. A colisão aconteceu por volta das 4h30, entre as estações Sapopemba e Jardim Planalto, na zona leste da cidade.

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Diz-se de tecido com riscas **2.** O oposto de fechado / A UF entre SP e SC **3.** Dimensão perpendicular ao comprimento **4.** Num ponto superior / (-moscada) Condimento **5.** Que tem a faculdade de pôr em circulação (papel-moeda) **6.** As iniciais do jornalista da TV Globo Bonner / Uma proteção para a cabeça do bebê em dias frios **7.** (Em cima da) Locução que significa no momento preciso a partir do qual passa a ser demasiado tarde / Gratuita **8.** Atento / Um automóvel compacto da VW **9.** (e qual) Exatamente como ou do mesmo modo / No meio de **10.** Apurar **11.** Inquieto devido à espera **12.** (Quím.) Potencial hidrogeniônico; escala usada para determinar a acidez ou basicidade de uma solução aquosa / Enganada **13.** A atitude estudada de quem vai ser retratado / Ir para fora de um lugar ou de um ambiente.

VERTICAIS
1. Substância expelida por vulcões / Um aplicativo de comunicação **2.** As iniciais do cineasta sueco Bergman / Planta liliácea, cultivada no mundo todo / Redução popular de senhor **3.** O assento da motocicleta / De pouco valor **4.** Seguir o curso de um processo / (Pal. ingl.) Qualquer endereço na internet **5.** Delonga / Falta de tranquilidade, sensação de ameaça **6.** (Hot) Lanche de pão com salsicha e outros ingredientes / Mulheres nascidas na nação de Cartum **7.** Que não é semelhante a nenhuma outra / Um sucesso do cinema, estrelado por Brad Pitt (2004) **8.** Degustação de um sabor, geralmente de um líquido / Precede o sobrenome do pintor carioca Cavalcanti (1897-1976) **9.** Limite de validade / Exercer pressão sobre.

HORIZONTAIS: 1. Listado, **2.** Aberto, PR, **3.** Largura, **4.** Acima, Noz, **5.** Emissivo, **6.** WB, Touca, **7.** Hora, Dada, **8.** Alerta, Up, **9.** Tal, Entre, **10.** Esmerar, **11.** Ansioso, **12.** Ph, Traída, **13.** Pose, Sair. **VERTICAIS: 1.** Lava, Whatsapp, **2.** IB, Cebola, Nhô, **3.** Selim, Reles, **4.** Tramitar, Site, **5.** Atraso, Temor, **6.** Dog, Sudaneses, **7.** Única, Troia, **8.** Provadura, Di, **9.** Prazo, Apertar.

SUDOKU

texto.art.br/fsp
DIFÍCIL

	8						4	
7	1	3	8					6
6			1					
				1	2		6	7
			3		8			
4	2		7	6				
					7			3
2					3	4	1	9
	6						5	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

FRASES DA SEMANA

PRESENÇA FUNDAMENTAL
Fabiana Severi
Professora de direito da USP, no domingo (5), sobre presença feminina no STF

"O STF é um dos últimos espaços, do ponto de vista da estrutura política, em que seria fundamental termos uma negra com repertório ligado aos direitos humanos e antidiscriminação."

FIGURA DE AUTORIDADE
Gabriela da Conceição Rodrigues
Juíza de direito titular da Vara Criminal de Franco da Rocha, na terça (7), afirma a respeito do racismo em tribunais

"Eu sempre fui interrompida, porque as pessoas não enxergam em mim uma figura de autoridade. Não que eu quisesse que elas enxergassem no sentido de arrogância, porque não acho que é assim que funciona, mas, em uma audiência, eu inspiro menos respeito que um homem branco."

SEM DEMOCRACIA PLENA
Raquel Branquinho
Procuradora regional da República, na segunda (6), sobre violência política de gênero

"Os partidos políticos ainda não são propícios à participação feminina. Não há como ter plenitude da democracia representativa no Brasil sem que eles estejam abertos para isso."

PODER PÚBLICO
Thainara Faria (PT)
Deputada estadual preta, bissexual, filha de pedreiro e de doméstica, na terça (7), sobre entrada na política

"Em 2014, decidi que não ia mais entregar panfletos dos outros. Até porque muitos políticos para os quais trabalhávamos, depois de eleitos, não atendiam o nosso interesse."

MAIOR DESAFIO É VIVER
Rawany dos Santos
Moradora da avenida Inajar de Souza (SP), na quarta (8), relata violência que mulheres enfrentam

"O maior desafio é pedir a Deus todos os dias para acordar viva. Afinal, eu durmo todo dia na rua, e querendo ou não sou exposta à maldade de todos."

MISSÃO IMPOSSÍVEL
Heloísa Helena
Porta-voz nacional da Rede Sustentabilidade, na quarta (8), sobre participação feminina na política

"Para uma mulher enfrentar a tripla jornada —família, trabalho, militância— sem estrutura financeira, sem compromissos sociais, sem acesso à formação e sem trabalho digno é missão considerada impossível, mas milhares de mulheres desafiam seus 'destinos'."

COISAS DE CRIANÇA
Verônica Riatt
Moradora de São Sebastião, na quinta (9), relata situação das escolas da região

"Esses meninos viram coisas horríveis, estão assustados e convivem com esse trauma. Passam o dia todo ajudando algum parente a limpar lama das casas, ouvem gente contando o que viu naquele dia ou o que perdeu. Eu queria que fossem para a escola para se distraírem, voltarem a pensar em coisas de crianças."

OCEANO
Sérgio Cabral
Ex-governador, na quinta (9), sobre denúncias de corrupção

"De um pingo fizeram um oceano. De uma situação, o juiz faz 35 processos sobre as minhas atitudes públicas, distorce tudo."

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **12.mar.1923**

Exposição ganha reprodução de monumento francês a Dumont

Uma reprodução do monumento erigido em Paris em homenagem a Santos Dumont foi inaugurada no Pavilhão Francês da Exposição do Centenário, no Rio, nesta segunda (12).

No evento, o encarregado dos negócios da França elogiou Dumont por ter aberto o caminho pelo ar ao mundo.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Félix Pacheco, reafirmou a amizade dos povos e declarou que os brasileiros amam a França, onde cientistas, escritores e outros profissionais têm haurido conhecimentos.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

MAL CONSTITUCIONAL

PUBLICAÇÕES

FOLHA DE S.PAULO ★★★
DOMINGO, 12 DE MARÇO DE 2023 C1

Chá de cadeira

Em contradição curiosa, os indicados ao Oscar deste ano são ao mesmo tempo longos, com a maior duração em 30 anos, e comerciais, caso de 'Top Gun' e de 'Avatar', um sinal de uma Hollywood aberta a tramas mais demoradas C4 e C5

Ilustração *Silvis*

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

“Não tenho nenhum interesse numa carreira política, pois quero manter minha independência. Agora não faz sentido para mim, mas também não sei quais serão meus planos daqui a cinco, 10, 20 anos. Achei que eu seria advogada e professora, e aqui estou eu, a nova integrante do ‘Saia Justa’.

Gabriela Prioli
advogada e apresentadora

A advogada e apresentadora Gabriel Prioli Iude Richele/Divulgação

Gabriela Prioli
Não há conciliação possível com golpista

[RESUMO] Nova integrante do ‘Saia Justa’, advogada diz que respirou aliviada quando Jair Bolsonaro perdeu a reeleição, conta dos ataques que recebeu durante a gestação de sua primeira filha, Ava, fala sobre como consegue conciliar o trabalho com a maternidade, e afirma que não quer revelar em que ponto está no espectro político: ‘Prefiro ter liberdade para opinar sobre qualquer tema’

Por ***Tony Goes***

Em questão de meses, mudou muita coisa na vida de Gabriela Prioli. A advogada e apresentadora de TV teve sua primeira filha, Ava, no dia 22 de dezembro de 2022, fruto de seu casamento com o DJ Thiago Mansur. O plano original era pegar leve neste começo de ano, mas um convite que chegou em janeiro a fez mudar de ideia. Gabriela é uma das novas integrantes do programa “Saia Justa”, ao lado da também estreante Bela Gil e das veteranas Astrid Fontenelle e Larissa Luz. A nova temporada estreou no último dia 8, no canal GNT.

*

A mudança também implicou a saída de Gabriela da CNN Brasil, onde estava desde o começo de 2020. Revelada pelo quadro “O Grande Debate”, em que defendia posições embasadas em argumentos sólidos contra os delírios radicais de seus oponentes, ela logo se tornou uma das estrelas da casa. Passou pelos programas “O Mundo Pós-Pandemia” e “CNN Tonight”, antes de fazer três temporadas de seu próprio talk show, “À Prioli”. No GNT, ela não terá uma atração com seu nome no título, mas isto não a incomoda.

*

“Eu não acho que protagonismo dependa do lugar que você ocupa no sofá ou do nome que tem um programa”, afirma Gabriela. “É ter espaço para falar o que você acredita. No meu caso, fazer minha voz ser ouvida em lugares que considero relevantes. Ter a chance de trocar com outras mulheres que admiro só me ajuda a levar além dessas discussões.”

*

A CNN Brasil passou recentemente por uma onda de demissões, e a programação do canal vem sendo reformulada. Mas Gabriela garante que as mudanças não influenciaram sua decisão de sair. “Só posso agradecer pelo período que vivi lá, porque tive liberdade para fazer o que quis.”

*

A apresentadora já gravou alguns pilotos com a nova formação do “Saia Justa” e ficou feliz com o resultado. Mas o programa em si é ao vivo, o que não a assusta. Mais intimidador foi encarar uma plateia, coisa que só fez quando participou do “Altas Horas”, na Globo.

*

“Eu fiquei desesperada”, ri. “Ainda nem tinha saído de casa depois que a Ava nasceu. O que é que eu estava fazendo ali, junto com a Vera Fischer, a Roberta Close, a Carla Dias? No final, o Alexandre Pires pediu para tirarmos uma foto. Como assim? Eu é que sou fã dele!”.

*

A experiência de Gabriela com as câmeras vem de longa data. Quando criança, ela participou de comerciais de TV.

*

“Infelizmente, há um padrão de beleza na nossa sociedade, e naquela época, ainda mais. Eu era uma criança loira de olho azul. Rodei uns quatro comerciais e posei para alguns editoriais de moda, mais nada. Hoje me sinto segura em frente às câmeras, mas, quando vou fazer foto, ainda fico tímida”.

*

Gabriela perdeu o pai aos seis anos de idade, num acidente. Criada pela mãe ao lado do irmão, Rafael, cursou Direito na USP e fez mestrado no Mackenzie, onde depois deu aulas. Também se tornou sócia de um escritório de advocacia. A defesa de sua tese de mestrado, sobre a descriminalização das drogas, rendeu convites para programas de TV. Chegou a gravar pilotos para a Record, mas preferiu ir para a CNN Brasil.

*

Hoje, ela tem um canal no YouTube com quase 1 milhão de inscritos, um perfil no Instagram com 2,3 milhões de seguidores e dois livros publicados, “Política é para Todos” e “Ideologias”, ambos pela Companhia das Letras. Um terceiro livro, sobre a condição da mulher na sociedade, está em elaboração. Para dar conta de tudo isso, mantém uma equipe fixa de seis pessoas, além de colaboradores eventuais. Mas a chegada do bebê a obrigou a diminuir um pouco o ritmo.

*

“Quando o Bolsonaro perdeu, respirei aliviada. Pensei: ‘Graças a Deus, porque a minha filha vai nascer e eu vou poder viver’. Cheguei até o nono mês da gravidez trabalhando muito. Uma semana antes do primeiro turno, Bolsonaro dirigiu sua militância contra mim.”

*

Gabriela disse que não tinha interesse em entrevistá-lo, e o ex-presidente respondeu em suas redes que isso equivalia ao time de futebol das Organizações Tabajara [empresa incompetente e fictícia do extinto “Casseta & Planeta Urgente”] recusar o passe do Neymar. “Recebi ameaças de morte. Me esforço para parecer que estou bem, mas vivi momentos pesados na minha gestação.”

*

Gabriela ainda foi atacada por ir a Nova York para comprar peças para o enxoval da filha. E também por revelar que faria uma cesariana, já que o bebê estava na posição pélvica, “sentado” dentro do útero, e não na encefálica, com a cabeça virada para baixo.

*

“A minha obstetra não faz parto pélvico vaginal. Ela acha arriscado, e eu decidi [pela cesárea] considerando que era mais seguro para minha filha. Mas teve quem, sem nem ler o que escrevi, me criticou. Recebi mensagens insensíveis, questionando minha médica e me colocando em dúvida com 38 semanas de gestação. Insinuações de que eu estava fazendo isso por comodidade.”

*

“Um dia eu desabei em lágrimas e pensei que seria melhor fazer uma cesárea de emergência, pois assim os ataques cessariam. Depois caí em mim: ‘Um parto de emergência? Com a vida da minha filha correndo perigo? Que loucura é essa?’ Chorei e pedi perdão à Ava, que nem tinha nascido”.

*

“Quando eu comecei a amamentar, o pediatra me disse que eu teria que complementar as mamadas, porque meu leite não estava sendo suficiente para a Ava engordar. Achei que não iria tocar nesse assunto, mas aqui estou eu falando, pela primeira vez. Algumas pessoas vão questionar essa recomendação, mas sei que estou fazendo o melhor para minha filha e que outras mães precisam dessa confiança. Então eu vou falar. Vai vir porrada? Vai, mas eu dou conta”.

*

Questionada sobre o que ela sentiu quando Tomé Abduch, um de seus adversários habituais no quadro “O Grande Debate”, foi eleito deputado estadual em São Paulo, pelo Republicanos, ela responde de bate-pronto: “Eu sinto muito”. “Preciso ser justa e dizer que, no trato pessoal, o Tomé sempre foi muito gentil”, complementa. “Nos debates, eu percebi que ele inventa dados e cria fatos, então eu sinto muito.”

*

“Não é pelas opiniões divergentes. A gente precisa de um debate pulsante, e para isto, é necessária a divergência. Mas não posso equiparar argumento a achismo. Um debate em que eu tenho que contrapor meu argumento a uma construção alicerçada em coisa nenhuma é pobre. Vicia a democracia.”

*

Gabriela deixou “O Grande Debate” ainda no primeiro semestre de 2020, e foi substituída pelo advogado Augusto de Arruda Botelho. Ele agora a integra o governo Lula, como secretário nacional de Justiça.

*

“Não tenho nenhum interesse numa carreira política, pois quero manter minha independência. Agora não faz sentido para mim, mas também não sei quais serão meus planos daqui a cinco, 10, 20 anos. Achei que eu seria advogada e professora, e aqui estou eu, conversando com você, sendo a nova integrante do ‘Saia Justa’.”

*

O nascimento de Ava fez com que Gabriela se afastasse um pouco do noticiário. “Eu precisava de um pouquinho de férias para viver a maternidade”.

*

“Fiquei muito feliz com o momento da posse, achei linda aquela simbologia do povo brasileiro. Mas não gostei de todas as nomeações feitas pelo Lula. Só espero que a gente consiga levar adiante o discurso de conciliação que foi feito durante a campanha eleitoral.”

*

Questionada se essa conciliação se estende aos vândalos que depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, no 8 de janeiro, ela rejeita. “Não, não existe conciliação possível com golpista”, responde.

*

Gabriela Prioli se recusa a dizer em que ponto está no espectro político. “Eu não me defino politicamente, porque prefiro ter liberdade para opinar sobre qualquer tema. Se eu me atribuir um rótulo, afastaria alguns ouvidos daquilo que eu tenho a dizer.”

A arte da fuga

Livro sobre sobrevivente de Auschwitz examina relação com a monstruosidade

Juliana de Albuquerque
Doutora em filosofia e literatura alemã pela University College Cork e mestre em filosofia pela Universidade de Tel Aviv

Concluí recentemente a leitura de "The Escape Artist" (o artista da fuga), premiado livro de 2022 do jornalista Jonathan Freedland sobre Rudolf Vrba, o bioquímico judeu de origem eslovaca que, ainda adolescente, fugiu de Auschwitz-Birkenau e alertou o mundo sobre o que acontecia nos campos de concentração e extermínio.

Nascido em 1924, Vrba tinha apenas 15 anos quando precisou interromper formalmente os estudos devido às imposições do regime fascista de Jozef Tiso, aliado do Terceiro Reich. Aos 17 anos, ele tentou deixar a Eslováquia através da fronteira com a Hungria, mas foi pego e encaminhado para um campo de trânsito. De lá, planejou nova fuga, fracassou e foi transportado, primeiro para Majdanek e, depois, para Auschwitz-Birkenau, onde permaneceu de junho de 1942 a abril de 1944, quando finalmente conseguiu escapar.

Durante todo o tempo em que esteve em Auschwitz, Vrba foi forçado a trabalhar em vários setores do campo, acumulando cada vez mais conhecimento do que estava acontecendo, e tinha esperança que, se um dia realmente conseguisse fugir, poderia compartilhar o que sabia, evitando que a matança seguisse o seu curso.

O que motivava os seus planos de fuga era a crença de que, se as pessoas soubessem a verdade sobre Auschwitz, teriam como encontrar ajuda e se proteger. Dia após dia, Vrba contava os comboios que chegavam ao campo, vindos de toda a Europa, e calculava o número de pessoas que seriam enviadas para as câmaras de gás. Quanto mais esses números cresciam, mais ele se inquietava, pois reconhecia que a sua fuga estava se tornando urgente.

No começo de 1944, Vrba tomou conhecimento que os nazistas estavam otimizando o acesso dos trens ao campo para receber cerca de um milhão de judeus húngaros que seriam despachados para as câmaras de gás nas semanas seguintes.

Em abril, ele finalmente conseguiu escapar na companhia de um amigo e conterrâneo, Alfréd Wetzler. Com extrema dificuldade, os dois retornaram para a Eslováquia, entraram em contato com líderes da resistência judaica e produziram um longo e detalhado relatório sobre tudo o que testemunharam em Auschwitz.

Em seu livro, Freedland comenta o processo de escrita do relatório Vrba-Wetzler. Ele explica que o documento foi cuidadosamente redigido, de modo a não levantar dúvidas sobre a autenticidade das suas fontes, mas também chama a atenção para o fato de que, mesmo diante dos relatos de Vrba e Wetzler, teve gente que não conseguiu acreditar de imediato que uma nação como a Alemanha, um dos bastiões da cultura europeia, seria capaz de perpetrar semelhante crime.

Era como se, de tão alarmantes e monstruosas, aquelas informações já não fizessem mais sentido porque as pessoas não conseguiam encontrar um lugar para o inferno de Auschwitz entre todas as coisas que conheciam do mundo.

Freedland explica que, em parte, tal estado de dúvida e confusão mental era resultado das estratégias de dissimulação empregadas pelos nazistas na tentativa de acobertar o que estavam atentando contra os judeus da Europa. O próprio Vrba só passou a ter real noção do perigo que todos corriam quando já estava dentro do campo de concentração e extermínio.

Ao recontar a difícil e extraordinária história de Rudolf Vrba, um dos objetivos de Freedland foi justamente nos fazer refletir sobre a nossa relação com a verdade. Pois, segundo ele, embora o relatório de Vrba e Wetzler tenha ajudado a salvar a vida de pelo menos 200 mil judeus húngaros, Vrba sempre esteve convencido que o documento poderia ter poupado do sofrimento um número muito maior de pessoas caso todos tivessem tido amplo e irrestrito acesso à informação.

> [...] Freedland, no entanto, mostra que, embora autoridades em Washington, Londres e até mesmo no Vaticano houvessem sido informadas sobre Auschwitz através do relatório de Vrba e Wetzler, se estabeleceu, ainda assim, um hiato entre o conhecimento dos fatos e as ações para tentar salvar os judeus

Freedland, no entanto, mostra que, embora autoridades em Washington, Londres e até mesmo no Vaticano houvessem sido informadas sobre Auschwitz através do relatório de Vrba e Wetzler, se estabeleceu, ainda assim, um hiato entre o conhecimento dos fatos e as ações para tentar salvar os judeus.

Por um lado, esse hiato foi instaurado por questões de ordem prática, como a dificuldade de se organizar uma operação para bombardear as linhas de trem que serviam ao campo. Por outro, ele foi alimentado pelo preconceito de burocratas, alguns dos quais se queixavam que os judeus só podiam estar exagerando.

Neste sentido, o livro de Freedland também é um lembrete de como velhos preconceitos muitas vezes nos impedem de enxergar injustiças e tragédias, criando obstáculos para que as minorias possam se fazer ouvir, em uma dolorosa tentativa de provar que são merecedoras da nossa solidariedade.

| **DOM.** Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior, Juliana de Albuquerque, **Glenn Greenwald**

Longos longas

[RESUMO] Sob a influência de mudanças tecnológicas e comportamentais, indicados ao Oscar de melhor filme deste ano têm o maior tempo médio de duração desde 1991, numa tendência que atinge não apenas as tramas cabeçudas, mas também grandes blockbusters e até séries, como 'The Last of Us', que chega ao fim hoje no mesmo horário da cerimônia hollywoodiana

Por ***Guilherme Luis e Leonardo Sanchez***
Repórteres da Ilustrada

Ilustração ***Silvis***
Ilustradora

Para quem se atrasou e deixou para assistir aos indicados ao Oscar de melhor filme deste ano de última hora, esqueça. Seria necessário passar um dia inteiro sem tomar banho, comer, dormir ou até mesmo ir ao banheiro para cumprir a missão de uma vez —e a cerimônia já acontece na noite deste domingo.

A duração média dos dez indicados à estatueta dourada é de duas horas e 24 minutos, de forma que seriam necessárias 24 horas para fazer uma maratona antes do prêmio.

Isso fez com que boa parte do público tivesse a sensação de que o Oscar deste ano foi dominado por longos longas, o que não deixa de ser verdade. Uma nova regra que exige que a corrida de melhor filme tenha dez produções contribuiu para a percepção, mas desde 1991 não havia uma disputa com obras de duração média tão extensa.

Entre as 20 edições do Oscar com maior duração média de indicados à categoria de melhor filme, três ocorreram desde 2020. Elas tiveram um salto temporal em relação aos anos 2010 e 2000, mesmo sem um "Senhor dos Anéis" para empurrar o número para cima, como ocorreu em 2002, 2003 e 2004, quando a trilogia concorreu.

Agora, não é preciso uma obra só para impulsionar a duração média, havendo certo equilíbrio nos indicados desta 95ª edição. Entre eles, "Os Banshees de Inisherin" e "Entre Mulheres" duram menos de duas horas, e "Avatar: O Caminho da Água" é o único a passar de três.

A maior parte dos candidatos têm cerca de duas horas e meia de duração. É o caso de "Os Fabelmans", "Nada de Novo no Front", "Elvis", "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", "Tár", "Top Gun: Maverick" e "Triângulo da Tristeza".

Em outras categorias, também há filmes longos. O cheio de excessos —temporais ou não— "Babilônia", forte concorrente ao prêmio de trilha sonora, tem três horas e nove minutos. "Pantera Negra: Wakanda para Sempre", que tem Angela Bassett na corrida por melhor atriz coadjuvante, tem duas horas e 41 minutos. "Batman", por sua vez, tomou duas horas e 56 minutos para mostrar suas proezas técnicas.

"Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", que deve dominar a premiação segundo projeções de especialistas e casas de apostas, tem duas horas e 19 minutos. Se levar a estatueta de melhor filme, será o mais longo a fazer isso desde "Os Infiltrados", em 2007, parte da cinebiografia alongada de Martin Scorsese.

Numa contradição interessante, no entanto, este é o Oscar mais pop dos últimos anos. O campeão de bilheteria de 2022, "Top Gun: Maverick", está indicado, bem como o detentor da terceira maior bilheteria da história, "Avatar: O Caminho da Água". O próprio "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo" se tornou um fenômeno mundial inesperado.

Dessa forma, cai por terra a ideia de que só os filmes mais cabeçudos podem se dar ao luxo de tomar muito tempo do espectador. A Marvel é prova disso. Se "Homem de Ferro" chegou aos cinemas com cerca de duas horas em 2008, "Vingadores: Ultimato" ultrapassou as três horas mais recentemente.

Na DC, fãs lotaram as redes sociais e protestaram nas ruas pedindo que a Warner liberasse uma versão de "Liga da Justiça" com quatro horas. Se a animação "A Bela e a Fera" encantou o público com menos de uma hora e meia nos anos 1990, a versão em live-action chegou a duas horas e nove minutos em 2017.

Dos filmes de prestígio aos blockbusters pipoca, Hollywood parece estar mais aberta a tramas longas. É o que defende Rogerio Ferraraz, professor da Anhembi Morumbi, em São Paulo, que põe na conta das adaptações de super-heróis uma parte da responsabilidade por tornar as longas durações mais palatáveis.

Antes disso, "Avatar", em 2009, já havia contribuído para a tendência, mas não sem que "Titanic" abrisse essa porta em 1997, ao se tornar a maior bilheteria da história com suas mais de três horas. Em conversa com jornalistas no mês passado, o diretor das duas produções, James Cameron, afirmou que um dos legados do filme é provar que filmes longos podiam fazer dinheiro e alcançar diversos tipos de público.

'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo', que deve dominar a premiação, tem duas horas e 19 minutos. Se levar a estatueta de melhor filme, será o mais longo a vencer desde 'Os Infiltrados', em 2007

Numa contradição interessante, este é o Oscar mais pop dos últimos anos, com os campeões de bilheteria 'Top Gun: Maverick' e 'Avatar: O Caminho da Água'

A era atual parece refletir os anos 1960, quando houve um pico de duração média nos filmes do Oscar e quando a ida ao cinema ganhou ares de grande evento

Há, ainda, motivos mais técnicos e complexos por trás do movimento. O cinema, afinal, sempre foi repleto de títulos de ampla duração, de "...E o Vento Levou", de 1939, a "Era uma Vez na América", de 1984. Em alguns períodos, no entanto, essa tendência se tornou mais latente, como é o caso agora.

Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, os grandes estúdios dominaram a produção cinematográfica americana e deram mais liberdade aos diretores, deixando de canto as produções independentes.

Nos anos 1990 e 2000, por outro lado, a necessidade de dar sobrevida aos filmes com o VHS pressionou Hollywood a condensar suas histórias, para que elas coubessem nas fitas. "Titanic", por exemplo, foi vendido num pacote com duas delas, dividindo a história em partes um e dois.

Com o streaming, a partir dos anos 2010, já não havia mais limites no consumo doméstico. Só que, ao mesmo tempo, as salas de cinema começaram a enfrentar uma crise, agravada pela pandemia de coronavírus, que diminuiu a disposição do público de pagar por um ingresso cada vez mais caro.

Continua na pág. C5

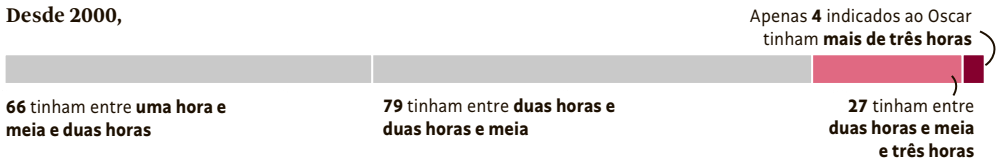
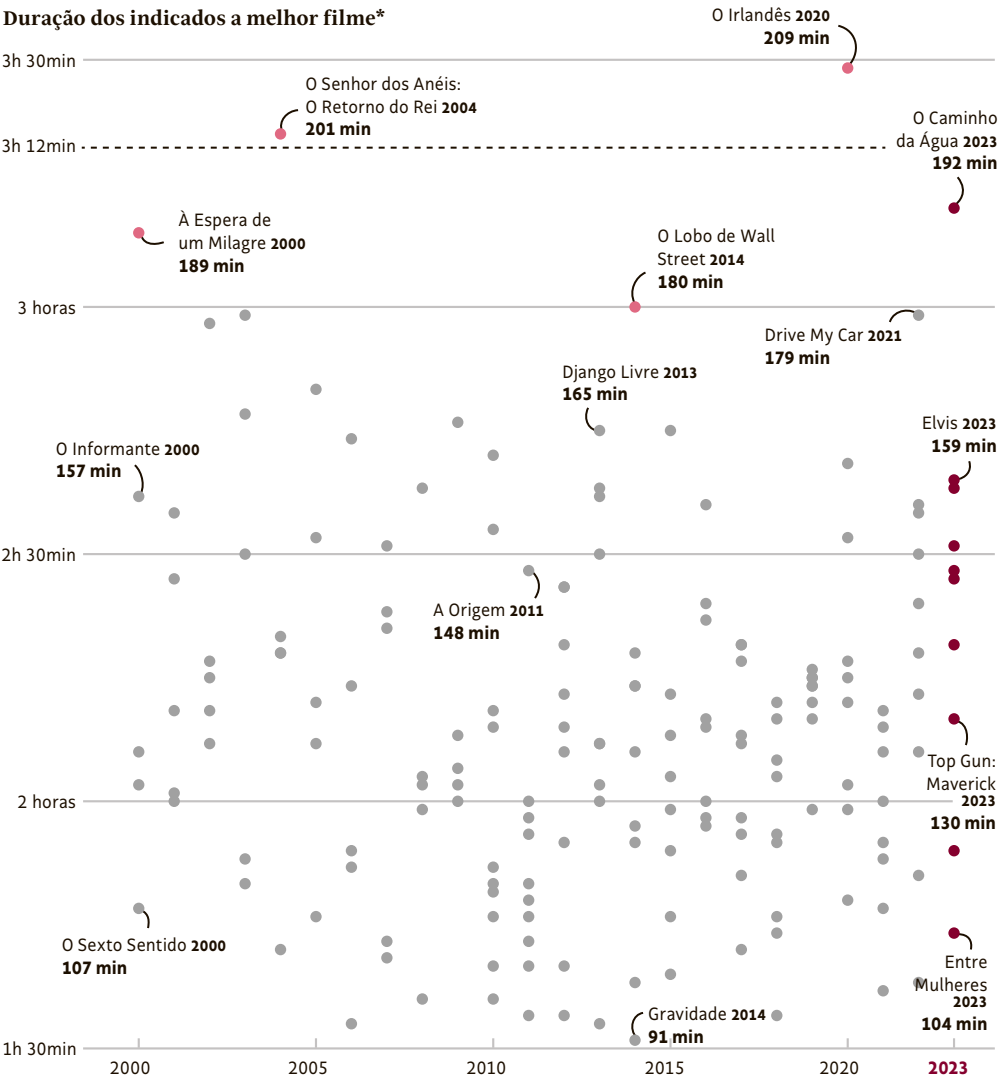
Dos dez indicados ao Oscar deste ano, quatro têm mais de duas horas e meia

Desde 2000,

66 tinham entre **uma hora e meia e duas horas**

79 tinham entre **duas horas e duas horas e meia**

27 tinham entre **duas horas e meia e três horas**

Apenas **4** indicados ao Oscar tinham **mais de três horas**

*por ano da premiação. Fonte: IMDb

Continuação da pág. C4

Afinal, pelo mesmo valor, uma assinatura de streaming dá direito a uma infinidade de horas de conteúdo. "Há uma lógica do consumidor em pensar que o tempo gasto vai indicar o quanto aquela obra merece em termos monetários. A duração mais longa dá a ideia de grande produção, valoriza a obra e a transforma num épico", diz o professor.

A era atual parece justamente refletir os anos 1960, quando houve um pico de duração média nos filmes do Oscar e quando a ida ao cinema ganhou ares de grande evento. Aquela foi a década, afinal, dos grandiosos "Lawrence da Arábia", "A Noviça Rebelde", "Amor, Sublime Amor" e "Cleópatra", todos beirando as três horas de duração.

Ainda no streaming, os novos hábitos de maratonar formaram um público mais tolerante às várias horas diante das telas. Com o costume de assistir a vários episódios de série de uma vez, três ou quatro horas numa mesma história já não parecem tão desafiadoras.

É como se o cérebro estivesse treinado para a maratona e desesperado por uma válvula de escape que tire a mente do trabalho e dos afazeres. Ao se sentar diante da tela de cinema por horas, o espectador faz um acordo consigo mesmo em prol da descompressão. É nisso que acredita Ana Maria Rossi, presidente da Isma-BR, braço nacional da International Stress Management Association.

Algo parecido ocorre no universo televisivo. O descolamento das séries de uma grade fixa deu elasticidade a elas. Com isso, episódios que extrapolam o formato clássico de até uma hora deixaram de ser raros.

"The Last of Us", que chega ao fim neste domingo, é prova disso, com seus capítulos que variam de 45 minutos a 80 minutos. É quase a mesma duração do último capítulo de "Game of Thrones", também da HBO. A diferença é que o final da trama sobre dragões foi um grande acontecimento, tinha várias pontas soltas e gozava da popularidade já conquistada. Não era uma aposta incerta.

Na Netflix, a quarta temporada de "Stranger Things" foi um fenômeno de audiência mesmo com episódios que cruzam as duas horas e 20 minutos de duração. É mais do que muitos dos filmes em cartaz nos cinemas.

Se essa tendência parece clara lá fora, no entanto, no Brasil o cinema e a televisão ainda parecem confinados ao formato consagrado. Por aqui, é difícil ver filmes com mais de duas horas, enquanto as novelas estão engessadas devido a pausas comerciais e às grades das emissoras.

Exemplo notório que foge à regra é o recente "Mato Seco em Chamas". O filme ostenta duas horas e meia num mercado cheio de longas curtos por pressão de distribuidores.

É como Cristina Amaral, montadora da obra, descreve o cenário. "Os filmes se enfraquecem narrativamente e artisticamente porque ficam sem espaço para criação", diz. Com Hollywood aderindo à verborragia, ela espera que isso mude. "Se um filme é bom e envolve, você não vai sentir o tempo e a cadeira da sala. Precisamos trabalhar a nossa ansiedade, porque o cinema tem que provocar o pensamento, não anestesiar."

É com as histórias populares que Adhemar de Oliveira, dono do Espaço Itaú de Cinema, conta para viabilizar as sessões mais longas. Ele percebe que os filmes estão de fato mais extensos, o que gera dor de cabeça na hora de preencher a agenda das salas que administra. Mas se o filme "te pega", como diz, há vantagens.

"Se tem público, você faz só três sessões no dia, mas lotadas. Se você consegue programar o filme para cinco sessões diárias, mas ele só preenche 20% da sala, aí é ruim, porque gasta mais energia elétrica, por exemplo, e não tem retorno. E fica sem a sensação da sala lotada, que é uma coisa gostosa da experiência cinematográfica", diz, lembrando o sucesso de "Avatar: O Caminho da Água".

Com a tendência do momento, Oliveira acredita que mudanças serão necessárias nos cinemas, dos horários de exibição, que precisam se alinhar com o funcionamento de restaurantes e do transporte público, à distância dos banheiros em relação às salas. Nem as melhores histórias, afinal, conseguem impedir uma pausa para o xixi. ←

95º Oscar

Tapete vermelho a partir das 20h e cerimônia às 21h, na TNT e na HBO Max

Leia mais nas págs. C6 e C7

Dez defesas de filmes do Oscar

AVATAR
Pedro Strazza, repórter
Entre os valores ambientais e a nossa relação de identidade com os próprios corpos, o filme mostra o raro caminho para um cinema de grandes proporções com intenções genuínas. Não há equivalente

BANSHEES DE INISHERIN
Sandro Macedo, colunista
Escrito nos anos 1990, o tempo ajudou o diretor a encontrar o tom ideal para a história do revés da amizade de dois antigos colegas de copo em uma pequena ilha da Irlanda. Aos poucos, abandona o humor ácido para se agarrar ao lado mais sombrio da trama, que é aparentemente simples, mas nunca simplória

ELVIS
Leonardo Sanchez, repórter
Baz Luhrmann sempre dirigiu com excesso, afetação e um glamour que beira a breguice. Mas nunca foi reconhecido, mesmo com 'Moulin Rouge'. Luhrmann preparou terreno para que o musical e todo o espetáculo inerente ao gênero ressuscitassem em larga escala, e 'Elvis', cheio de atitude, prolonga o êxtase

ENTRE MULHERES
Teté Ribeiro, jornalista
Além de ser o único entre os dez candidatos dirigido e roteirizado por uma mulher, 'Entre Mulheres' é também o único longa que tem como tema uma discussão atemporal e ao mesmo tempo urgente —como todos nós, da raça humana, podemos superar o machismo e a misoginia enraizados na construção da sociedade

OS FABELMANS
Henrique Artuni, editor
Mais do que autobiografia, 'Os Fabelmans', para usar um termo da moda, é a autoficção de Steven Spielberg. Não é apenas a maior obra em disputa, como é um raro filme que não se importa em construir um drama familiar preciso

NADA DE NOVO NO FRONT
Fernanda Ezabella, jornalista
A produção épica e antibélica sobre a Primeira Guerra Mundial merece. É um tour de force de direção e atuação, cujas imagens ficam marcadas na mente do espectador. Traria também uma boa chance para debater a caduquice da categoria filme internacional

TÁR
Gustavo Zeitel, repórter
A formalidade do mundo da música de concerto, sua assepsia e sobriedade, soa insuportável para muitos. Idem para a hierarquia, uma perdição para quem está no topo dela. 'Tár' não traz nenhuma novidade, mas tem a melhor atuação em algum tempo, mesmo com trejeitos caricaturais de Cate Blanchett

TOP GUN: MAVERICK
Inácio Araújo, crítico
É o penetra da festa, mas seria bem refrescante e faria um bem danado ao cinema. Original? Não. Profundo? Também não. Mas isso não é tudo na vida

TRIÂNGULO DA TRISTEZA
Isabella Faria, repórter
Quem não gosta de ver bilionários se dando mal? É um filme de Oscar do jeitinho dele —tem um bom roteiro, ótimo elenco e uma cena escatológica que é a cereja do bolo

TUDO EM TODO O LUGAR AO MESMO TEMPO
Nathalia Durval, repórter
O estilo que foge do convencional conseguiu fazer o público chorar e rir. E a entrega da estatueta para uma produção dirigida e protagonizada por asiáticos mostraria que 'Parasita' não foi uma exceção

As atrizes Jamie Lee Curtis e Michelle Yeoh em cena do filme 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo' Allyson Riggs/Divulgação

Mulheres na idade média

[RESUMO] Hollywood sempre idolatrou as atrizes mais jovens, mas as últimas décadas viram subir a média de idade das indicadas ao Oscar, enfim rompendo a barreira dos 40 anos. A disparidade de gênero, no entanto, não acabou, já que a Academia reconhece há décadas homens mais velhos nas categorias de atuação

Por **Karina Almeida**
Mestre em meios e processos audiovisuais pela Université Paris 1 - Sorbonne e doutoranda no programa de pós-graduação em história da arte da Unifesp

"Lembro que, quando estava com cerca de 40 anos, achava que cada filme seria o último. E todas as evidências de outras mulheres de 40 anos naquela época levavam você a acreditar que acabou."

Essa frase foi dita por Meryl Streep em 2016, ao jornal The Washington Post. Então com 67 anos, a atriz havia protagonizado "Florence - Quem É Essa Mulher?", que rendeu a ela uma indicação ao Oscar em 2017.

Ela é recordista de indicações na categoria, com 21 nomeações entre atriz principal e coadjuvante.

Desde então, houve ligeiro, mas consistente crescimento, na idade das indicadas ao Oscar de atuação.

Em 1989, quando fez 40 anos, estatísticas mostram que ela tinha razão para se preocupar. Naquele ano, a Academia tinha consagrado Jodie Foster, de 26 anos, por "Acusados".

Mesmo jovem, ela era considerada uma veterana em Hollywood por ter atuado em filmes da Disney ainda criança. Mas Foster não era exceção. Das outras quatro indicadas de 1989, a mais velha era Glenn Close, com 42 anos. A própria Streep, com 39, competia pela oitava vez pelo trabalho em "Um Grito no Escuro".

As outras indicadas eram Sigourney Weaver, com 39 anos, por "Nas Montanhas dos Gorilas", e Melanie Griffith, com 31, por "Uma Secretária de Futuro". Glenn Close era a única indicada acima dos 40.

Em 2023, Ana de Armas, de 34 anos, é a única nomeada abaixo dos 40, por "Blonde". Aos 53, Cate Blanchett chega favorita à cerimônia, por "Tár". Sua principal adversária é Michelle Yeoh, de 60, por "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo". Completam a lista Michelle Williams, de 42, por "Os Fabelmans", e Andrea Riseborough, de 41, por "To Leslie".

Não se trata de um fenômeno isolado. A média das indicadas vem aumentando nos últimos 50 anos. Na década de 1970, a média foi de 36,1. Na década seguinte saltou para 39,4. O aumento nos anos 1990 foi quase irrisório, para 39,7.

Só na primeira década dos anos 2000 a barreira dos 40 foi ultrapassada, chegando aos 40,6 —a própria Meryl Streep contribuiu duas vezes com "O Diabo Veste Prada", de 2006, aos 57, e "Dúvida", de 2008, aos 59.

Entre 2011 e 2020, o índice chegou aos 42,1 anos, com um Oscar particularmente histórico em 2014. Foi a primeira —e ainda única— vez em que as cinco indicadas tinham mais de 40. A vencedora foi Cate Blanchett, então com 45, por "Blue Jasmine".

A australiana deixou pelo caminho Amy Adams, com 40, por "Trapaça", Sandra Bullock, com 49, por "Gravidade", Judi Dench, com 74, por "Philomena", e Meryl Streep, sempre ela, que tinha 64 em "Álbum de Família".

A década corrente parece promissora. Em 2021, a média etária foi de 44,4, com vitória de Frances McDormand, aos 63, por "Nomadland". No ano passado, a vencedora, Jessica Chastain, tinha 46 em "Os Olhos de Tammy Faye", ajudando a elevar a média para 45,2. Neste ano, com Blanchett e Yeoh, chegamos à média de 46 anos.

Aos 26, Jodie Foster era veterana em Hollywood por ter atuado em filmes da Disney ainda criança

Só na primeira década dos anos 2000 a média dos 40 anos entre indicadas ao Oscar foi ultrapassada

Travolta e Timothée Chalamet são os dois homens com menos de 25 anos indicados a melhor ator em mais de meio século

Atores nunca tiveram preocupação com idade. A média masculina em 1970 já era de 43,6 —sete anos a mais do que a feminina— e subiu pouco nas décadas seguintes, chegando a 46,4 nos anos 2010. Em 2021, eles alcançaram a maior média, de 52 anos, impulsionados por Anthony Hopkins, por "Meu Pai", que aos 83 anos se consagrou o vencedor mais velho do Oscar na categoria.

Ao contrário da Hollywood das mulheres, apenas dois homens com menos de 25 anos foram indicados a melhor ator em mais de meio século —John Travolta, que tinha 24 em 1978, quando encarnou Tony Manero em "Os Embalos de Sábado à Noite", e Timothée Chalamet, com 22 anos em 2018, ano de sua consagração por "Me Chame Pelo Seu Nome".

Mas Hollywood não deixou de lado a procura por jovens estrelas. Jennifer Lawrence foi a vencedora de 2013, por "O Lado Bom da Vida", aos 22. Em 2016, foi a vez de Brie Larson, com 26, por "O Quarto de Jack".

A premiação seguinte consagrou Emma Stone, com 28, por "La La Land". Isso sem mencionar as primeiras indicações à melhor atriz de Keira Knightley, com 20, Saoirse Ronan, com 21, e Julia Roberts ou Winona Ryder, ambas com 23.

Os números reforçam a desigualdade na forma como homens e mulheres são reconhecidos na indústria. O Oscar, mesmo com novas iniciativas e um discurso de inclusão, oscila em suas escolhas. ←

Oscar de atuação sem gênero definido?

Por **Pedro Strazza**
Repórter da Ilustrada

O Oscar deste ano é dominado por questões identitárias, e o favoritismo de "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", protagonizado por asiáticos, atesta este momento. As discussões, no entanto, não chegaram aos gêneros que diferenciam os prêmios dedicados às performances.

Outras premiações e festivais importantes, como o Spirit Awards e a Berlinale, unificaram recentemente as categorias de ator e atriz em melhor atuação, contemplando artistas de todas as identificações de gênero. Mas, para a nova presidente da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, Janet Yang, o Oscar não deve passar por essa mudança.

"Quando se põe todos os gêneros em uma categoria, você corta pela metade o número de artistas vencedores, e eu não acho preferencial um modelo assim", ela diz, em entrevista.

Apesar de contrária à ideia, a executiva declara que a organização estuda internamente a reforma das categorias de atuação. No momento, porém, não há planos de instituir uma mudança do tipo no próximo ano.

A cerimônia do Oscar deste domingo é a primeira de Yang como presidente da Academia. Produtora de filmes como "O Povo Contra Larry Flint", de 1996, e a animação "A Caminho da Lua", de 2020, ela foi eleita em agosto do ano passado. É a primeira pessoa de ascendência asiática e a quarta mulher a ocupar o cargo em 95 anos de premiação.

Mas as comemorações foram breves. A Academia lida ainda com a crise midiática do tapa de Will Smith em Chris Rock na última edição, que até hoje gera críticas à organização pelo mau gerenciamento do caso. O incidente continua a reverberar, virando assunto no especial de comédia mais recente de Rock na Netflix.

Yang diz que a situação foi surreal, mas reconhece que a resposta imediata da organização foi inadequada. Para evitar novas ocorrências, o Oscar deste ano será o primeiro a contar com uma equipe de crise, preparada para lidar com qualquer problema durante o evento.

"Criamos um sistema de rápida comunicação entre a equipe de segurança e as principais lideranças. Se houver problemas, conseguiremos responder rapidamente e de maneira decisiva. O que aprendemos é que eventos inesperados acontecem e precisamos estar preparados."

A nova administração também herda o problema da audiência. Há dois anos, o Oscar registrou a pior média de público da história, com apenas 9,85 milhões de pessoas assistindo à vitória de "Nomadland". Para efeito de comparação, o Oscar de "Titanic", em 1998, ano da edição mais popular do prêmio, registrou 55,25 milhões de espectadores

Yang considera a queda irreversível, mas diz que a avaliação precisa ser reformulada para levar em conta outros elementos da transmissão. Ela dá como exemplo o engajamento das redes sociais, onde, em sua avaliação, os jovens veem com mais empolgação a edição deste ano.

"Estamos cientes de que boa parte das gerações mais jovens não se interessam pela programação da televisão, mas estamos à frente da curva nas redes", afirma. "Eles estão vendo pelo YouTube e pelo TikTok. Eles estão buscando o Oscar em plataformas diferentes e certamente estão assistindo a muitos dos filmes indicados."

A executiva afirma também que a base de votantes está se internacionalizando. Segundo ela, um quarto dos membros da Academia agora são de fora dos Estados Unidos, e metade da lista de indicados deste ano não é americana.

A categoria principal do prêmio corrobora a afirmação, com dois dos dez indicados sendo internacionais.

Ao mesmo tempo, 2023 marca a terceira edição em dez anos em que não há filmes dirigidos por negros em melhor filme. Além disso, a única produção comandada por uma mulher entre todos os indicados, "Entre Mulheres", concorre em uma única categoria, a de roteiro adaptado.

Segundo a presidente, a seleção deste ano é diferente, com outros grupos minoritários contemplados nas categorias, como os indicados de origem ou ascendência asiática.

"É uma seleção variada de gêneros e de tipos de filmes, que também representam uma grande diversidade. É uma mistura diferente todo ano, e todo ano haverá aqueles que vão se sentir um pouco de fora." ←

Tár versus novos regentes

[RESUMO] Filme que concorre ao Oscar em quatro categorias com atuação magistral de Cate Blanchett quebra os estereótipos cinematográficos do ofício do regente de orquestras e mostra que é, sim, possível dispensar os ranços arcaicos sem perder a potência e a beleza musical, ao fazer um alerta para os perigos do abuso de poder e de excessos do velho mundo

Por **Sidney Molina**

É violonista, professor e crítico musical, autor dos livros 'Mahler em Schoenberg' e 'Música Clássica Brasileira Hoje' e fundador do quarteto de violões Quaternaglia

Numa cena famosa de "Ensaio de Orquestra", rodado em 1979 por Federico Fellini, os músicos que se rebelam contra a autoridade do regente tentam substituir o maestro por um metrônomo gigante, como se a função dele fosse apenas a marcação precisa do andamento musical.

Em "Tár", que concorre ao Oscar por melhor filme, direção, roteiro original para Todd Field e atriz para Cate Blanchett, a regente Lydia Tár, encarnada por Blanchett em memorável atuação, aceita que o controle do tempo é, de fato, a parte central da interpretação musical.

Com isso, cai por terra o estereótipo do regente caras e bocas, isto é, a associação quase direta entre os gestos exagerados do condutor carismático e o que seria uma performance musicalmente forte.

Apenas tal fato —respeito profundo à musicalidade intrínseca à música— já torna o filme de Field especial. A despeito de suas duas horas e 38 minutos de duração, o diretor controla bem o metrônomo cinematográfico. O tempo é o de uma lenta e longa sinfonia romântica, dividida em movimentos contrastantes.

O roteiro instala a realidade ficcional sobre história e geografia reais. Cenas importantes do filme ocorrem em centros musicais de referência, como a Juilliard School de Nova York e a Philharmonie de Berlim.

A personagem de Blanchett é apresentada como a primeira mulher a assumir o posto de regente titular da orquestra alemã, dona de uma proeminência midiática no cenário internacional que se tornou incontestável a partir do pós-Segunda Guerra.

Além da qualidade, longevidade e consistência, a principal razão do sucesso de Berlim foi a constituição de uma imensa discografia durante o longo período em que o grupo foi comandado pelo maestro austríaco Herbert von Karajan, de 1954 a 1989. É estimado que Karajan tenha vendido mais de 200 milhões de discos, o que situa a filarmônica ao lado de bandas como os Rolling Stones.

O recurso à "Quinta Sinfonia" de Gustav Mahler como leitmotiv musical poderia parecer uma solução um tanto fácil. Afinal, se praticamente qualquer outra sinfonia do compositor poderia encaixar na narrativa, por que escolher justamente o tema de "Morte em Veneza", filme de 1971 de Luchino Visconti? Mas até isso é, em "Tár", mencionado e transformado em ironia.

A construção da personagem por Blanchett é minuciosa. Ela é convincente como regente, atividade que demanda altíssimo grau de controle corporal e auditivo. Mais espetacular ainda é sua atuação ao piano na masterclass de regência na Juilliard School, longuíssima e brilhante cena filmada sem nenhum corte, em que ela mesma toca trechos do prelúdio número um de "O Cravo Bem Temperado", de Johann Sebastian Bach, e na qual emula estilos interpretativos de diferentes pianistas.

Cai por terra o estereótipo vigente no cinema —e fora dele— do regente caras e bocas, isto é, a associação quase direta entre os gestos exagerados do condutor carismático e o que seria uma performance musicalmente forte

Cate Blanchett é convincente como regente, atividade que demanda altíssimo grau de controle corporal e auditivo

O filme mostra como comportamentos inadequados dos poderosos podem destruir carreiras e vidas, e Lydia Tár, moderna, fashion e conectada, carrega perigosamente o velho mundo dentro de si

Ela é igualmente categórica ao criar uma componente central da personagem. Sua arrogância, ponto de partida de uma ilimitada autoconfiança, por sua vez, abre espaço para o injustificável abuso de poder.

O filme mostra como comportamentos inadequados dos poderosos podem destruir carreiras e vidas, e Lydia Tár, aparentemente tão moderna, fashion e conectada, carrega perigosamente um velho mundo dentro de si. Não precisa ser assim.

A história recente da Filarmônica de Berlim mostra um gradual afastamento desse estereótipo. Após o reinado à moda antiga de Karajan, veio o italiano Claudio Abbado, de personalidade cooperativa, ou o da relação humana, sensível e delicada com músicos e público do atual titular, o russo-austríaco Kirill Petrenko.

Também no Brasil maestros têm mostrado que é possível prescindir de ranços arcaicos sem perder potência sonora, beleza das linhas graves e precisão rítmica. Basta mencionar o trabalho de duas regentes de carne e osso lembradas no filme de Field —Marin Alsop, que foi titular da Osesp por oito temporadas, e Nathalie Stutzmann, artista convidada, residente e associada da orquestra paulista na década passada.

"Música é movimento, é fluxo", diz Leonard Bernstein num vídeo antigo que aparece no final de "Tár". Fellini termina o seu "Ensaio de Orquestra" com um categórico "da capo", ou do começo, literalmente da cabeça, em italiano. Seria ainda possível a Lydia Tár recomeçar em outros termos? ←

A atriz Cate Blanchett em cena do filme 'Tár', que disputa o maior troféu do Oscar, além do prêmio para a sua protagonista Divulgação

'Banshees de Inisherin', irmãos no ódio e no amor

Por **Giovanna Bartucci**

Psicanalista, é autora de 'Onde Tudo Acontece - Cultura e Psicanálise no Século 21'

Difícil considerar "Os Banshees de Inisherin", do diretor e roteirista Martin McDonagh, um filme simplório, ou só um jogo de cena desenhado para atores experientes.

Com nove indicações ao Oscar —entre as quais a de melhor filme—, ganhador de três Globos de Ouro, inclusive o de melhor ator para Collin Farrell, "Os Banshees de Inisherin" é de complexidade infernal, que se desvela com delicadeza inesperada. Nisso residem sua beleza e interesse.

O ano é 1923, que marca o fim da Guerra Civil Irlandesa, iniciada em junho de 1922. A localidade, a ilha fictícia de Inisherin, na costa da Irlanda, povoada pelo camponês ingênuo, a intelectual, o artista, o bobo da ilha, o padre, o policial autoritário que abusa do próprio filho, a fofoqueira, a bruxa, os animais.

E a guerra em que irmãos lutam contra irmãos, o pano de fundo para o conflito que se desenrola entre amigos de longa data —Pádraic Súilleabháin, vivido por Farrel, homem simples, a princípio gentil, e o músico Colm Doherty, vivido por Brendan Gleeson, o amigo generoso.

Habituados a se encontrarem todos os dias às duas da tarde, no único bar da ilha, Colm decide, inexplicável e inesperadamente, não mais se sentar à mesa com Pádraic porque simplesmente não tem mais prazer em sua companhia. "Eu simplesmente não gosto mais de você", ele diz.

Colm deseja agora compartilhar seus dias com seus alunos de música, tocando e compondo, e não mais escutando as histórias de Pádraic e Jenny, sua querida jumenta.

Desolado, Pádraic pensa que Colm brinca com ele, que tudo logo voltará ao normal. Incrédulo, não consegue entender a razão pela qual o amigo possa querer se afastar. "Eu sinto como se o tempo escoasse pelos meus dedos, Pádraic. Eu tenho que dedicar o tempo que me resta refletindo e compondo", diz Colm, na tentativa de esclarecer o que sente.

O que Pádraic não percebe é que, se debatendo em seu desespero, do qual apenas o padre tem conhecimento, Colm sofre e busca saídas por meio da arte. E Pádraic insiste, e insiste, em estar junto ao músico, de quem o afastamento o parece deixar profundamente desamparado, dada a convicção de sua amizade —ou amor— incondicional.

O sofrimento, em nada imaginário, de um e de outro os leva a atos extremos, e logo assistimos a "irmão lutando contra irmão", de maneira incompreensível. De seu lado, o violinista ameaça decepar os dedos da mão esquerda, na expectativa de que Pádraic se prive de sua companhia. O camponês, por sua vez, volta a insistir, e o que pouco a pouco se desvela é uma surdez inabalável.

Aqui as coisas dão uma guinada para o pior. Lentamente, o homem gentil que era Pádraic começa a exibir o seu "novo eu" —ciumento dos alunos de Colm, rancoroso, maldoso.

E Colm, ainda que se pergunte se não está só se distraindo para manter longe o inevitável, cumpre a promessa. Atenção para o spoiler —em antecipação àquilo que teme, a morte, decepa os cinco dedos da mão esquerda e os atira contra a porta da casa do amigo. Ao final, será Jenny, aquela em quem Pádraic encontra o amor incondicional, que morre sufocada, ao engolir um dos dedos.

A vingança será atroz. Pádraic reduz a casa do amigo a cinzas, torcendo para que Colm esteja em seu interior. O músico opta pela vida, afinal, mas não Pádraic.

Agora, Pádraic almeja a morte de Colm. Mas não só. O fato é que é mesmo por meio desse desejo mortífero que o habita que Pádraic finalmente encontra um lugar de volta junto ao músico, seu parceiro incondicional.

Curiosamente, ao se distanciar de Pádraic, Colm, de fato, termina por compor uma música, chamada algo como as almas penadas de Inisherin, tradução de "The Banshees of Inisherin", que, entende o compositor, não mais pressagiam a morte, apenas observam, se entretendo. ←

Veja os principais indicados ao Oscar 2023

Melhor filme
- 'Avatar: O Caminho da Água' (nos cinemas)
- 'Os Banshees de Inisherin' (nos cinemas)
- 'Nada de Novo no Front' (Netflix)
- 'Elvis' (HBO Max)
- 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo' (Amazon Prime Video)
- 'Os Fabelmans' (para aluguel na Amazon Prime Video, Apple TV+, Google Play e YouTube)
- 'Tár' (nos cinemas)
- 'Top Gun: Maverick' (Paramount+)
- 'Triângulo da Tristeza' (Amazon Prime Video)
- 'Entre Mulheres' (nos cinemas)

Direção
- Martin McDonagh, 'Os Banshees de Inisherin'
- Steven Spielberg, 'Os Fabelmans'
- Todd Field, 'Tár'
- Ruben Östlund, 'Triângulo da Tristeza'
- Daniel Kwan e Daniel Scheinert, 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'

Atriz
- Ana De Armas, 'Blonde' (Netflix)
- Michelle Williams, 'Os Fabelmans'
- Cate Blanchett, 'Tár'
- Andrea Riseborough, 'To Leslie' (sem previsão)
- Michelle Yeoh, 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'

Ator
- Paul Mescal, 'Aftersun' (Mubi)
- Brendan Fraser, 'A Baleia' (nos cinemas)
- Colin Farrell, 'Os Banshees de Inisherin'
- Austin Butler, 'Elvis'
- Bill Nighy, 'Living' (sem previsão)

Atriz coadjuvante
- Hong Chau, 'A Baleia'
- Kerry Condon, 'Os Banshees de Inisherin'
- Angela Bassett, 'Pantera Negra: Wakanda para Sempre' (Disney+)
- Jamie Lee Curtis, 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo'
- Stephanie Hsu, 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'

Ator coadjuvante
- Barry Keoghan, 'Os Banshees de Inisherin'
- Brendan Gleeson, 'Os Banshees de Inisherin'
- Brian Tyree Henry, 'Passagem' (Apple TV+)
- Judd Hirsch, 'Os Fabelmans'
- Ke Huy Quan, 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'

Roteiro adaptado
- 'Entre Mulheres'
- 'Glass Onion: Um Mistério Knives Out' (Netflix)
- 'Living'
- 'Nada de Novo no Front'
- 'Top Gun: Maverick'

Roteiro original
- 'Os Banshees de Inisherin'
- 'Os Fabelmans'
- 'Tár'
- 'Triângulo da Tristeza'
- 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'

Filme internacional
- 'Argentina, 1985' (Argentina) (Amazon Prime Video)
- 'Close' (Bélgica) (nos cinemas)
- 'EO' (Polônia) (sem previsão)
- 'Nada de Novo no Front' (Alemanha)
- 'The Quiet Girl' (Irlanda) (sem previsão)

Documentário
- 'All That Breathes' (HBO Max)
- 'All the Beauty and the Bloodshed' (sem previsão)
- 'Vulcões: A Tragédia de Katia e Maurice Krafft' (Disney+)
- 'A House Made of Splinters' (sem previsão)
- 'Navalny' (HBO Max)

Animação
- 'Pinóquio por Guillermo Del Toro' (Netflix)
- 'Marcel the Shell with Shoes On' (sem previsão)
- 'Gato de Botas 2: O Último Pedido' (para aluguel na Amazon Prime Video, Apple TV+ e Google Play)
- 'A Fera do Mar' (Netflix)
- 'Red: Crescer É uma Fera' (Disney+)

Machado comunista?

[RESUMO] O escritor Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, tem sua obra relançada com esmero. Nos dois volumes de crítica literária, ele expressa sua relação visceral com Machado de Assis, em quem via um símbolo da sociedade brasileira e um 'dialético espontâneo' que, embora nunca tenha se referido a Marx, a seu ver operava intuitivamente um método de materialismo dialético

Por **Alcir Pécora**
Professor titular de teoria literária da Unicamp

Ilustração **Daniel Lannes**
Artista plástico

A reedição da obra completa do escritor e líder comunista Astrojildo Pereira (1890-1965) é uma surpresa, dado o esquecimento em que parecia mergulhado, mas coerente com o catálogo de uma editora de esquerda como a Boitempo.

De minha parte, li com gosto os dois volumes mais ligados à literatura, "Machado de Assis: Ensaios e Apontamentos Avulsos" (1959) e "Crítica Impura" (1963), pois evidenciam outro fato quase esquecido: a vida intensa do pensamento marxista no Brasil, muito antes dos anos 1960 ou dos seminários universitários.

Começo pelo livro sobre Machado, autor com quem Astrojildo manteve sempre uma relação visceral, precocemente assinalada por Euclides da Cunha em famosa crônica, ao vê-lo, ainda rapaz, beijar reverencialmente a mão do escritor moribundo em 1908, gesto que pareceu transfigurar o ambiente da vigília, até então desalentado pela indiferença dos meios culturais.

São sete ensaios e 16 artigos, aos quais Astrojildo se refere como escritos de circunstância, sem "plano prévio de conjunto", publicados em diferentes épocas, situações e veículos da imprensa.

O mais conhecido deles vem logo na abertura: "Machado de Assis, romancista do Segundo Reinado", cuja hipótese é a de que o autor, na vida como na obra, foi uma "conjunção de contrastes": solitário e pessimista, mas vivendo em "sociedade e cenáculos literários"; "tipo sensual", mas "modelo de bons costumes"; "analista rigoroso e frio" e, ao mesmo tempo, "criador empolgante".

Para o crítico, há uma consonância íntima entre a literatura machadiana e a evolução histórica do Segundo Reinado, em cuja base estavam os negros escravizados e a monocultura dos latifúndios, surgindo, depois, uma nova classe dirigente burguesa.

Tal transição explicaria o fato de Machado eleger como núcleo das intrigas a base familiar da vida em sociedade, na qual quase tudo se passava em torno de um "coração contrariado", vencido pela conveniência.

Analogamente, Astrojildo propunha que o romancista dava cunho sentimental à narrativa, submetendo-a então a um "laboratório de análise" que reunia virtuosismo, vigor e crueldade, movido por um "espírito de vingança", explicado basicamente por sua origem de classe, a gerar "sutil devastação" no ambiente em transformação das elites.

No ensaio seguinte, a propósito do célebre "instinto de nacionalidade" machadiano, Astrojildo reitera que o Brasil e o escritor crescem juntos, dado que a década de 1870 apresenta grandes mudanças no país, sintetizadas no movimento abolicionista, e muita agitação no exterior, com várias guerras em curso na Europa e o surgimento de novas correntes do pensamento, como o positivismo, o darwinismo, o naturalismo etc.

Do conjunto, ressaltam dois aspectos: primeiro, Astrojildo defende Machado em todas as frentes em que o via ser questionado; segundo, esforça-se para insinuar nele um germe de marxismo, dentro da consciência possível do seu tempo, como se o escritor operasse intuitivamente um método de materialismo dialético na análise da história e no desenrolar de suas intrigas

Machado, para ele, produzia a sua literatura em momento de transição dialética do que era ainda instinto para o que viria a ser uma real "consciência da nacionalidade", enquanto projeto de unidade e de soberania do país.

O "problema da nacionalidade" seria, para Astrojildo, o mais constante motivo de Machado e aquilo que o faria, em termos literários, um crítico severo da "imitação dos modelos franceses" e, em relação à língua, alguém tão preocupado em estudar os clássicos como em filtrar o "linguajar do povo brasileiro" a fim de incorporá-lo à "nossa língua literária", com base no critério decisivo da sua espontaneidade.

Astrojildo também rebate o lugar-comum a respeito do suposto absenteísmo de Machado em matéria política, cuja acusação mais dura, como a de Mário de Andrade, era de indiferença face à escravidão.

O crítico admite a falta de vocação de Machado para a militância, mas discorda que isso signifique alienação ou desprezo pela política, pois está nítido em seus escritos o empenho com que acompanhava a situação do país, aspecto que fazia da crítica o núcleo do seu engenho.

O seu humorismo tampouco seria apenas divertimento, mas "método de crítica social", o que justificaria chamá-lo de "escritor realista", sem ser da "escola realista". A conclusão de Astrojildo, contrária à suposta alienação de Machado, o propõe como o mais nacional dos escritores brasileiros, porque era o que mais pensava a realidade nacional.

Na mesma linha apologética, dedicada a retirar das costas de Machado as acusações mais pesadas que lhe faziam alguns contemporâneos, Astrojildo nega que ele seja um autor abstratizante, incapaz de paisagem, o que é desmentido, por exemplo, pela poesia de "O Almada", que celebra, com cuidado documental, um episódio do Rio seiscentista.

Em outro ensaio, Astrojildo considera as muitas metáforas dos olhos na obra de Machado e defende que elas demonstram o seu viés materialista, com "olhos tocando, apalpando, pegando coisas que viam". O processo seria similar ao pensamento dos "dialéticos gregos", como Heráclito, cujas noções-chave eram discórdia e contradição, que se ajustavam ao seu temperamento "inspirado, isolado e melancólico".

Sobre a questão — e, por vezes, acusação — de Machado nunca haver referido Marx, Astrojildo contrapõe a percepção de que era um "dialético do tipo espontâneo" e mesmo "um materialista a contragosto". É o que o faria anotar que "a contradição é deste mundo" e muitas vezes criar tanto a "transformação gradativa de um sentimento no seu contrário", como a relatividade da opinião segundo a posição social ocupada pelas personagens.

Machado seria a encarnação inata do "homem dialético" e, se não chegou a sê-lo plenamente, a causa estava nas circunstâncias e nas condições do país em que viveu.

Outra larga questão machadiana revista por Astrojildo é a "mudança de qualidade" da sua obra com "Memórias Póstumas". Não a entendia como "ruptura pura e simples", mas sim como "soluções de contradições" que vinham do passado e que representavam um longo enterro do "idealismo romântico", necessário para que Brás Cubas ressuscitasse materialista e galhofeiro, ainda que temperado de melancolia.

Por fim, Astrojildo examina a questão um pouco absurda, mas debatida à época, de saber se Machado de Assis era mesmo um homem mau, como alguns o julgavam. Na sua visão, havia uma dualidade demoníaca e angélica em Machado, típica da sua personalidade e do seu pensamento dialético.

Na sua obra, manifestava-se como "demônio da inteligência" e "dissecador de almas e caracteres", interpretado erroneamente como insensível e anticristão. Se no humorismo e na ironia os críticos colhiam provas de sua crueldade, para Astrojildo tratava-se mais de um "latejar de dor", repleto de "simpatia humana".

Do conjunto, ressaltam dois aspectos: primeiro, Astrojildo defende Machado em todas as frentes em que o via ser questionado; segundo, esforça-se para insinuar nele um germe de marxismo, dentro da consciência possível do seu tempo, como se o escritor operasse intuitivamente um método de materialismo dialético na análise da história e no desenrolar de suas intrigas.

Nesses termos, não deixa de ser dissonante a insistência no nacionalismo de Machado, assim como a sua aplicação abundante do pronome "nosso" a tudo que fosse do país, cujo resultado gera um híbrido estranho de marxismo patriótico. Parece acertar Carpeaux, quando o chama de "tradicionalista e revolucionário ao mesmo tempo", no qual convivem interpretação social e significação moral.

O segundo livro, "Crítica Impura", de 1963, testemunha o gosto de Astrojildo pela miscelânea, de que confesso participar inteiramente.

Reúne um conjunto de "ensaios, artigos, notas de leitura, quase tudo publicado antes em revistas e jornais", sem maior preocupação de unidade, a não ser a do "fio ideológico". As suas três partes — ensaios e resenhas, testemunhos da China revolucionária, notas sobre cultura e sociedade— são todas boas de ler, tanto pela variedade dos assuntos quanto pela linguagem nítida e a crítica direta.

Nos ensaios, nos quais vou me deter aqui, há constantes fáceis de identificar, como a valorização do gênero da crônica, usualmente considerado menor, graças à propriedade de captar a atmosfera dos eventos — o que não se estende à apreciação de cronistas como Rubem Braga ou Fernando Sabino, detonados por ele ("ficam borboleteando na superfície das coisas"; "ajudando a mistificar", manipulando "bobas ironias").

Destaca, porém, as crônicas de Eça de Queirós, cujas "Cartas de Inglaterra" julga rivalizar com os seus romances, e, acima de tudo, as de Lima Barreto, que considerava o "maior cronista de sua geração", seja pelo "agudo poder de observação", seja por sua militância em temas sociais, como a defesa da classe operária, da reforma agrária, dos negros e, enfim, da "força invencível do povo".

Dos escritores estrangeiros destacados, pode-se dizer que Astrojildo tem geralmente olhos benignos para os comunistas, como Howard Fast e Louis Aragon, sem que pretenda negar o "caráter específico da arte" ou o fato de que "a ideia por si só não salva a obra de arte". Para ele, sem "transposição estética do conteúdo ideológico socialista" — isto é, sem "vibração emocional", "conexões com a própria vida" e, enfim, "talento"—, a obra não poderia ser bem-sucedida.

Astrojildo valoriza igualmente os artigos de opinião na imprensa, como os reunidos pelo crítico José Veríssimo, em "Homens e Coisas Estrangeiras"; as biografias, como a de Monteiro Lobato, por Edgard Cavalheiro, e a de Mario Penaforte, por Onestaldo de Pennafort; os discursos acadêmicos, como o de Álvaro Lins na recepção de Roquete Pinto na ABL; os panfletos políticos, como os do padre Lopes Gama, de Gondin da Fonseca, de Lourival Fontes; as memórias, sobretudo as que valem como depoimento de época e da cidade, como as de Oliveira Lima, Vivaldo Coaracy e Luís Edmundo; os guias, como "No Termo de Cuiabá", de M. Cavalcanti Proença — gêneros pouco prestigiados literariamente, mas que Astrojildo lê gostosamente, elogiando a "comunicabilidade coloquial", o "conhecimento direto, exato e enxuto da realidade vivida" ou o "cheiro muito brasileiro", desde que produzido com "visão realista, sem embelezamentos".

Monografias também o interessam, como "Mutirão", de Clóvis Caldeira, que trata da "variedade das formas que o mutirão assume nas diversas regiões do Brasil"; "O Movimento Sindical no Brasil", de Jover Telles, com uma importante história das greves; "Brasil Século XX", de seu companheiro de partido Rui Facó; assim como relatos de experiência direta como "Minha Experiência em Brasília", de Oscar Niemeyer; enfim, ensaios filosóficos como "Furacão sobre Cuba", de Sartre, que reconhece ser "escritor poderoso", de "extrema sensibilidade", apesar das discordâncias teóricas e políticas.

Pensei até em economizar caracteres nessa multidão de nomes e títulos, mas depois percebi que era a última coisa que deveria fazer.

Pois não há nada melhor nos escritos de Astrojildo que essa proliferação de livros e coisas que é, primeiro, o que há de mais próprio em uma miscelânea e, segundo, o que mostra de mais duradouro em sua crítica: não o fio da ideologia, mas a rede distendida de curiosidade e de leitura, o nítido desejo de dar notícias de todas as coisas, o que empresta graça e sociabilidade à erudição.

Não é difícil ver que algumas das questões de Astrojildo permanecem relevantes no cenário brasileiro. A forma de militância que repudiava as desigualdades, como os sectarismos, é uma delas. Outra é o fervor da vida literária, para lembrar o termo de Brito Broca. A paixão revolucionária funde-se com o afã dos livros, a responsabilidade histórica com a bibliomania.

Ainda quando falte fineza teórica ou consistência metodológica em suas análises críticas, tal como apontadas por José Paulo Netto e Leandro Konder, nunca deixa de haver a mais genuína vibração pelo debate cultural. ←

O crítico e líder comunista Astrojildo Pereira Reprodução

Reedição das obras completas

URSS Itália Brasil (1935)
R$ 35 (184 págs.)

Interpretações (1944)
R$ 53 (280 págs.)

Machado de Assis: Ensaios e Apontamentos Avulsos (1959)
R$ 53 (280 págs.)

Formação do PCB (1962)
R$ 35 (192 págs.)

Crítica impura (1963)
R$ 77 (416 págs.)

Todos os títulos são publicados em parceria pela editora Boitempo e a Fundação Astrojildo Pereira

Sessão de posse dos deputados federais eleitos na Câmara Pedro Ladeira-1º.fev.23/Folhapress,

513 empreendedores individuais

[RESUMO] Quando a democracia é alvo de ataques, além de defendê-la é necessário revigorá-la, afirma cientista político. Atual modelo de votação proporcional sem ordenamento da lista de candidatos, combinado com grandes distritos eleitorais (estados), incentiva a competição interna desenfreada, danifica a coesão partidária e inviabiliza o vínculo de eleitores e partidos. País deveria adotar o modelo de listas ordenadas, em que se vota nas siglas, como forma de partidarizar a sociedade

Por ***Antonio Lavareda***
Doutor em ciência política e professor colaborador da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).
Presidente de honra da Abrapel (Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais)

Edmund Burke, o pai do conservadorismo, jamais poderia imaginar que o seu conceito de "livre representação" encontraria o paroxismo nos trópicos brasileiros.

No "Discurso aos Eleitores de Bristol" (1774), declarou aos que o sufragaram ao Parlamento britânico que o exercício do seu mandato estaria desvinculado deles, e somente obedeceria aos desígnios que ele próprio identificasse, não aceitando espelhar a vontade dos representados.

Pesquisas mostram, quatriênio após quatriênio, o Congresso brasileiro como o pior avaliado entre os nossos três Poderes —o Senado com nota melhor que a Câmara—, mas são rarefeitas ou muito superficiais as discussões a respeito.

Cita-se com frequência entre os problemas o excessivo fracionamento das bancadas, mas se tangencia sua extensão e origem. A fragmentação real, na verdade, é muitas vezes maior que a medida pela distribuição das representações partidárias, na qual o país é recordista.

Isso porque cada parlamentar leva consigo a consciência de que obteve seu mandato em uma lógica fundamentalmente individualizada, pois a maioria absoluta das legendas inexiste na mente do eleitor.

O ditame da Constituição de 1988 ao configurar nossa democracia consagrou o papel dos partidos, vedando a possibilidade de candidaturas avulsas, reservando-lhes no conjunto o monopólio da representação da sociedade. Entretanto, hoje eles são quase todos hidropônicos, como aqueles vegetais cujas raízes sem solo ficam mergulhadas em líquidos nutrientes.

São, na prática, organizações legais-burocráticas, sem vínculos diretos com a população, que cartorialmente chancelam candidaturas, organizam bancadas e, a partir do tamanho destas, extraem parcelas do fundo partidário, do fundo eleitoral e as muito ambicionadas fatias de verbas do Executivo.

Neste último caso, vez por outra a expectativa se frustra, e o apoio prometido sobe no telhado. Em que país do mundo um governo entrante anunciaria pela manhã que uma legenda ocuparia três pastas do seu ministério para, à tarde do mesmo dia, o líder parlamentar afirmar que ele e os colegas votariam de modo independente? E como é que se naturaliza algo assim?

No momento em que boa parte do país se mobiliza para coibir ataques à institucionalidade democrática, é imperioso reconhecer que, além de defendê-la, será imprescindível fortalecê-la, pois é exatamente a fragilidade que oportuniza o proselitismo e a sanha dos seus inimigos.

E isso convoca a participação de todos para revigorá-la. Há vários fatores que explicam as patologias do nosso sistema político, mas um deles tem um papel central nessa etiologia: o modelo de lista proporcional "desordenada" que o Brasil pratica de forma absolutamente singular nos seus detalhes, como mostraram Lavareda (1991), Giusti (1994), Nicolau (2017) e Costa Porto (2022), e que é nefasto por pelo menos cinco motivos.

*

1) Ele gera nos três níveis da federação contextos de seleção darwiniana. Disputas renhidas com um copioso número de concorrentes, o que, por si só, eleva às alturas o custo das mesmas. O triunfo é reservado em muitos casos aos campeões do "extrativismo", sejam eles de esquerda, centro ou direita.

Por essa designação, entenda-se a capacidade de obter o máximo possível de recursos provenientes de emendas — no caso dos incumbentes, que beneficiarão prefeitos que os retribuirão com votos—, de doadores, do apoio de entidades, de organizações, ou mesmo da fortuna familiar.

Ao final da jornada, temos na Câmara Federal, rigorosamente, 513 empreendedores individuais. De pouco adianta a ação afirmativa. Mulheres tiveram direito a 30% do fundo eleitoral. Pouco afeitas à briga de cotoveladas dessa competição, só elegeram 18% das vagas.

O extrativismo mencionado é, a princípio, legal, mas nem sempre, como a imprensa já cansou de registrar. Por conta disso, circulam rumores de campanhas orçadas ano passado em valores estratosféricos —mais de R$ 10 milhões, de R$ 20 milhões, e até mais de R$ 50 milhões. Algumas exitosas, outras não. O certo é que, embora haja também uma parcela expressiva de recursos públicos envolvidos, é impossível a Justiça Eleitoral fiscalizar a contento 28.274 contas.

Não pode ser saudável um modelo que, pelo seu custo, induz à busca desenfreada de recursos, e que não resistiria a um exame com lupa da contabilidade dos concorrentes. Por quanto tempo a política continuará a bailar na beira desse abismo?

2) O sistema alveja no cerne a coesão partidária, ao transpor para o interior de cada legenda o grau máximo de competição. O principal adversário do candidato não é um antagonista de outra agremiação, mas o seu colega de partido que pode ocupar o lugar que lhe caberia em função do número de cadeiras que será alcançado pela sigla.

Há vários fatores que explicam as patologias do nosso sistema político, mas um deles tem um papel central nessa etiologia: o modelo de lista proporcional "desordenada" que o Brasil pratica de forma absolutamente singular nos seus detalhes

A partir daí, o "vale tudo" se estabelece, e a linha da cintura é ignorada. A crônica política fornece exemplos à mão cheia de episódios de antropofagia entre correligionários.

3) Promove uma exacerbada personalização da representação. Apenas 15 dias após a votação do primeiro turno em 2022, pesquisa Ipespe/Abrapel apontou que 50% dos entrevistados não lembravam o nome do partido dos candidatos em quem tinham votado para a Câmara Federal e assembleias estaduais. A pesquisa não checou se os demais lembravam corretamente das siglas. Provavelmente parte significativa não cumpriria esse requisito.

Outras pesquisas acadêmicas, como a do Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro), em outros anos registraram que, 45 dias após a eleição, só um terço dos entrevistados era capaz de citar o nome do candidato proporcional em quem havia votado.

Imaginem as respostas que obteremos se repetidas as duas perguntas um ano ou dois anos após a eleição. Escolhas "desimportantes" geram rápido esquecimento. E a desconexão entre candidatos e partidos não é inócua. Sem essa "amarra" o parlamentar pode flutuar, trocando de aquário a cada "janela", ou contribuir para fundir agremiações ou o que lhe for conveniente, autonomizado pela invisibilidade da marca partidária.

4) O modelo deturpa papéis básicos dos partidos na democracia. O papel de agregação e articulação de interesses sociais é substituído pela justaposição das agendas de empreendedores individuais. Perde-se a função de âncoras políticas estabilizadoras do regime, porque sem conexão social não podem estruturar e orientar fatias da opinião pública, organizando a informação política relevante. E muito menos podem ajudar o cidadão a avaliar de forma sinóptica os candidatos ou questões em tela.

A propaganda eleitoral dos cargos legislativos é quase sempre mero pastiche biográfico. Por isso, quando vista, não raro é recepcionada com risos e deboche.

Vítima das listas desordenadas disponibilizadas pelos cartórios partidários, o eleitor paulista, por exemplo, no ano que passou teve que escolher, de última hora como quase todos fazemos, um nome para deputado federal entre 1.540 candidatos, e mais um entre os 2.059 que buscavam a deputação estadual.

Há o mínimo de racionalidade nisso? Parte significativa dos eleitos necessitará depois buscar um símbolo, uma marca, que auxilie sua identificação nessa autêntica selva na próxima competição.

O caminho mais rápido será patrocinarem ou se somarem a iniciativas populistas esdrúxulas, exequíveis ou não, que chamem atenção e lhes credenciem individualmente aos olhos dos eleitores desorientados. Essa pseudo solução individual só contribui para deslegitimar a instituição.

5) E, por fim, e ainda mais delicado, a governabilidade fica à mercê da capacidade de "sedução" dos governos e dos presidentes das casas ao nível individual. Para as questões correntes os representantes ainda podem ser disciplinados pelos líderes partidários com a ajuda do regimento.

No entanto, quando se tratam dos grandes temas, em especial dos que exigem PECs, a tal disciplina se esvai e tudo passa a depender de "incentivos laterais seletivos". Deles, todos lembramos a problemática tipologia utilizada na Nova República, as emendas do "orçamento secreto" sendo a versão mais recente.

Por óbvio, não há modelos de representação ideais, mas quando se cogitam mudanças a única bússola razoável é identificar qual regra, além de mais factível, ajudaria rapidamente a enfrentar a maior patologia do sistema —no nosso caso, a hiper personalização dos mandatos parlamentares, causa e consequência da inviabilização dos laços de representação dos partidos na sociedade. E, como decorrência, da opacidade de parte considerável do jogo político que se dá longe dos olhos da população.

O caminho plausível é o da adoção do sistema proporcional de listas ordenadas, adotado em países culturalmente parecidos com o nosso, como Portugal, Espanha, Argentina.

Ele não contradiz a Constituição, não requerendo PEC. Pode ser viabilizado por lei ordinária, simples, sem muitas firulas, deixando que ao longo do tempo os próprios partidos optem pelo modo de aprovação das respectivas listas, apenas assegurando aos atuais detentores de mandato uma posição destacada no ordenamento.

Alguém dirá que essa proposta foi rejeitada em momentos anteriores, mas isso não serve como argumento dissuasório. Por acaso lá atrás havia clareza de que a democracia estava em perigo? De que era preciso reforçar, concretar, os pilares da representação?

Com a mudança, em um ou no máximo dois ciclos eleitorais, teríamos um choque de partidarização, com as legendas enraizadas no tecido social, correntes de opinião finalmente bem assentadas e a óbvia consequência de diminuição do número de legendas, retirando-nos da triste liderança mundial de fragmentação parlamentar.

Além dos benefícios gerais para o sistema político, o que inclui campanhas 80% mais baratas, para a maioria dos segmentos específicos não haveria qualquer prejuíz.

A esquerda, que por circunstâncias históricas conta com alguma identificação partidária, poderia se rejuvenescer, entronizando novos quadros que individualmente não conseguem encarar a forte correnteza do modelo atual.

A direita bolsonarista se beneficiaria pela capacidade de propelir ideologicamente listas ordenadas. Os evangélicos descarregariam seus votos e consolidariam listas que a hierarquia das igrejas apontasse.

Os partidos históricos de centro —MDB, PSDB, Cidadania— teriam finalmente capacidade de utilizar o recall e a marca que ainda detêm para reconquistar bancadas que foram esvaziadas em disputas personalizadas.

Quanto ao novo centro (PSD) e a direita liberal (União Brasil, Progressistas e outros) teriam a seu favor, inicialmente, a popularidade dos muitos governadores, senadores e prefeitos para turbinar as respectivas legendas.

Na lógica desse modelo, além de os partidos se esforçarem para evitar o risco de "maçãs podres", todas as listas se veriam compelidas utilitariamente a apresentar programas e mensagens claras com os quais estariam naturalmente comprometidos seus integrantes.

Assim, os eleitores saberiam, por exemplo, se a bancada na qual votarão apoiará ou se oporá aos candidatos a governo nas três esferas. Depois, ficaria muito mais fácil acompanhar minimamente o seu desempenho durante a legislatura.

Essa transparência permitiria punir ou gratificar a legenda na próxima eleição. Seria bom para todos, ou quase todos. Os únicos prejudicados seriam os poucos políticos eventualmente dependentes da opacidade do sistema atual.

E que, por isso, arrumam todo tipo de desculpas para se opor à ideia. Embora sabendo que, sem essa necessária partidarização da sociedade, a democracia brasileira seguirá politicamente invertebrada, mais suscetível que outras a vergar sob a demagogia e a violência dos seus inimigos. ←

Bolsonaro™

Jair Bolsonaro agora vende merchandising online para um público refinado

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

O ex-presidente e colecionador de joias Jair Bolsonaro criou uma loja na internet para vender merchandising. Merchandising é uma palavra estrangeira para bugigangas inúteis. Tecnicamente, é futuro lixo.

É fatal que o merchandising acabe no lixo, mas por vezes consegue ficar em nossas casas durante algum tempo.

A loja de Bolsonaro avisa logo à entrada que produz merchandising "com qualidade ímpar, para um público refinado e que preza a excelência", e, por isso, é sem surpresa que verificamos que vende três tipos de produtos: calendários, canecas e aquilo a que eles chamam de "troféu de mesa".

É muito raro os consumidores refinados que prezam a excelência desejarem outro gênero de mercadoria. Só pensam em calendários, canecas e troféus de mesa.

O troféu de mesa é uma tábua sobre a qual está uma silhueta de Bolsonaro e a frase "nosso sonho segue mais vivo do que nunca". De acordo com a Bolsonaro Store, a peça tem acabamento diferenciado.

Mas não é, felizmente, o único produto diferenciado. Também diferenciado é o layout dos calendários, que são feitos em "material personalizado de qualidade premium".

É possível que quem tem um telefone celular já não dê muito uso a calendários, mas talvez mude de ideia quando souber da qualidade premium.

Pessoalmente, nunca tive um calendário de qualidade premium e devo dizer que me arrependo. Creio que a minha vida teria sido muito diferente se eu tivesse investido mais na qualidade dos meus calendários.

Segundo a página da Bolsonaro Store, o calendário que eles comercializam "é um produto que acompanhará seu usuário durante todo o ano".

Ao contrário dos calendários vulgares, e de menor qualidade (ou de alguma qualidade, mas sem qualidade premium), o calendário da Bolsonaro Store acompanha-nos todo o ano. Sabe aquele tipo de calendário que, em novembro, desiste de indicar os dias? O da Bolsonaro Store não faz isso, graças a Deus, e segue até dia 31 de dezembro, obstinado e diligente.

As canecas são feitas, como não podia deixar de ser, a partir de "matérias-primas com excelência em qualidade".

Quando penso numa vida de sonho, imagino-me sentado a uma mesa, sobre a qual está um troféu de acabamento diferenciado, e eu estou a registrar a passagem do tempo num calendário de qualidade premium, enquanto bebo de uma caneca excelente. E agora esse sonho está ao alcance de todos os brasileiros, por apenas R$ 250 mais frete.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Quatro dos cinco curtas animados do Oscar podem ser vistos online

Antes da internet, era difícil para o espectador brasileiro ver os curtas-metragens que concorriam ao Oscar, fossem ficcionais, documentais ou animados. A chegada do streaming mudou tudo.

Neste ano, quatro dos cinco curtas em animação que concorrem ao prêmio da categoria estão disponíveis online, três deles gratuitamente.

"The Flying Sailor" está no YouTube; "My Year of Dicks" e "An Ostrich Told Me the World Is Fake and I Believe It", no Vimeo. Assinantes da AppleTV+ podem ver "The Boy, the Mole, the Fox and the Horse" no catálogo. Só o português "The Ice Merchants" ainda não chegou ao território brasileiro.

Voo 370 – O Avião que Desapareceu
Netflix, 12 anos
Em 2014, um avião da Malaysian Airlines sumiu dos radares logo após a decolagem. Esta minissérie documental investiga o que aconteceu.

Mulheres na Conservação
Cultura, 16h15, livre
Baseado na websérie homônima da jornalista Paulina Chamorro, este documentário mostra mulheres que lutam pelo meio ambiente no Brasil.

Domingão com Huck
Globo, 17h30, livre
"Dança dos Famosos", um dos quadros mais populares do programa, volta com nova dinâmica —os 16 participantes começarão dançando em grupos, e os monitores se revezarão entre eles. Belo, Carla Diaz, Heloísa Perissé, Linn da Quebrada e Rafa Kalimann estão na competição.

The Last of Us
HBO, 22h, 16 anos
O canal exibe mais cedo o nono e último episódio da primeira temporada da série, uma hora antes do habitual.

Face a Face
Telecine Cult, 22h, 16 anos
Num dos muitos clássicos de Ingmar Bergman, Liv Ullmann vive uma psiquiatra que tem o casamento e a própria saúde mental abalados por visões de uma mulher idosa.

Canal Livre
Band, 0h, livre
Alexey Kazimirovitch Labetskiy, embaixador da Rússia no Brasil, fala sobre as consequências para o mundo da atual guerra que seu país move contra a Ucrânia.

QUADRÃO | *Laerte*

| DOM. **Jan Limpens**, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

'Blonde' e Tom Hanks são eleitos os piores do ano

SÃO PAULO Tradição na véspera do Oscar, o Framboesa de Ouro entregou no sábado os troféus dos piores do cinema no ano passado. "Blonde", biografia de Marilyn Monroe, levou a estatueta de pior filme e roteiro.

O longa concorria com o novo "Pinóquio" da Disney, "Tenha um Bom Luto", "Morbius" e "A Filha do Rei".

O Framboesa de Ouro sempre causa mal-estar na indústria. Neste ano, os ataques foram maiores após indicarem Ryan Kiera Armstrong, de 12 anos, a pior atriz por "Chamas da Vingança". Para se retratar, o Framboesa de Ouro retirou a jovem da lista e se escolheu como o receptor do troféu.

Na categoria de atuação masculina, Jared Leto levou o troféu por "Morbius", filme que também embolsou o prêmio de atriz coadjuvante, para Adria Arjona.

O ator coadjuvante criticado da vez foi Tom Hanks, com o trabalho caricato em "Elvis". Com a maquiagem de látex, também foi escolhido como pior casal em cena.

Colin Farrell ficou com o único prêmio positivo, o de melhor redenção. Selecionado entre os piores atores por "Alexandre", de 2004, ele agora se redimiu por estar no Oscar com "Os Banshees de Inisherin".

Os premiados com a Framboesa de Ouro

Pior filme
'Blonde'

Pior ator
Jared Leto, por 'Morbius'

Pior atriz
O Framboesa de Ouro, por indicar Ryan Kiera Armstrong

Pior remake, cópia ou sequência 'Pinóquio'

Pior atriz coadjuvante
Adria Arjona, por 'Morbius'

Pior ator coadjuvante
Tom Hanks, por 'Elvis'

Pior casal
Tom Hanks e sua cara cheia de látex, em 'Elvis'

Pior direção
Mod Sun e Colson Baker, o Machine Gun Kelly, por 'Tenha um Bom Luto'

Pior roteiro
Andrew Dominik, por 'Blonde'

Troféu redenção
Colin Farrell, pela indicação ao Oscar de melhor ator por 'Os Banshees de Inisherin'